

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

JAQUELINE ANGÉLICA GUIDUCCI

**IMPLANTAÇÃO DA REDE DE APOIO À CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE
ESCOLAR NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ**

JUIZ DE FORA
2018

JAQUELINE ANGÉLICA GUIDUCCI

**IMPLANTAÇÃO DA REDE DE APOIO À CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE
ESCOLAR NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magrone

JUIZ DE FORA

2018

JAQUELINE ANGÉLICA GUIDUCCI

**IMPLANTAÇÃO DA REDE DE APOIO À CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE
ESCOLAR NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para defesa no Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Membro da Banca – Orientador
Prof. Dr. Eduardo Magrone

Membro da Banca Externa

Membro da Banca Interna

Dedico este trabalho aos meus filhos,
Arleu Júnior, Renato e Letícia, com todo
meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por Sua presença incondicional em todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais por me ensinarem a persistir sempre, a lutar sempre, mesmo quando tudo parece impossível.

Aos meus filhos Arleu Júnior, Renato e Letícia pela compreensão e carinho, mesmo privados do meu tempo e de minha atenção durante a construção deste trabalho.

A toda minha família, por estar sempre por perto e sempre na torcida por mim, em particular à minha irmã Aline pela ajuda e pelo incentivo.

Aos professores e tutores do Curso Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, que me acompanharam durante esta jornada com carinho e paciência.

Ao meu orientador Professor Eduardo Magrone pela colaboração e ao meu tutor Leonardo Ostwald Vilardi por acreditar em mim, compreender minhas angústias e pelas contribuições enriquecedoras para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas de turma e em particular à Adriane Martins e Fabiano Tito, pelos momentos incríveis que vivemos, pelo apoio, pelo carinho e pela disposição em ajudar, sempre.

Aos meus colegas de trabalho pela força e companheirismo, em particular Adriana Lucarelli Lavorato pela compreensão e Edmar Pereira Lopes pela confiança.

Aos meus amigos queridos, que sempre estiveram por perto, mesmo quando eu estava distante. Em particular Aline Lucarelli e Arnaldo pela acolhida tão carinhosa em Juiz de Fora.

Aos diretores das 71 escolas estaduais da circunscrição da SRE Ubá, ao Juiz da Vara da Infância e Juventude de Ubá, ao Comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, ao presidente do Conselho Tutelar de Ubá e aos coordenadores do CRAS São Domingos, CRAS São João, CREAS de Ubá e a todos que responderam aos questionários, dividindo seus saberes e expressaram suas opiniões com honestidade e respeito, contribuindo imensamente para a realização desta pesquisa.

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

Paulo Freire

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado discutiu o problema da violência nas escolas da Superintendência Regional de Ensino de Ubá e acompanhou a implantação do projeto Rede de Apoio à Cultura de Paz no Ambiente Escolar nesta Superintendência. O projeto estudado visa auxiliar na mediação de conflitos e propagar um ambiente de paz nas escolas desta circunscrição. O objetivo deste trabalho é acompanhar as capacitações da Rede de Apoio à Cultura de paz no Ambiente Escolar, de forma a identificar obstáculos e entraves, além de observar e conhecer a percepção dos envolvidos acerca das mesmas. Os objetivos específicos definidos para este estudo foram descrever o projeto, analisar as capacitações e os resultados alcançados por elas até o momento e por fim, propor estratégias para contornar os problemas ocorridos de forma a maximizar os resultados alcançados e ampliar a Rede de Paz para as demais escolas da circunscrição. A presente pesquisa buscou responder ao seguinte problema: Qual a percepção dos envolvidos nas Capacitações para para Convivência Democrática e Formação de uma Cultura de paz nas Escolas, sua efetividade na mediação de conflitos e na propagação de um ambiente de paz nas escolas estaduais da circunscrição da Superintendência Regional de Ensino de Ubá? Para tanto, foi utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e teve como instrumentos entrevistas, questionários e pesquisa de campo. Concluiu-se com este trabalho que a maioria dos atores convidados a participar das capacitações recebeu bem o projeto e atuou efetivamente para sua aplicação prática. A maioria também acredita em sua efetividade como ferramenta de auxílio na mediação de conflitos e propagação de uma cultura de paz. O PAE apresentado visa a melhoria do projeto e sua ampliação para as demais escolas da circunscrição.

Palavras-chave: Violência escolar; Mediação de conflitos; Sistema de Garantias de Direitos.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The management case studied discussed the problem of violence in schools of the Regional Superintendence of Teaching of Ubá and followed the implementation of the project Network of Support to the Culture of Peace in the School Environment in this Superintendency. The project studied aims to help in the mediation of conflicts and to propagate an atmosphere of peace in the schools of this district. The objective of this work is to follow the capacities of the Network of Support to the Culture of Peace in the School Environment, in order to identify obstacles and obstacles, besides observing and knowing the perception of those involved about them. The specific objectives defined for this study were to describe the project, analyze the capacities and results achieved by them so far and, finally, propose strategies to overcome the problems that have occurred in order to maximize the results achieved and expand the Peace Network for the other schools of the circumscription. The present research sought to answer the following problem: What is the perception of those involved in the Capacities for Democratic Coexistence and Formation of a Culture of Peace in Schools, its effectiveness in mediating conflicts and the propagation of a peaceful environment in the state schools of the Regional Superintendency of Education of Ubá? For that, the qualitative research was used as a methodology, with a descriptive character and had instruments such as interviews, questionnaires and field research. It was concluded with this work that most of the actors invited to participate in the training received the project well and worked effectively for its practical application. Most also believe in its effectiveness as a tool to aid in the mediation of conflicts and the propagation of a culture of peace. The PAE presented aims to improve the project and its expansion to the other schools in the district.

Keywords: Violence in schools; Conflict mediation; System of Guarantees of Rights.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CME	Conselho Municipal de Educação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DAFI	Diretoria Administrativa e Financeira
DIPE	Diretoria de Pessoal
DIRE	Diretoria Educacional
DIVOF	Diretoria de Operações Financeiras
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia Saúde da Família
FAGOC	Faculdade Governador Ozanam Coelho
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
NSE	Nível socioeconômico
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PSE	Programa Saúde na Escola
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RECAJ	Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça
SEE MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SRE	Superintendência Regional de Ensino
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da SRE Ubá	23
Figura 2 - Mapa da Rede de Paz	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - IDEB 2015: Brasil, Estado, Município e escolas	39
Gráfico 2 - Percentual de alunos com aprendizado adequado	40
Gráfico 3 - Percentual de professores que responderam os questionários e que participam ou gostariam de participar das capacitações.	67
Gráfico 4 - Comparativo entre opinião de diretores e professores a respeito do comportamento dos alunos que participam das capacitações.	67
Gráfico 5 - Comparativo entre opinião de diretores das escolas que participam das capacitações em relação aos diretores de escolas que não participam	70
Gráfico 6 - Opinião dos professores sobre as capacitações da Rede de Paz	71
Gráfico 7 - Percentual de respostas dos professores sobre o repasse das capacitações nas escolas.	71
Gráfico 8 - Percentual de respostas dos participantes acerca da preparação para a aplicação dos métodos aprendidos nos encontros em oficinas nas escolas	72
Gráfico 9 – Avaliação dos conteúdos apresentados e trabalhados durante as capacitações.	73
Gráfico 10– Percentual de respostas acerca da abertura democrática dos encontros.	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - – Principais problemas encontrados na realização das capacitações e implantação da Rede de Paz.	75
Quadro 2 - –Ações propostas para contornar Problemas diagnosticados.	77
Quadro 3 - Proposições para aperfeiçoar a divulgação da Rede de Paz nas escolas envolvidas.	79
Quadro 4 - Proposições para o aperfeiçoamento da organização e divulgação do cronograma das capacitações. Quadro 4.....	81
Quadro 5 - Proposições para minimizar problemas de incompatibilidade de horário dos participantes.	82
Quadro 6 - Proposições para minimizar a insegurança dos participantes em realizar o repasse das capacitações nas escolas.	83
Quadro 7 - Proposições para incluir nas capacitações da Rede de Paz as instituições parceiras.....	85
Quadro 8 - Proposições para responsabilizar alunos através de práticas restaurativas.....	87
Quadro 9 - Proposições para estender a Rede de Paz também para as famílias e comunidade de modo geral.	89
Quadro 10 - Monitoramento do Plano de Ação Educacional.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Polos Regionais	20
Tabela 2 - Quantitativo de Unidades de Ensino	22
Tabela 3 - Quantidade de Matrículas nas Unidades de Ensino.....	22
Tabela 4 - Escolas, Alunos e Profissionais escolares em sala de aula por Modalidade e Etapa da Circunscrição da SRE Ubá	23
Tabela 5 - Programa das capacitações da Rede de Paz	31
Tabela 6 - Informações Gerais - EE Eunice Weaver	39
Tabela 7 - Comparativo do índice de aprendizado, fluxo e IDEB no ano de 2015 da EE Eunice Weaver ao País, Estado e Município.....	39
Tabela 8 - Percentual de alunos por nível de desempenho nas escolas	41
Tabela 9 - Relação de escolas de 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, com pelo menos 10 alunos matriculados, classificadas pelo Nível Socioeconômico	42
Tabela 10 - Resposta dos profissionais das escolas de Ubá ao questionário do INEP sobre Violência no Cotidiano Escolar - 2015.....	44
Tabela 11 - Resumo das discussões do Grupo I.....	61
Tabela 12 - Tabela 15 - Resumo das discussões do Grupo II.....	62
Tabela 13 - Tabela 16 - Resumo das discussões do Grupo III.....	63
Tabela 14 - Tabela 17 - Resumo das discussões do Grupo IV	64
Tabela 15 - Tabela 18 - Resumo das discussões do Grupo V	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 SITUAÇÕES DE CONFLITO E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.....	18
1.1 Superintendência Regional de Ensino de Ubá.....	20
1.2 A Rede de Apoio à Cultura de Paz no Ambiente Escolar.....	25
1.2.1 Desenho e Concepção da Rede de Paz.....	25
1.2.2 Capacitação em Mediação de Conflitos.....	29
1.2.3 Entidades Envolvidas no Projeto.....	33
1.2.3.1 Escolas Atendidas.....	37
2 PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS E VIOLÊNCIA EM AMBIENTES ESCOLARES.....	45
2.1 Violência Escolar.....	45
2.1.1 Sistemas de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA....	53
2.2 Metodologia.....	56
2.3 Uma Análise sobre a Rede de Paz.....	58
2.3.1 A implementação da Rede de Paz na EE Eunice Weaver.....	59
2.3.2 Avaliação das Capacitações da Rede de Paz.....	66
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA APERFEIÇOAMENTO E EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES DA REDE DE PAZ.....	77
3.1 Divulgação da Rede de Paz nas Escolas.....	78
3.2 Divulgação do Cronograma e Material de Estudo.....	80
3.3 Incompatibilidade de Horário dos Participantes.....	82
3.4 Insegurança dos Participantes.....	83
3.5 Envolvimento das Instituições Parceiras.....	84
3.6 Tratar Atos desrespeitosos no ambiente escolar.....	86
3.7 Omissão das Famílias.....	88
3.8 Monitoramento do Plano de Ação Educacional.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES.....	101

INTRODUÇÃO

Com o aumento considerável da violência nas suas mais diversas formas, o ambiente escolar sofre com a crescente violência em seu entorno. Além disso, o preconceito e a intolerância podem, muitas vezes, fazer parte do cotidiano da escola, interferindo diretamente na prática pedagógica e no desenvolvimento dos alunos. Por ser um fenômeno complexo e multifacetado, a violência requer atenção de autoridades e pesquisadores, que buscam não somente explicar os seus motivos como também estudar suas consequências para o cotidiano escolar. (MALTA, et. al. 2010).

Na cidade de Ubá – MG, que está localizada na Zona da Mata Mineira e é considerada um dos principais polos moveleiros do Brasil não é diferente. Segundo o último Censo, a população da cidade em 2010 era de 101.519 habitantes, com estimativa de chegar a 112 mil em 2016 (IBGE, 2010). Com crescimento populacional, problemas como a violência entre jovens e adolescentes se tornaram preocupantes e passaram a interferir diretamente no ambiente escolar. Tal questão foi debatida no do Conselho Municipal de Educação de Ubá, em reunião realizada em vinte e cinco de junho de 2012.

O relatório conclusivo criado a partir dos debates ocorridos naquela reunião, que contava com representantes do Conselho Municipal de Educação - CME, Conselho Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Programa Segundo Tempo, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, uma das principais paróquias da cidade, o programa Amor Exigente, a Polícia Militar e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Vara da Infância e da Juventude), do município de Ubá e região, destacava a necessidade e importância de ações conjuntas para a valorização e promoção da paz no ambiente escolar.

Neste sentido, a fim de enfrentar o problema da violência no ambiente escolar na perspectiva da cultura de paz, surgiu a ideia da criação da Rede de Apoio à Cultura de Paz no Ambiente Escolar, que vem sendo implantada pela Superintendência Regional de Ensino de Ubá (SRE Ubá). A SER Ubá é um, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE MG), responsável por exercer ações de supervisão técnica, cooperação, articulação e

integração entre Estado e Município, em conformidade com as políticas educacionais.

O presente trabalho discorre sobre a implantação desse projeto que visa capacitar gestores escolares, educadores, lideranças estudantis e representantes das famílias para mediação e resolução de conflitos cotidianos que levam, muitas vezes, alunos a assumirem posturas violentas, além de desenvolver um canal de comunicação entre entidades de proteção da criança e do adolescente e as escolas.

A SRE Ubá atende a 22 municípios da Zona da Mata Mineira, com 71 escolas estaduais. Dentre estas, a equipe pedagógica da SRE Ubá selecionou 14 instituições, na cidade de Ubá e municípios vizinhos, com problemas mais graves ou recorrentes de violência no ambiente escolar, para a implantação inicial da Rede de Paz, como tem sido chamado o projeto. Em 2016 esse número aumentou para 21 escolas e espera-se que, após a implantação nas primeiras e com o seu aperfeiçoamento, possa ser estendida para as demais escolas da jurisdição.

Dentre as principais missões de uma SRE, destaca-se a promoção e implantação de políticas no âmbito de sua circunscrição e a coordenação de processo de organização escolar e de apoio ao aluno. Em função disso, o papel da SRE Ubá na Rede de Paz é de coordenação e motivação, uma vez que tem papel de mediadora entre as instituições envolvidas e, por ser uma instituição de grande importância como elos entre os entes políticos têm maior facilidade de acesso e articulação.

A autora deste trabalho atua como Técnica Educacional na SRE Ubá desde 2007. Graduada Bacharel em Ciência da Computação pela Faculdade Governador Ozanam Coelho - FAGOC, da cidade de Ubá e Especialista em Tecnologias Aplicadas à Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, atualmente é Gestora Setorial de Avaliação de Desempenho na Diretoria de Pessoal – DIPE, na mesma SRE.

Apesar de a Rede de Paz ser um projeto fundamentalmente pedagógico, de responsabilidade da Diretoria Educacional – DIRE, a autora participa da equipe de implantação da Rede como assessora de apresentação, além de auxiliar no processo de documentação e capacitação. O tema foi escolhido devido à relevância de se buscar soluções para o problema da violência, que afeta não somente os alunos das escolas estaduais, como a população de modo geral. Neste contexto, a

Rede de Paz aparece como uma proposta relevante para disseminar a cultura de paz e, conseqüentemente, melhorar o ambiente escolar.

Com a mudança de gestão da SRE Ubá em 2015, o presidente do CME de 2012 e também Analista Educacional foi nomeado Diretor Educacional da SRE Ubá e o projeto começou a ganhar forma. Aos quatorze dias de maio de 2015, foi realizado o “I Encontro Intersectorial pela Paz nas Escolas” com a presença de representantes da comunidade escolar, das entidades citadas acima, professores, diretores escolares e de servidores da SRE Ubá. A ideia de se formar uma rede de apoio à solução de situações conflituosas foi apresentada aos presentes. Sob a justificativa de que a conectividade e o compartilhamento de ações entre as entidades da Rede, na perspectiva da qualidade de vida, segurança e educação são urgentes e imprescindíveis no contexto local e nacional, a Rede de Paz foi oficialmente criada e vem sendo implantada desde então, sob a coordenação e mediação da SRE Ubá.

Para Roizman (2000, p. 8) “a transformação dos valores de uma cultura de guerra e violência para valores de uma Cultura de Paz e Não-Violência é o maior dos desafios que temos pela frente, em escala planetária”. Para se alcançar esse objetivo, é necessário esforço coletivo buscando a modificação do pensamento e das ações dos indivíduos, na tentativa de se pregar a paz e reduzir a violência. Nesta perspectiva, foram idealizadas as capacitações da Rede de Paz, que visam a formação de multiplicadores de uma cultura de paz e convivência democrática nas escolas.

Nesse contexto, considerando a importância da implantação de políticas para a redução da violência e a melhoria do ambiente escolar, a pesquisa buscou responder ao seguinte problema: qual a percepção dos envolvidos nas Capacitações para Convivência Democrática e Formação de uma Cultura de Paz nas Escolas, sobre sua efetividade na mediação de conflitos e na propagação de um ambiente de paz nas escolas da circunscrição da Superintendência Regional de Ensino de Ubá?

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é acompanhar as capacitações da Rede de Apoio à Cultura de paz no Ambiente Escolar, de forma a identificar obstáculos e entraves, além de observar e conhecer a percepção dos envolvidos acerca das mesmas. Os objetivos específicos são:

- a) Descrever a concepção e implementação da Rede de Apoio à Cultura de Paz no Ambiente Escolar.

- b) Analisar a opinião dos atores acerca das capacitações e os possíveis resultados alcançados por elas até o momento.
- c) Propor medidas para contornar esses obstáculos de forma a maximizar os resultados alcançados e ampliar a participação das escolas e comunidade escolar nas capacitações da Rede de Paz, de modo a atender as demais escolas da circunscrição.

Buscando cumprir com os objetivos apontados, a metodologia utilizada neste trabalho foi pautada em uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através de estudo de caso na Escola Estadual Eunice Weaver, na cidade de Ubá, onde aconteceu a primeira reunião de implantação da Rede de Paz. O primeiro capítulo deste trabalho apresenta a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, a Superintendência Regional de Ensino de Ubá, entidades que se propuseram a participar da Rede de Paz e a instituição escolar onde aconteceu a primeira reunião de implantação da rede, acompanhada pela autora.

No segundo capítulo é apresentado um levantamento bibliográfico com trabalhos de autores que tratam da Violência Escolar e Sistema de Garantia de Direitos. Além disso, a metodologia de pesquisa utilizada e análise dos dados coletados na pesquisa de campo, também são apresentadas neste capítulo.

No terceiro capítulo é apresentado o Plano de Ação Educacional - PAE com propostas que corrijam eventuais problemas e ou possibilite a ampliação de atendimento. Esse PAE foi desenvolvido com base nos dados levantados e conclusões apresentadas.

Nas considerações finais é apresentado um apanhado das principais questões levantadas e abordadas no decorrer do trabalho, com as conclusões às quais se pode chegar de cada uma delas.

1 SITUAÇÕES DE CONFLITO E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Há uma tendência por parte da sociedade em utilizar o termo violência para especificar diferentes tipos de conflitos dentro da escola, porém, o conceito de paz não deve ser relacionado à ausência de conflitos, à passividade ou à permissividade. Dupret (2002) ressalta que a paz é a prática da não-violência para a solução de conflitos, utilizando como base fundamental o diálogo, além da tolerância e da postura democrática.

A violência é um fato social que abrange toda a sociedade, ultrapassando os muros da escola e levando para o seu ambiente a realidade social de seus arredores. O início do estudo da violência escolar como tema de debate na sociedade, segundo Spósito (2001), coincide com a popularização da educação. Para a autora, a democratização da educação deu visibilidade a demandas sociais até então desconhecidas e ainda fomentou a luta pela melhoria dos espaços públicos, o que ocasionou a eclosão do tema.

O termo violência pode representar diversas situações, desde agressões físicas e verbais, pequenos delitos, danos ao patrimônio e ataques a propriedades e a indivíduos (ABRAMOVAY, 2004). Este trabalho de pesquisa considerou como violência escolar todo ato de agressão física ou verbal, que traga prejuízos físicos ou morais para o indivíduo ou para a instituição, interferindo negativamente no ambiente escolar e propiciando uma sensação de insegurança ou de medo (BECKER, KASSOUF, 2016).

Segundo Peregrino (2010), com a universalização do ensino fundamental, que teve início nas décadas de 70, 80 e 90, há uma mudança de perfil dos alunos atendidos pelas escolas públicas, uma vez que, a chegada de alunos pobres provocou uma fuga dos alunos de classe média, causando problemas inexistentes até então. A escola passa a ser vista algumas vezes como local para assistência social o que ocasiona o chamado processo de desescolarização das escolas, ou seja, ao receber um novo público bem diverso do que estava acostumada a atender, dada a massificação ou universalização da educação, as escolas passam a assumir funções que até então não as pertencia, principalmente voltada para a gestão da pobreza ou distribuição de rendas.

A massificação da educação, aliada ao despreparo dos profissionais para lidar com o novo público e a precarização dos espaços escolares, teve como

consequência, dentre outros problemas, a segregação de alunos, uma vez que muitos deles não conseguiam acompanhar o desempenho dos demais e passaram a habitar a escola, sem que conseguissem, de fato, escolarizar-se (PEREGRINO, 2010).

Essa segregação trouxe para a nova escola, problemas complexos, tais como a evasão escolar, a repetência e a distorção idade-série e problemas de violência no ambiente escolar. Os atos de violência, porém, não são restritos a um único grupo social e acontecem entre grupos de alunos, alunos e professores, entre alunos e ainda contra a própria instituição escolar, através de atos de depredação do patrimônio e de prédios públicos. (SPÓSITO, 2001).

O clima de medo com o qual muitos docentes convivem no seu cotidiano contribui para que o professor se sinta refém de seus próprios alunos. Além disso, há um estigma criado pela mídia quanto aos alunos das escolas de periferia, uma criminalização constante que faz com que esses alunos muitas vezes sejam tratados como delinquentes e não como crianças e adolescentes que são (GONÇALVES, SPOSITO, 2002).

Acredita-se que a propagação da cultura de paz nas escolas culminará na diminuição dos índices de violência no tratamento de conflitos, não somente nas escolas, como na sociedade de modo geral, uma vez que a boa convivência e o respeito afetarão o cotidiano desses alunos, mesmo fora dos limites escolares. Neste contexto, as Capacitações para Convivência Democrática e Formação de uma Cultura de Paz nas Escolas, propõe métodos e práticas para prevenção e tratamento de conflitos no ambiente escolar. O presente trabalho traz uma pesquisa sobre a atuação e percepção dos atores envolvidos nestas capacitações, buscando responder se o projeto pode auxiliar efetivamente as escolas na mediação de conflitos e na propagação de um ambiente de paz, segundo a percepção dos envolvidos.

Este capítulo traz uma apresentação das entidades envolvidas no projeto Rede de Paz, dividido em duas seções. A primeira seção traz uma descrição da Superintendência Regional de Ensino de Ubá, suas principais metas e desafios. Na segunda seção são apresentadas a Capacitação em Mediação de Conflitos, as entidades que se propuseram a participar da Rede de Paz e a instituição escolar onde aconteceu a primeira reunião de implantação da rede, acompanhada pela autora.

1.1 Superintendência Regional de Ensino de Ubá

A seguir serão apresentadas informações relevantes para o entendimento deste trabalho sobre a Superintendência Regional de Ensino de Ubá, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE MG. Conforme o estabelecido pela Lei nº 22257, de 27 de julho de 2016, a SEE MG tem como competência o planejamento e a execução de ações setoriais de responsabilidade do Estado, além da avaliação dessas ações, a fim de garantir uma educação pautada no desenvolvimento pleno do indivíduo e sua preparação para o exercício da cidadania. E ainda a preparação do indivíduo para o trabalho, a redução das desigualdades regionais e a equalização de oportunidades para todos (MINAS GERAIS, 2011).

Compete à SEE MG, entre outras atribuições, a formulação e coordenação da política estadual de educação e a supervisão de sua execução nas instituições públicas estaduais, a formulação de planos e programas, estabelecendo mecanismos que garantam um ensino público de qualidade e a supervisão de atividades dos órgãos e entidades de sua área de competência.

A fim de maximizar o alcance de suas ações, a SEE MG divide o território estadual em 47 regiões. Estas regiões são atendidas por uma Superintendência Regional, um elo entre a SEE MG e as instituições de ensino, quais sejam as escolas estaduais, as Secretarias Municipais de Educação, instituições particulares, entre outras.

Estas 47 regiões são agrupadas em seis territórios ou polos, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Polos Regionais

Polo	Regionais
Polo Regional Centro	SRE Metropolitana A
	SRE Metropolitana B
	SRE Metropolitana C
	SRE Conselheiro Lafaiete
	SRE Pará de Minas
	SRE Ouro Preto
	SRE Sete Lagoas
	SRE Divinópolis
Polo Regional Sul	SRE Campo Belo
	SRE Caxambu
	SRE Itajubá
	SRE Passos
	SRE Varginha

	SRE Pouso Alegre SRE São Sebastião do Paraíso SRE Poços de Caldas
Polo Regional Mata	SRE Barbacena SRE Carangola SRE Juiz de Fora SRE Ubá SRE Muriaé SRE Ponte Nova SRE São João Del Rei SRE Leopoldina
Polo Regional Triângulo	SRE Ituiutaba SRE Monte Carmelo SRE Paracatu SRE Unaí SRE Patrocínio SRE Uberaba SRE Uberlândia SRE Patos de Minas
Polo Regional Norte	SRE Curvelo SRE Diamantina SRE Pirapora SRE Januária SRE Montes Claros SRE Janaúba
Polo Regional Vale do Aço	SRE Almenara SRE Araçuaí SRE Caratinga SRE Coronel Fabriciano SRE Governador Valadares SRE Teófilo Otoni SRE Manhuaçu SRE Nova Era SRE Guanhães

Fonte: SEEMG, 2016^a.

De acordo com o Art. 74 do Decreto 45914, de 16 de fevereiro de 2012, uma Superintendência Regional de Ensino tem como missão efetuar ações de supervisão técnica e orientação normativa, além de articular e propiciar a integração entre Estado e Município, seguindo as diretrizes e políticas educacionais da SEE/MG. São competências das SRE, entre outras coisas, a promoção, coordenação e implantação de políticas educacionais, a orientação das comunidades escolares e prefeituras quanto à elaboração, acompanhamento e avaliação de programas e projetos educacionais, entre outras (MINAS GERAIS, 2012).

A próxima tabela mostra o quantitativo de Unidades de Ensino do Estado das redes Municipal, Estadual, Federal e Privada, considerando escolas Urbanas e Rurais.

Tabela 2 - Quantitativo de Unidades de Ensino

Rede	Unidades de Ensino		
	Urbanas	Rurais	Total
Estadual	3.321	334	3655
Federal	54	13	67
Municipal	5.317	3.547	8.864
Privada	3.835	40	3.875

Fonte: SEEMG, 2016 b.

O número de matrículas distribuídas pelas Unidades de Ensino conforme a tabela anterior é representada abaixo:

Tabela 3 - Quantidade de Matrículas nas Unidades de Ensino

Rede	Matrículas		
	Urbanas	Rurais	Total
Estadual	2.023.710	64.142	2.087.852
Federal	35.374	19.958	55.332
Municipal	1.558.030	208.357	1.766.387
Privada	711.868	3.160	715.028

Fonte: SEEMG, 2016b.

As Superintendências Regionais de Ensino têm a função de articulação entre as redes Federal, Estadual e Municipal e entre as Unidades de Ensino. Num estado com a extensão e a diversidade de Minas Gerais, o papel das SRE é de suma importância para a implantação e o desenvolvimento de políticas educacionais. Exercendo esta função, a SRE Ubá procura com este projeto criar canais de comunicação mais rápidos entre escolas, secretarias municipais de educação, Ministério Público e entidades de defesa dos direitos da criança e adolescente.

A Superintendência Regional de Ensino de Ubá - SRE Ubá, foi criada conforme Lei 7292, de 04 de julho de 1978, com a nomenclatura de Delegacia Regional de Ensino. A partir de 1994, passou a ser denominada Superintendência Regional de Ensino. Vinculada à SEE MG, o órgão tem a missão de promover a implantação de políticas educacionais, inspecionar a organização e o funcionamento de escolas públicas e privadas, zelar para que a legislação vigente seja cumprida, estimular o desenvolvimento pedagógico, além de cuidar e reestruturar a rede física e implantar novas tecnologias em 71 escolas estaduais e 01 Conservatório Estadual de Música, em 22 municípios da Zona da Mata Mineira.

Além das instituições estaduais, a SRE Ubá também atende às secretarias municipais de educação, entidades de ensino superior, APAE e escolas privadas dos municípios de Astolfo Dutra, Brás Pires, Coimbra, Divinésia, Dona Euzébia,

Dores do Turvo, Ervália, Guarani, Guidoal, Guiricema, Paula Cândido, Piraúba, Presidente Bernardes, Rodeiro, Rio Pomba, São Geraldo, Senador Firmino, Silveirânia, Tabuleiro, Tocantins, Ubá e Visconde do Rio Branco (SREUBÁ, 2006), conforme ilustra a imagem abaixo:

Figura 1 - Mapa da SRE Ubá



Fonte: SREUBÁ, 2016.

A tabela a seguir mostra o quantitativo de escolas, professores e profissionais da educação, na circunscrição da SRE Ubá.

Tabela 4 - Escolas, Alunos e Profissionais escolares em sala de aula por Modalidade e Etapa da Circunscrição da SRE Ubá

UF:	MG
Código do órgão regional	99002930
Nome do órgão regional:	00028 - SRE UBÁ
Total de escolas:	234
Total de alunos:	74268
Total de docentes:	10770
Total de auxiliares/assistentes educacionais:	127
Total de profissionais monitores de atividade complementar:	112
Total de tradutores intérpretes de Libras:	7

Fonte: INEP (2016), Adaptado pela autora .

Os números da tabela referem-se às redes municipal, estadual e privada no âmbito dos 22 municípios atendidos pela SRE Ubá.

A SRE é organizada em setores e dividida em três diretorias:

1. Diretoria Administrativa e Financeira - DAFI, responsável pela Divisão de Operações Financeiras - DIVOF, além dos setores de Prestação de Contas, Patrimônio e Rede Física;
2. Diretoria Educacional – DIRE, responsável pelo setor de Supervisão Escolar, Núcleo de Tecnologias Educacionais e SEDINE;
3. Diretoria de Pessoal – DIPE, responsável pela Divisão de Direitos e Vantagens, Divisão de Gestão de Pessoal, além do setor de Pagamento e Arquivo.

O setor de Inspeção Escolar está vinculado a Assessoria de Gabinete.

As carreiras de Profissionais da Educação Básica do Estado de Minas Gerais foram instituídas pela Lei nº 15.293 de 05 de agosto de 2004. Os profissionais lotados na SRE Ubá podem ser divididos basicamente em 03 carreiras:

1. Analista Educacional, para a qual o servidor deve comprovar formação de nível superior, com graduação específica ou licenciatura;
2. Analista Educacional com função de Inspetor Escolar, servidor ocupante do cargo de Analista Educacional, com habilitação em Inspeção Escolar e com regime de dedicação exclusiva;
3. Técnico da Educação, para a qual o servidor deve comprovar formação de nível técnico.

A equipe da SRE Ubá é composta por 26 Analistas Educacionais, 13 Analistas Educacionais com a função de Inspetor Escolar e 36 Técnicos da Educação que atuam diretamente nas escolas ou em trabalhos internos, tais como a análise de pastas de aposentadoria, inclusão de novos servidores estaduais designados ou efetivos, fiscalização e controle de prestação de contas das escolas estaduais, entre outras atribuições.

Nesse contexto, analistas e técnicos são mediadores das ações da SEE MG por intermédio da SRE Ubá. São responsáveis por motivar os diversos profissionais das instituições de ensino na implantação de projetos e participação efetiva no processo de democratização escolar, tais como a implantação do Grêmio Estudantil, o Conselho de Pais ou ainda o Colegiado Escolar.

Com essa finalidade, a SRE Ubá realiza periodicamente reuniões com gestores escolares, oficinas com docentes por área de atuação, oficinas para

docentes da Educação Especial, além de atendimento individual a servidores, alunos e pais de alunos. Também com esse fim, a SRE Ubá vislumbrou a implantação da Rede de Paz, que tem entre outras metas a construção de um ambiente saudável, fértil à construção do conhecimento.

1.2 A Rede de Apoio à Cultura de Paz no Ambiente Escolar

Dada a importância de se encontrar novas formas de ensinar e aprender, prevenindo e combatendo democraticamente a violência escolar, a SRE Ubá iniciou a implantação da Rede de Paz nas escolas de sua circunscrição. A seguir será apresentado o formato deste projeto, da capacitação que é oferecida por ele e as entidades envolvidas.

1.2.1 Desenho e Concepção da Rede de Paz

A ideia da implantação de uma rede intersetorial para auxiliar no tratamento de problemas causados pela violência no espaço escolar teve início em 2012 no Conselho Municipal de Educação de Ubá. Em reunião realizada em junho daquele ano, a importância de se tomar medidas urgentes para combater a violência na cidade de Ubá, que crescia significativamente, foi assunto destaque, apesar de não ter sido realizado nenhum tipo de pesquisa ou diagnóstico para se investigar quais as possíveis causas desse crescimento. Conforme Ata lavrada na ocasião, alguns envolvidos destacaram que muitos fatos passíveis de serem resolvidos no próprio ambiente escolar eram encaminhados para a Polícia Militar ou outras instituições onde faltavam recursos materiais e humanos, o que gerava grande morosidade na resolução dos problemas (CONSOLIDADO, 2012).

Com avaliações positivas, a reunião terminou com um consolidado em que representantes do Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Programa Segundo Tempo, Superintendência Regional de Ensino, Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, Amor Exigente, Polícia Militar e Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Vara da Infância e da Juventude) se prontificaram a participar de uma rede de paz que

buscasse de forma intersetorial, um meio de amenizar problemas de violência e divulgar programas já existentes, que não eram de conhecimento da maioria da população.

Apesar do documento produzido na reunião, dada a conjuntura política da época, o projeto não avançou e somente em 2015 voltou a ter continuidade. Percebeu-se que os problemas motivadores da primeira reunião eram persistentes e se agravaram em alguns casos, conforme constatados em relatórios de visitas dos Inspectores Escolares, em consonância com a proposta de trabalho aprovada pelo Conselho Municipal de Educação de Ubá, em junho de 2012. Assim, representantes de entidades presentes na ocasião, foram novamente convidados pela SRE Ubá a participarem de reunião para a implantação da Rede de Apoio Intersetorial pela Paz nas Escolas.

O Ofício Circular n 02 / 2015, expedido pela SRE Ubá e endereçado aos parceiros, convidava para reunião de criação e implementação da Rede de Apoio Intersetorial pela Paz nas Escolas de nossa região e salientava a urgência da conectividade e do compartilhamento de ações na perspectiva da qualidade de vida, segurança e educação no município e na região. Além disso, foi solicitado que cada uma das instituições encaminhasse de forma sucinta, quais atribuições ou atividades da instituição poderiam ser aplicáveis no desenvolvimento da Rede.

A Rede de Paz, como passou a ser chamada, começou a ser desenhada e implantada em 14 escolas com maior frequência de ocorrências, conforme registros internos da Superintendência, da cidade de Ubá e municípios atendidos pela SRE Ubá. O Ofício Circular n 03 / 2015 convocava o gestor de cada uma destas 14 escolas, dois professores, um pai de aluno e dois alunos das mesmas escolas, para participarem da reunião. Daí conceituou-se a Rede de Paz como mais um instrumento para garantia de direitos estabelecidos¹, conforme o Art. 227 da Constituição Federal de 1988:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

¹ Ainda não há um documento oficial que represente o projeto.

Concretizado pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, é precursor de organização de um sistema de políticas públicas que priorizam a proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Esse sistema, denominado Sistema de Garantia de Direitos – SGD atua no âmbito de três pilares: a prevenção, a promoção e a proteção. Um SGD é um conjunto de estratégias passíveis de serem utilizadas por pessoas ou entidades da sociedade civil ou do poder público com a finalidade de garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. (ORSINI, GUERRA, LIMA, 2014). A figura abaixo representa o que propõe a Rede de Paz.

Figura 2 - Mapa da Rede de Paz



Fonte: SRE Ubá.

Na figura, a forma de círculo foi pensada para simbolizar liderança partilhada, igualdade, conexão e inclusão, além de promover foco, responsabilidade e participação de todos. Seria ainda uma forma de ilustrar a necessidade de atuação de forma articulada entre as entidades. Em conformidade com esse pensamento, a Rede de Paz é a implantação de um SGD e visa a prevenção de conflitos graves e a otimização da interação entre as entidades, de forma intersetorial, na solução de conflitos cotidianos da escola, conforme entrevista com o Analista Edmar Pereira, Superintendente à época e atual responsável pelo monitoramento da Rede.

Em ambientes plurais como o ambiente escolar, mais notadamente o das escolas públicas, não é raro o surgimento de situações cotidianas que acarretam conflitos graves e que poderiam ter sido evitados. Buscando disseminar uma cultura de paz no ambiente escolar, a Rede de Paz prevê uma Capacitação em Mediação de Conflitos, conforme detalhado no próximo tópico.

1.2.2 Capacitação em Mediação de Conflitos

A Rede de Paz vem desenvolvendo ações de capacitação de profissionais e alunos visando à valorização da individualidade de cada um, combatendo o preconceito e a intolerância de modo geral e prevenindo conflitos graves. As capacitações vêm acontecendo com participação da comunidade escolar e tem boa aceitação. Esta pesquisa busca conhecer a percepção dos envolvidos sobre as capacitações e qual o impacto que elas terão no ambiente escolar.

A finalidade principal das capacitações é envolver a comunidade escolar no projeto e despertar nos alunos e profissionais a predisposição em resolver conflitos de forma dialógica, além disso, fomentar e apoiar o protagonismo juvenil, estimulando a participação política e a construção da cidadania plena dos atores escolares. Em outubro de 2015 teve início a primeira capacitação de Formadores em Práticas Restaurativas no Ambiente Escolar, com a participação de professores, alunos, pais e membros da comunidade. As capacitações foram realizadas por Analistas Educacionais da SRE Ubá e buscaram preparar os indivíduos para a compreensão e o tratamento de conflitos no ambiente escolar, além de auxiliar na implantação de práticas restaurativas para a solução de conflitos, contribuindo para um ambiente saudável e para o acesso à justiça.

O material utilizado nas capacitações foi elaborado utilizando, entre outros, o programa Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça - RECAJ da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Programa formado por grupos de alunos e ex-alunos da graduação e pós-graduação da UFMG, orientados pela professora Adriana Goulart de Sena Orsini, com a finalidade de se trabalhar a construção de um ambiente escolar saudável, além de compreender a legislação sobre os direitos da criança e do adolescente, e de formas complementares de solução de conflitos. (ORSINI, GUERRA, LIMA, 2014).

No primeiro momento das capacitações, em 2015, foram discutidas as diversas formas de violência, as consequências para o ambiente escolar, a adolescência e sua forma de se manifestar, além de estratégias para se lidar com conflitos graves e os Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil.

Em 2016, devido à grande demanda de trabalho, as capacitações não tiveram o mesmo ritmo do ano anterior. O módulo Formas de Prevenção e Solução de Conflitos e o Acesso à Justiça foi ministrado nas escolas no primeiro semestre do ano. O módulo aborda a concepção de acesso à justiça e a importância de se buscar novas fórmulas de soluções de conflitos em ambientes escolares, salientando que uma mudança de cultura, valorizando o diálogo, perpassa por um processo educacional, propício para ambientes escolares.

Em 2017 houve nova mudança de diretoria da SRE Ubá. A nova diretoria manteve o projeto e as capacitações aconteceram de forma mais acentuada. Com encontros previstos entre os meses de março/2017 e novembro/2018, as capacitações ministradas por Analistas – ANE e Técnicos Educacionais - TDE da Diretoria Educacional - DIRE da SRE Ubá, diretoria responsável pelo bom funcionamento pedagógico das escolas, foram preparadas com base no material disponibilizado pelo RECAJ, entre outras referências.

Analistas e técnicos se prepararam com base na análise dos materiais e debate entre eles, sem nenhum outro tipo de capacitação ou preparação externa. A equipe envolvida é composta sempre pelos mesmos técnicos e analistas, que são chamados de Multiplicadores. Espera-se com isso, estreitar o vínculo entre os servidores da SRE Ubá e a comunidade escolar, conforme explica o Analista Educacional e ex-superintendente, Edmar Pereira Lopes.

O público alvo das capacitações são os educadores, lideranças estudantis, gestores e representantes das famílias, assim como as entidades parceiras. O

conteúdo programático foi dividido entre encontros presenciais mensais com o intuito de formar mediadores e multiplicadores que deverão aplicar e reproduzir nas escolas. A seguir tabela com a carga horária de cada tema abordado nas capacitações.

Tabela 5 - Programa das capacitações da Rede de Paz

Programa Convivência Democrática Rede de Paz nas Escolas		
Público Alvo: Educadores, lideranças estudantis, gestores e representantes das famílias.		
Período: abril / 2017 a novembro / 2017		
Tema	Carga Horária	Responsável
1 – Vivência para Mediação de Conflitos	12 horas	Analistas e Técnicos Educativos Equipe Pedagógica SRE Ubá
2 – Práticas Restaurativas do Ambiente Escolar – Módulo I	08 horas	
3 – Práticas Restaurativas do Ambiente Escolar – Módulo II	08 horas	
4 - Práticas Restaurativas do Ambiente Escolar – Módulo III	08 horas	
5 – Somos da Paz	04 horas	
6 - Escola de Mediadores	06 horas	
7 – Bate-papo Cabeça	04 horas	

Fonte: Criado pela equipe pedagógica da SRE Ubá.

O tema Vivências para Mediação de Conflitos foi dividido em 03 encontros com 04 horas de duração. Os encontros aconteceram entre os meses de abril e maio de 2017. No mês de maio aconteceram os encontros do módulo Manual da Família pela Paz nas Escolas, com carga horária de 04 horas presenciais. Entre os meses de junho a setembro, aconteceram os encontros para a discussão do tema Práticas Restaurativas do Ambiente Escolar, dividido em 03 módulos, com 04 horas de duração cada um. Os demais temas serão trabalhados no próximo ano.

O módulo “Vivências para Mediação de Conflitos” visa o autoconhecimento do indivíduo, do meio onde vive e de seu papel para um ambiente saudável. Através de práticas reflexivas e dinâmicas em grupo, o módulo busca mostrar aos participantes que a prática de viver em paz tem que ser desejada e trabalhada individualmente. Para isso, é preciso que o indivíduo viva em paz consigo mesmo, com a natureza e com a sociedade. Dessa forma, o módulo busca enaltecer valores, tais como: tolerância, respeito, amizade, amor próprio e autoconceito positivo. Ao final do módulo, os participantes são convidados a refletir e praticar em seu cotidiano as técnicas desenvolvidas durante o encontro presencial.

No tema Manual da Família pela Paz é feito um estudo sobre a importância dos pais na formação do indivíduo. Além disso, é apresentado e discutido um estudo sobre as diversas fases que a criança passa, desde o útero materno até a adolescência. Os encontros são realizados em formato de rodas de conversa e é mais voltado para pais, mães e educadores, de modo geral.

O tema Práticas Restaurativas no Ambiente Escolar foi dividido em 03 módulos. O primeiro traz uma abordagem dos principais tipos de violência, as visões de conflitos e as formas de tratamento pela sociedade e pela escola. A adolescência e suas formas de manifestar seus anseios e medos, também é tema deste módulo, além disso, as diferentes estratégias utilizadas para lidar com os conflitos, a proteção da criança e do adolescente e os Sistemas de Garantias de Direitos.

No segundo módulo do tema Práticas Restaurativas no Ambiente Escolar são tratadas as formas de prevenção e solução de conflitos e o acesso à justiça. Este módulo busca destacar o ambiente escolar como lugar essencial para a formação de uma cultura de paz e para a promoção dos direitos humanos, destacando o acesso à justiça como um dos direitos fundamentais do ser humano. Além disso, são apresentadas e discutidas técnicas de mediação de conflitos escolares, prezando sempre pelo diálogo e capacitando os jovens participantes para tornarem-se mediadores entre seus pares.

Finalizando o tema, o terceiro módulo conceitua e discute a Justiça Restaurativa e apresenta Práticas Restaurativas de resolução de conflitos. Na Justiça Restaurativa, o foco não é apenas a punição do agressor, mas sim a possibilidade de recomeço, visando uma convivência pacífica futura entre vítima e agressor. Além disso, o módulo mostra a importância do fortalecimento das redes comunitárias e das parcerias entre entidades governamentais e não governamentais. Os Círculos Restaurativos é uma prática apresentada e discutida no módulo. Podem fazer parte destes círculos vítimas, agressores, familiares, profissionais do judiciário, representantes de instituições de assistência social, membros da comunidade escolar, entre outros. A partir de novembro deste ano, terá início a formação destes círculos nas escolas participantes. Além dos Círculos Restaurativos, o Projeto Rede de Paz irá fomentar a partir de novembro de 2018 a formação de Grupos de Apoio às Famílias e Grupos de Apoio aos Professores, a fim de buscar a restauração de laços entre família e escola e resgatar a sensação de pertencimento da escola para os envolvidos.

O cronograma para as capacitações para o ano de 2018 será elaborado posteriormente, de acordo com a demanda de trabalho da Diretoria Educacional. Na próxima seção serão apresentadas informações relevantes sobre as entidades que fazem parte da Rede de Paz.

1.2.3 Entidades Envolvidas no Projeto

A Rede de Apoio Intersectorial pela Paz nas Escolas é formada por entidades, órgãos ou instituições que desempenham suas atribuições de forma independente. A ideia da rede não é criar novas instituições ou novas atribuições, é apenas fazer com que essas instituições se comuniquem de forma eficaz, tendo um olhar diferenciado para o público em questão: o aluno e o ambiente escolar.

A SRE Ubá tem como missão na Rede de Paz a coordenação e motivação, uma vez que tem papel de mediadora entre as instituições envolvidas e, por ser uma instituição de grande importância como elo entre os entes políticos, têm maior facilidade de acesso e articulação.

As reuniões acontecem com a presença de representantes do Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer da cidade de Ubá e municípios onde situam as escolas escolhidas para o início do projeto, do Programa Segundo Tempo² de entidades religiosas locais, do Amor Exigente³, Polícia Militar e Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Vara da Infância e da Juventude), do município de Ubá e região. Além de representantes dos alunos, professores e comunidades escolares.

Em 2015, cada representante, inclusive alunos e familiares, foi convidado a fazer uma relação de atividades e atitudes que poderiam ser desenvolvidas em parceria com as escolas para a transformação do ambiente escolar. Essas atividades eram listadas em formulário próprio distribuído a cada entidade. Um

² Programa Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte que visa democratizar o acesso à prática de esporte e promover o desenvolvimento da criança e do adolescente.

³ O Amor-Exigente é um programa de auto e mútua ajuda que desenvolve preceitos para a organização da família, que são praticados por meio dos 12 Princípios Básicos e Éticos, da espiritualidade e dos grupos de auto e mútua ajuda que através de seus voluntários, sensibilizam as pessoas, levando-as a perceberem a necessidade de mudar o rumo de suas vidas e do mundo, a partir de si mesmas.

representante das famílias sugeriu que seria necessária uma maior participação e integração com a escola num sistema de parceria, para isso, em nome dos demais responsáveis presentes, assumiu o compromisso de comparecer à escola com maior frequência.

O Ministério Público da Infância, Juventude e Família ressaltou que se esforça por desempenhar sua missão, levando ao judiciário as demandas quanto à violação de direitos da infância e dos adolescentes, além de fiscalizar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, servindo como agente receptor das demandas sociais, trabalhando em parceria com as demais instituições envolvidas na investigação e combatendo a violência. Seu representante salientou a importância de se desenvolver políticas para a prevenção e o combate à violência.

O Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente se comprometeu a trabalhar em parceria com as escolas, cumprindo as atribuições que lhe compete, conforme previsto no artigo nº 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90, visando garantir os direitos da criança e do adolescente. Algumas ações aplicáveis à Rede, segundo o representante presente, seriam requisitar serviços para as crianças e adolescentes nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer; zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes; encaminhar ao Ministério Público, notícia de fato, quando houver suspeitas ou violações de direitos, como evasão escolar, maus-tratos, agressões físicas e psicológicas, entre outras.

Outra entidade a propor ações foi o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA da cidade de Ubá, órgão responsável por formular políticas e controlar ações de iniciativas de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando ações de execução. O CMDC se comprometeu em buscar articulação com outras entidades para promover o bem estar e o desenvolvimento do aluno. Algumas entidades citadas foram o Patronato São José, instituição do município de Ubá que acolhe menores do sexo masculino em situação de risco, em sistema de internato ou semi-internato, as APAEs, a Faculdade Governador Ozanam Coelho – FAGOC com o projeto Jovem Aprendiz, creches e albergue municipal.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ubá se dispôs a participar da Rede de Paz colocando à disposição programas já em funcionamento na cidade. Vinculado a esta secretaria o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS oferece atendimento especializado a crianças,

adolescentes, idosos em situação de violação de direitos, acolhendo o indivíduo e a família e se coloca à disposição para atender toda a Rede.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, também vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, oferece oficinas com a finalidade de promover capacitação, inclusão e inserção produtiva de indivíduos de áreas de vulnerabilidade social, promovendo inclusive oficinas para o público adulto visando a promoção do acesso à renda ou melhoria da renda familiar. Outra instituição vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ubá é a Casa da Juventude, instituição municipal de acolhimento do adolescente em risco de vulnerabilidade social grave ou risco social. Segundo representante da secretaria, a casa oferece acolhimento temporário aos adolescentes, além de proteção, assistência social e psicológica.

A Polícia Militar de Minas Gerais ofereceu o espaço do 21º Batalhão da Polícia Militar, na cidade de Ubá e a ampliação de projetos como “Craque só de bola”, que atende crianças de 09 a 12 anos de idade, que devem frequentar regularmente a escola e ter média superior a 60% para continuar a participar dos treinos de futebol e voleibol, oferecidos no contra turno escolar. Esse projeto tem parceria com faculdades locais e os estudantes de Educação Física participam em sistema de estágio. Outro projeto ampliado pela Polícia Militar e que foi colocado a disposição da Rede foi o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, que já acontece nas escolas, graças ao esforço cooperativo da Polícia Militar, escolas e famílias. O programa oferece atividades educacionais em sala de aula, visando prevenir que crianças e adolescentes em fase escolar incidam no uso de drogas, despertando-lhes consciência para o problema.

Outro programa da Polícia Militar é a Patrulha Escolar que além de realizar rondas em horários de entrada e saída das escolas, realiza visitas periódicas nas instituições, buscando trazer para o ambiente escolar o sentimento de segurança e proteção, além de estreitar os laços entre a polícia militar e a comunidade escolar.

A Secretaria Municipal de Saúde de Ubá se prontificou a participar da Rede colocando à disposição o Programa Saúde na Escola – PSE, que articula ações da saúde e educação, envolvendo alunos da rede pública municipal e estadual, visando a melhoria da qualidade de vida do educando através de ações de integração e articulação com as escolas. O PSE conta com uma equipe composta por

nutricionista, psicóloga, dentista e agente administrativo de saúde, além de trabalhar em parceria com o CRAS, CREAS, entre outros.

Representantes da Pastoral da Saúde, da Igreja Católica, ofereceram o serviço de acompanhamento de crianças e adolescentes que apresentam dificuldade de aprendizagem. A Igreja Presbiteriana ofereceu realizar trabalho com pais e alunos, promovendo palestras e orientações. A Federação de Moradores e Associações Comunitárias de Ubá se prontificou a divulgar a implantação da Rede nos bairros, buscando selar parcerias.

Duas instituições de ensino superior com sede em Ubá também se prontificaram a participar. A Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG colocou à disposição o espaço de laboratórios, se prontificou a realizar cursos e minicursos nas áreas ambientais, empreendedorismo e química, promover palestras e capacitações com professores, encaminhar estagiários para auxiliar na realização de eventos nas escolas, entre outras. A Faculdade Presidente Antônio Carlos também disponibilizou laboratórios, biblioteca e ludoteca para treinamentos e atividades recuperadoras ou emancipacionistas, além de estagiários nas áreas disponíveis, e se prontificou a participar da realização dos eventos da Rede de Paz.

As informações acima foram encaminhadas para a SRE Ubá pelas próprias instituições, em resposta ao formulário enviado para cada uma delas. Outras entidades não documentaram as ações realizadas por elas que seriam aplicáveis à Rede de Paz. Um dos principais obstáculos enfrentados desde a implantação do projeto é a grande demanda de trabalho de todas as instituições e a incompatibilidade de agenda. Outro desafio é a falta ou dificuldade de documentação das ações, na maioria das vezes devido ao excesso de atribuições de servidores, uma vez que não há nas instituições, assim como na SRE Ubá, um servidor responsável apenas pela documentação do projeto.

Além das instituições parceiras a participação efetiva da equipe escolar é fundamental para que o projeto atinja seus objetivos. Para dar início a ele foram convidadas algumas escolas dentre as atendidas pela SRE Ubá, utilizando-se a estratégia conhecida como dividir para conquistar. A próxima seção traz informações sobre as escolas nas quais o projeto começa a ser implantado e que são objeto de pesquisa deste trabalho.

1.2.3.1 Escolas Atendidas

Como apresentado anteriormente no decorrer deste capítulo, a iniciativa da implantação da Rede de Paz surgiu em reunião com o Conselho Municipal de Educação de Ubá que culminou em documento salientando a necessidade de ações intersetoriais no município a fim de minimizar as consequências da violência no ambiente escolar.

Como o número de escolas pertencentes à circunscrição de Ubá é demasiado grande para se iniciar um projeto, foram convidadas a participar da reunião de implantação da Rede de Paz, em 2015, 14 escolas das cidades de Ubá, Tocantins, Rio Pomba, Rodeiro e Guidoal. Com o início das capacitações, outras escolas solicitaram o atendimento e atualmente são 21 estabelecimentos e duas Secretarias Municipais de Educação que conheceram o projeto e querem implantar em suas instituições de ensino. Dentre as 21 escolas, a EE Eunice Weaver da cidade de Ubá, foi escolhida pela SRE Ubá, devido a repetidos problemas de violência dentro do ambiente escolar, segundo registros realizados pela equipe pedagógica e de Inspeção Escolar, para a primeira reunião com a comunidade para a apresentação e implantação da Rede de Paz.

A Escola Estadual Eunice Weaver, situada no Povoado São Domingos, Colônia Padre Damião, atende uma comunidade situada ao redor do atual Hospital Padre Damião, antigo Sanatório Padre Damião, hospital para onde eram levados pacientes com hanseníase numa época em que as pessoas com essa doença eram separadas das outras saudáveis. O medo do contágio de uma doença que não tinha cura fazia com que as pessoas portadoras da doença ficassem isoladas e muitas delas tinham seus filhos retirados de seu convívio e levados para educandários.

Ao redor do hospital há três regiões principais a Colônia Padre Damião, o Sítio São Domingos e o Cantinho do Céu. Apesar de a doença ter sido controlada e o medo do contágio ter diminuído significativamente, os moradores ainda carregam consigo o estigma do abandono e do preconceito. Conforme relatos de professores da escola, os alunos têm problemas de autoestima e alguns deles têm envolvimento com tráfico e uso de drogas. O hospital da FHEMIG presta grande assistência à saúde da população local, além disso, há uma unidade de saúde com a Estratégia Saúde da Família, porém não há programas sociais ou creches na região.

Não há postos policiais nas redondezas e a sensação de insegurança facilita a ação de infratores. As ruas são pavimentadas, algumas com asfalto e o serviço de transporte público é o mesmo oferecido para o restante do município, respeitando a distância do povoado. A maioria das casas tem esgoto encanado, mas não tem fornecimento de água ou eletricidade feito nas casas pelas mesmas companhias que prestam o serviço para o restante do município. Por se tratar de propriedade do estado, o mesmo serviço de água e eletricidade do hospital estadual é dividido entre a população que não paga pela sua utilização.

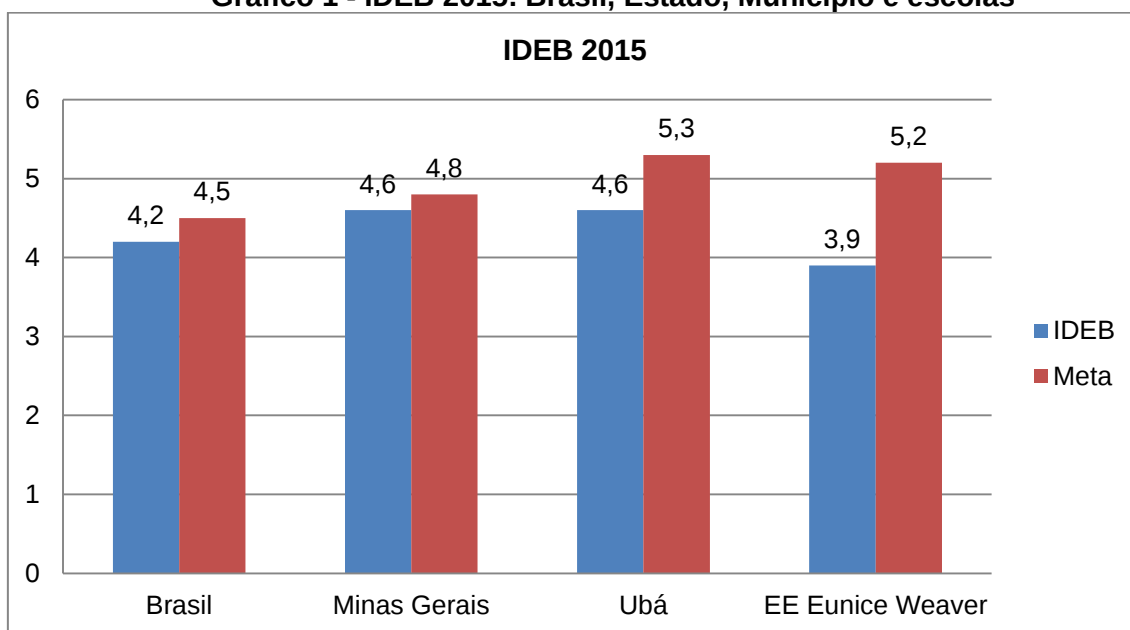
Na localidade há duas escolas: a Escola Municipal Dr. Heitor Peixoto de Toledo que atende alunos da educação infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a EE. Eunice Weaver que oferece a modalidade de ensino Regular e Educação de Jovens e Adultos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A tabela a seguir apresenta um consolidado sobre a EE. Eunice Weaver.

Tabela 6 - Informações Gerais - EE Eunice Weaver

Localização	Rural
Total de Alunos	233
Alunos em Tempo Integral	69
Total de Docentes	28
IDEB	3,9

Fonte: SIMADE (2016); INEP (2016) adaptado pela autora.

Os relatos registrados nos relatórios de atendimento escolar do setor de Inspeção Escolar da SRE Ubá apontam com situações recorrentes de violência entre alunos, alunos e professores e contra o patrimônio. Estas situações de violência dentro da escola têm como principal consequência, conforme também mostrou Abramovay (2004), a depreciação do ambiente escolar e o enfraquecimento das relações interpessoais, o que interfere na qualidade das aulas e no desempenho dos alunos. O gráfico a seguir mostra um comparativo dos IDEB da EE Eunice Weaver, em relação ao mesmo índice do Brasil, Minas Gerais e Ubá.

Gráfico 1 - IDEB 2015: Brasil, Estado, Município e escolas

Fonte: Ideb, 2015.

Os números mostram uma defasagem em relação ao País, Estado e Município. O resultado é referente aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e a tabela abaixo mostra o índice de aprendizagem dos alunos, o fluxo ou percentual de alunos aprovados e o IDEB. Foi escolhido o resultado da Prova Brasil, referente ao 9º ano, uma vez que a EE Eunice Weaver não oferece Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 7 - Comparativo do índice de aprendizado, fluxo e IDEB no ano de 2015 da EE Eunice Weaver ao País, Estado e Município

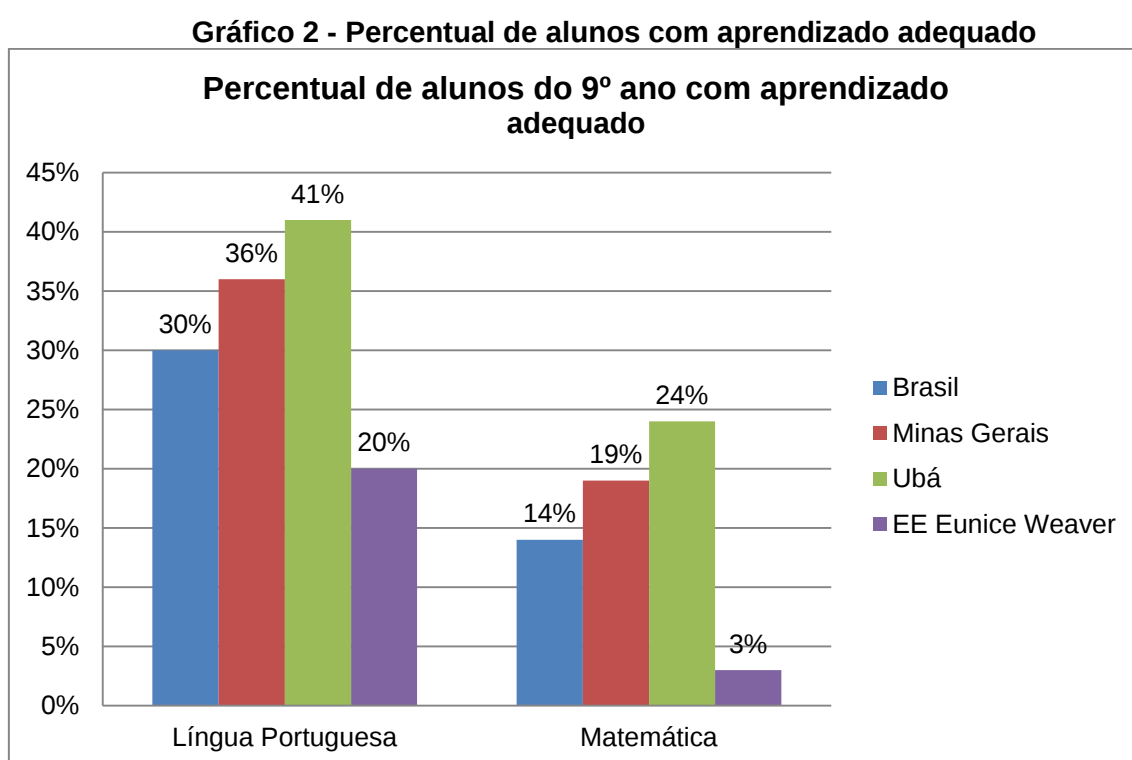
	Aprendizado	Fluxo	IDEB
Brasil	4,97	0,85	4,2
Minas Gerais	5,25	0,87	6,1
Ubá	5,45	0,84	4,6
EE Eunice Weaver	4,83	0,82	3,9

Fonte: Lemann e Merit, 2015.

De acordo com a tabela os índices da escola são inferiores aos índices municipal, estadual e federal. O resultado da Prova Brasil é apresentado em pontos, utilizando a Escala SAEB. O comitê científico Todos Pela Educação estabelece a partir de qual pontuação pode-se considerar que o aluno demonstrou domínio de determinada competência. Os alunos são divididos em 04 níveis: Insuficiente,

Básico, Proficiente e Avançado. Serão considerados alunos com aprendizado adequado, alunos que estão nos níveis proficiente e avançado.

O gráfico abaixo mostra um comparativo dos percentuais de alunos com aprendizado adequado do Brasil, do estado de Minas Gerais, da cidade de Ubá e da EE Eunice Weaver. Percebe-se que a cidade de Ubá tem percentual superior do que o Estado e o País, porém a escola em epígrafe apresenta índice bem abaixo do percentual municipal, possivelmente este fato tenha relação com a violência e a indisciplina dos alunos.



Fonte: Lemann e Merit, 2015.

Em Português foi avaliada a competência de leitura e interpretação de texto e em Matemática a competência de resolução de problemas. Conforme se lê no gráfico, a cidade de Ubá está acima da média do Estado e do País, porém a escola em destaque não apresenta o mesmo desempenho. De acordo com o comitê Todos Pela Educação, a meta é que 70% dos alunos das escolas aprendam o adequado até 2022. A tabela abaixo mostra os percentuais de alunos em cada nível de desenvolvimento, de acordo com o Todos pela Educação.

Tabela 8 - Percentual de alunos por nível de desempenho nas escolas

	Avançado		Proficiente		Básico		Insuficiente	
	Port	Mat	Port	Mat	Port	Mat	Port	Mat
Brasil	5	2	25	12	52	56	18	30
Minas Gerais	7	3	29	16	48	55	16	26
Ubá	9	4	32	20	49	54	10	22
EE Eunice Weaver	3	0	17	3	77	60	3	37

Fonte: Lemann e Merit, 2015.

Pelos dados da tabela é possível perceber que o percentual de alunos com níveis de desempenho Proficiente e Avançado na escola apresentada estão consideravelmente abaixo do percentual do município, principalmente em Matemática. Em contrapartida, o índice de alunos no nível Básico ou Insuficiente nesta escola é bastante superior, com exceção de Português. A EE Eunice Weaver tem apenas 3% de alunos com desempenho insuficiente.

De acordo com as respostas dadas ao questionário da Prova Brasil, foi traçado o perfil Socioeconômico e Cultural dos alunos, tendo como base sua renda, ocupação e escolaridade. O Nível Socioeconômico - NSE é representado em uma escala de 0 a 10 e separa os alunos em 7 níveis qualitativos: Mais Baixo, Baixo Médio-baixo, Médio, Médio Alto, Alto e Mais Alto. Essa separação permite a comparação de escolas cujos alunos tenham o mesmo NSE. A tabela abaixo traz a relação de escolas de Anos Finais do Ensino Fundamental avaliadas pela Prova Brasil em 2015 e que tiveram o seu desempenho calculado pelo INEP, classificadas pelo NSE.

Tabela 9 - Relação de escolas de 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, com pelo menos 10 alunos matriculados, classificadas pelo Nível Socioeconômico

Escola	NSE* (Índice Numérico)	NSE* (Classe)	Aprendizado Adequado (%) Matemática	Crescimento entre 2013 e 2015 (pp*) Matemática	Aprendizado Adequado (%) Português	Crescimento entre 2013 e 2015 (pp*) Português
EE Coronel Camilo Soares	5,69	Médio- alto	42,97	2,69	61,9	6,81
EE Raul Soares	5,24	Médio	25,99	1,75	46,39	3,56
EE Professor Livio De Castro Carneiro	5,22	Médio	20,91	-1,75	43,02	-0,87
EE Doutor Jose Januário Carneiro	5,13	Médio	6,63	2,81	29,95	0,44
EE Deputado Carlos Peixoto Filho	5,06	Médio	21,99	-8,31	34,34	-4,09
EE São José	4,93	Médio	33,37	-1,25	48,64	4,08
EE Cesário Alvim	4,92	Médio	12,11	-5,28	35,61	8,27
EE Doutor Levindo Coelho	4,9	Médio	23,16	0,57	33,37	-11,71
EE Governador Valadares	4,84	Médio	11,59	-14,05	41,14	2,35
EE Cândido Martins De Oliveira	4,79	Médio	10,54	0	21,04	-5,28
EE Eunice Weaver	4,75	Médio	3,32	-8,28	19,99	1,18
EE Padre Joãozinho	4,74	Médio	15,62	7,3	23,86	-4,68

Fonte: Lemann e Merit, 2015.

Os números mostram que de modo geral houve queda no aprendizado dos alunos em relação a 2013, principalmente no ensino da matemática. O nível socioeconômico dos alunos da EE Eunice Weaver, com uma queda de mais de 8% em matemática estão entre os níveis mais baixos.

Por ocasião da Prova Brasil em 2015, 22 diretores, 136 professores, 771 alunos do 5º ano e 1062 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da cidade de Ubá responderam a questionário sobre seu cotidiano, a escola e o processo de ensino

aprendizagem nas escolas. Questionados sobre o problema de aprendizagem dos alunos, 60% dos professores responderam que a indisciplina na sala de aula é o principal causador de problemas de aprendizagem, 93% dos professores apontaram o desinteresse dos alunos como uma das causas principais para o problema. A indisciplina também foi apontada como complicador para o bom funcionamento escolar por 49% dos diretores. (LEMANN; MERIT, 2015).

Fatores externos também foram apontados como principais causas do mau desempenho dos alunos. 87% dos professores acreditam que o meio onde o aluno vive interfere em seu desenvolvimento. Da mesma forma, 78% acreditam que o nível cultural dos pais interfere também no desenvolvimento dos alunos. Ao serem perguntados sobre o nível de escolaridade dos pais, 34% dos alunos que souberam responder, disseram que sua mãe não completou o 9ª ano do Ensino Fundamental. Apenas 17% responderam que sua mãe terminou o Ensino Médio e 3% afirmam que a mãe não sabe ler ou escrever. Da mesma forma em relação ao pai, 24% responderam que o pai não completou o 9º ano do Ensino Fundamental, 16% terminaram o Ensino Médio e 4% não sabem ler e escrever (LEMANN; MERIT, 2015).

Com relação ao acompanhamento do aluno pela família, 89% dos professores responderam que a falta de assistência e acompanhamento dos pais na vida escolar do aluno são fatores preponderantes para um baixo desempenho dos alunos. Ao serem perguntados sobre a frequência com que seus pais ou responsáveis vão à escola, 36% dos alunos responderam que seus pais só vão a escola de vez em quando e 6% que os pais não vão nunca ou quase nunca. Em resposta sobre sua trajetória escolar, 17% dos alunos responderam que foram reprovados pelo menos 01 vez, 4% deles foram reprovados 2 ou mais vezes e 3% já chegaram a abandonar os estudos durante o ano letivo pelo menos uma vez. (LEMANN; MERIT, 2015).

A maioria dos profissionais das escolas de Ubá respondeu que convive com a violência no ambiente escolar. A tabela abaixo traz um apanhado das principais questões sobre a violência no ambiente escolar em 2015.

Tabela 10 - Resposta dos profissionais das escolas de Ubá ao questionário do INEP sobre Violência no Cotidiano Escolar – 2015

Aconteceram durante o ano na escola onde trabalha	Professores que responderam afirmativamente	Diretores que responderam afirmativamente
Atos de agressão verbal ou física de alunos contra profissionais da escola	56%	59%
Atos de agressão verbal ou física entre alunos	75 %	68 %
Ter sido vítima de atentado contra a vida	1%	5%
Ter sido vítima de ameaças por parte de alunos	9%	18%
Ter sido vítima de furto dentro da escola	8%	9%
Alunos alcoolizados durante as aulas	5%	0%
Alunos sobre efeitos de alguma droga ilícita durante as aulas	9%	27%
Alunos entraram na escola portando armas brancas (facas, canivetes, entre outros)	4%	5%

Fonte: Lemann e Merit, 2015.

Os dados mostram como se faz necessário falar sobre a violência nas escolas no município e a importância de se buscar meios para diminuir ou amenizar o problema. Para Abramovay (2004) ao se falar sobre violência é preciso buscar um novo significado para o problema, numa visão crítica e proativa, buscando encontrar mecanismos e meios de superar ou diminuir situações de violência no ambiente escolar, para a garantia de um ambiente agradável e fértil para o aprendizado e o desenvolvimento do indivíduo.

Neste contexto, será apresentado no próximo capítulo um apanhado sobre a violência escolar, suas possíveis causas e formas de preveni-las ou combatê-las. Serão apresentadas também a metodologia utilizada para a pesquisa e uma análise do que tem sido realizado pela SRE Ubá através da Rede de Paz, assim como uma avaliação das capacitações realizadas pelo projeto..

2 PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS E VIOLÊNCIA EM AMBIENTES ESCOLARES

A Capacitação em Mediação de Conflitos, realizadas pelo projeto Rede de Paz busca fomentar nos participantes a convivência democrática e a solução dialogada de conflitos, tão comuns na adolescência. As capacitações trabalham os problemas comuns desta fase, colocando o jovem e o adolescente não mais como ouvinte do processo, mas com coadjuvante e multiplicador cultural. O diálogo é a forma mais eficaz no tratamento de conflitos e prevenção de situações de violência, conforme mostrado nos módulos das capacitações, que destaca também a importância do ambiente escolar para a formação do indivíduo, de sua cidadania e para a promoção dos seus direitos.

Neste capítulo será apresentada uma discussão teórica sobre a violência, que servirá como base para uma análise do que tem sido realizado com a implantação da Rede de Paz, mais notadamente através das capacitações realizadas pelo projeto. Além disso, serão apresentadas a metodologia utilizada para a pesquisa e a análise dos dados levantados com a pesquisa.

2.1 Violência Escolar

A violência é um tema cuja complexidade ultrapassa os muros da escola e que interfere diretamente no desenvolvimento do aluno e no processo de ensino aprendizagem. O espaço escolar é espaço de convivência, alegrias, aprendizagem e também de conflitos, uma vez que nele o indivíduo aprende a lidar também com frustrações, tristezas e opiniões divergentes (VENTURI, 2016).

Além disso, o ambiente escolar pode ser considerado uma extensão da comunidade onde a escola está situada, dessa forma, conflitos existentes além muros da escola interferem no comportamento dos alunos e na forma de convivência. A diversidade do ambiente escolar pode ser considerada uma grande riqueza, uma vez que somente através da convivência com o diferente o indivíduo desenvolve verdadeiramente suas habilidades humanas e sociais, mas ao mesmo tempo pode gerar hostilidades, intolerância e sofrimento, sendo necessária a implementação de uma cultura de paz e respeito, através de ações que salientem a importância da tolerância e da aceitação do outro (VENTURI, 2016).

Nesse contexto, o conflito aparece no cotidiano escolar como consequência inevitável e com pontos positivos para o desenvolvimento humano. A violência por sua vez não tem lado positivo e pode ser caracterizada pela utilização da força e pela ruptura do diálogo, como também pela intolerância e pelo preconceito, como uma forma sutil de violência que também deve ser evitada (SPOSITO, 1988).

Dessa forma, apesar de conflito e violência aparecerem muitas vezes intimamente relacionados, é necessário que se faça uma diferenciação entre conflito e violência escolar, para que haja uma compreensão de suas consequências para o cotidiano escolar e o desenvolvimento dos alunos. O conflito é inerente ao ser humano e comum nas relações interpessoais, dessa forma, está presente no cotidiano da escola, mas não deve ser encarado como algo negativo, uma vez que é através do conflito que o indivíduo desenvolve seu senso crítico e moral (SPOSITO, 1988).

Para Chrispino (2007, p. 15) “Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento”. Neste contexto, todo indivíduo que vive em sociedade enfrenta conflitos desde sua infância até a idade adulta. O autor destaca que não há no conflito erro ou acerto, mas sim pontos de vista diferentes sobre o mesmo tema. Além disso, alerta para a necessidade de se resolver definitivamente os conflitos quando surgem, uma vez que problemas mal resolvidos tendem a se repetir e sempre que ignorados tendem a ser resolvidos de forma violenta.

Segundo Vinha e Tognetta (2009) a formação moral do indivíduo está diretamente ligada aos conflitos interpessoais sempre presentes no ambiente escolar. Para os autores a aprendizagem ocorre em decorrência de conflitos, assim como o desenvolvimento ético, a autonomia e o senso de justiça, que são resultado da forma com a qual as escolas tratam situações conflituosas, ou seja, da postura do docente e equipe escolar diante dos conflitos e do juízo emitido no tratamento de situações como o bullying e outras infrações.

Jares (2002, apud SALES FILHO, 2009) considera que o conflito não resolvido gera a violência em suas diversas faces. Para o autor o conflito é parte integrante da escola e o segredo para uma Educação de Paz é a solução não violenta dos conflitos. O autor destaca ainda que “a paz nega a violência, não os conflitos, que fazem parte da vida” (p 132). Para o autor a chave para se construir

uma cultura de paz é tratar e esclarecer os conflitos, buscando a compreensão das situações violentas.

Segundo o estudo Mapa da Violência 2016, que analisa homicídios por arma de fogo no país, no ano de 2014, 94,4% das vítimas de morte por arma de fogo no país são do sexo masculino. Em Minas Gerais a média é 95,1%. De acordo com o estudo 58% das vítimas do país são jovens com idade entre 15 e 29 anos, portanto jovens ainda em idade escolar. A escala de violência começa aos 13 anos e tem um pico na idade de 20 anos, quando o número de homicídios por arma de fogo pode chegar a 67,4 por 100 mil habitantes. Em Minas Gerais essa taxa é de 42,5%. O estudo revela ainda que 27,4% das vítimas no país e 20,9% em Minas Gerais são negras (WASELFSZ, 2016)

Em outro estudo, Waiselfsz (2015) mostra que no ano de 2013, 54,1% das mortes de adolescentes nesta faixa etária no país e 51,2% em Minas Gerais ocorreram por homicídio. A quase totalidade das vítimas é do sexo masculino, 93% no Brasil e 90,3% em Minas Gerais. Quase 2/3 das vítimas de homicídios nesta faixa etária são negros, 83,7% não completaram o Ensino Fundamental e apenas 0,1% está cursando ao menos o Ensino Médio. Em comparação ao restante da população na mesma faixa etária, as vítimas de homicídios têm perfil de escolaridade significativamente menor, o que reforça a importância da participação escolar na formação dos indivíduos.

Debarbieux e Blaya (2002) mostraram um levantamento com diversos estudos de diferentes países que chegaram a conclusões semelhantes: o ápice da violência acontece com jovens na adolescência, geralmente entre 14 a 20 anos. Estudos realizados em países como Inglaterra e País de Gales, por exemplo, mostram que os maiores casos graves de violência como roubos, estupros, agressões físicas entre outros, acontecem com vítimas e agressores na faixa etária de 14 a 20 anos. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1998; ROGER TARLING, 1993 E JOHN GRAHAN E BEM BROWLING, 1995; apud DEBARBIEUX E BLAYA, 2002). Entre os fatores de risco para a violência apresentados pelos autores e comprovados pelos estudos, estão o acompanhamento deficiente ou a falta de acompanhamento dos pais e o baixo desempenho escolar, o que ressalta mais uma vez a importância de um ambiente escolar saudável para o desenvolvimento do indivíduo.

Muito se fala da violência e de suas consequências para o indivíduo e o ambiente escolar, porém é necessário definir o que é e de que forma esse fenômeno multifacetado pode ser combatido ou evitado, fazendo valer o que estabelece como direitos da criança e do adolescente a Constituição Federal no seu Art. 227 e o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente: o direito “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, pg. 01).

No próximo tópico será apresentado um apanhado de estudos sobre a violência escolar, tema que motivou a implantação da Rede de Paz e, consequentemente este trabalho.

A violência escolar tem sido tema de estudo e discussão não só no cenário nacional como internacional, porém conceituar e explicar as origens e causas de atos de violência praticados no ambiente escolar é um grande desafio. Debarbieux (2002) apresenta diversos estudos que buscam conceituar a violência escolar e destaca a dificuldade de definir um tema tão complexo sem estigmatizar ou hiperampliar o conceito de forma a se tornar impensável ou intratável. Além disso, o autor salienta que a violência escolar é parte de um todo e não pode deixar de ser tratado como um problema social e não apenas um problema da escola. São diversos os tipos de violências que interferem no processo de aprendizagem do aluno. Para Becker e Kassouf (2016) a violência escolar é todo comportamento agressivo que traga prejuízos ao patrimônio público, atos criminosos ou conflitos interpessoais violentos.

Sob o mesmo ponto de vista, Abramovay (2004) pondera que o termo violência pode ter vários significados e representar diversas situações, desde pequenos delitos, ataques a propriedades ou contra o indivíduo. A autora apresenta como conceito básico de violência todo ato de agressão seja ela física, moral ou institucional, que atente contra a integridade do indivíduo.

Para Charlot (2002), situações cotidianas que não afligem a lei, mas que tornam o ambiente escolar menos amigável, tais como empurrões, xingamentos e grosserias, não podem deixar de ser consideradas como um tipo de violência escolar. Em consonância com esse pensamento, Debarbieux (2002) salienta que estes atos podem ter como consequências situações tão estressantes e desestabilizadoras quanto um único ato mais grave e, segundo Abramovay e Rua

(2002), muitas vezes situações mais graves de violência são desencadeadas por este tipo de comportamento dos alunos.

De acordo com Abramovay e Rua (2002), a violência escolar a princípio era tratada apenas como problemas de indisciplina dos alunos, posteriormente como indícios de delinquência juvenil e atualmente é tratada como problema social complexo que envolve diversos fatores, incluindo a globalização e a desigualdade social. Segundo as autoras, os problemas causados pela violência escolar também evoluíram e se agravaram com o surgimento de armas de fogo nas escolas e o surgimento de gangues, muitas vezes envolvidas com narcotráfico. Dessa forma, a escola vem perdendo o vínculo com a comunidade e deixando de representar um local seguro para professores e alunos.

A complexidade do tema, segundo Abramovay e Rua (2002) se dá devido ao grande número de variáveis externa e internas ao ambiente escolar que interferem diretamente no comportamento violento de seus alunos. Segundo as autoras as variáveis externas, chamadas de variáveis exógenas pelos especialistas, são questões de gênero, relações raciais, situações familiares, tais como as condições sociais da família ou sua estrutura, influência dos meios de comunicação e as condições sociais do bairro ou comunidade onde a escola está inserida. Dentre os fatores internos, chamados de variáveis endógenas, estão a idade e nível de escolaridade do aluno, se a instituição possui regras claras de disciplina e as faz cumprir e o comportamento do professor em relação aos alunos e às práticas pedagógicas de modo geral.

Abramovay (2004) apresentou como fatores externos, que não devem ser considerados condicionantes, mas que explicam as principais situações desencadeadoras de violências, além de fatores de ordem socioeconômica e as exclusões sociais, raciais e de gênero, a perda de referencial entre os jovens, as gangues, o tráfico de drogas e a falta de estrutura familiar. Como fatores internos, além dos apresentados no parágrafo acima, a autora apresenta a disciplina dos docentes com o Projeto Político Pedagógico, a má qualidade do ensino e a carência de recursos, típica de instituições públicas.

Além disso, segundo Heller (1985, *apud* ABRAMOVAY, 2004) as escolas passam por uma crise de legitimidade da autoridade institucional que fazem com que as instituições deixem de representar os interesses da comunidade, o que acarreta uma falta de comprometimento de alguns integrantes da equipe pedagógica

com a instituição. Tais situações, segundo a autora, refletia no envolvimento e desenvolvimento dos alunos.

Charlot (apud ABRAMOVAY; RUA, 2002) chamou de violência simbólica ou institucional:

[...] a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da identidade e da satisfação profissional aos professores, a obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos. (ABRAMOVAY E RUA, 2002, p. 69).

Em relação à escola pública, há o agravante de, na maioria das vezes, a instituição funcionar em condições precárias, com dificuldades de diversos tipos. Além disso, o ambiente escolar é um campo vasto e fértil, dada a pluralidade de opiniões e sua diversificação. Debarbieux (1990, 1998, *apud* ABRAMOVAY, 2004) destaca que a violência está presente nas instituições de ensino desde sua instituição, por meio de castigos físicos e humilhações aos quais os alunos eram submetidos. Com o passar do tempo a violência deixou de ser instrumento para manter a ordem e a autoridade e se tornou uma forma de afrontá-la.

A pesquisa de Abramovay e Rua (2002) mostra que o entorno da escola é considerado pela maioria dos alunos e profissionais como as áreas que mais acontece violência, porém ainda assim, 20% dos alunos e 25% dos profissionais que participaram da pesquisa consideram o ambiente dentro da escola mais violento que seu entorno. Dentre os problemas do entorno da escola destacam-se problemas de sinalização de trânsito, falta de policiamento, o acesso a bebidas alcoólicas e a presença de traficantes e membros de gangues. Os fatores internos mais citados na pesquisa são problemas de estrutura física da escola e a indisciplina dos alunos.

Nesta perspectiva, Alves (2002) observa em seu trabalho que a indisciplina do aluno em sala de aula muitas vezes é uma forma de manifestar e expressar sua insatisfação pelo que é oferecido pela escola, uma forma de desabafo devido a falta de diálogo e companheirismo com os professores, falta de aproximação dos conteúdos e devido ao ambiente escolar, mais notadamente a sala de aula, não lhe atrair e não lhe parecer ambiente agradável. Analogamente, Abramovay (2004 p. 50) afirma que os atos de agressão entre os alunos estão associados “à falta de vínculos e atitudes de pertencimento do jovem em relação à escola”.

Neste contexto, Tavares e Pietrobon (2016) mostraram em trabalho que professores que se relacionam bem com seus alunos conseguem inibir consideravelmente o envolvimento desses alunos em atos violentos. Outro fator positivo na prevenção da violência, segundo os autores, é o relacionamento da gestão escolar e professores com as famílias dos alunos e a forma com a qual a família participa do cotidiano escolar. Os estudos mostraram que a qualidade do relacionamento da família com a escola interfere diretamente no comportamento do aluno e diminui consideravelmente seu envolvimento em situações de violência, principalmente naquelas que o aluno aparece como agressor.

Dessa forma, é necessário buscar uma nova realidade nas escolas, uma gestão participativa e articulada com a comunidade local e que produza resultados diferentes de fracasso escolar e a descrença na construção de uma cultura de paz. Abramovay (2004) mostra um apanhado de experiências bem sucedidas de escolas que enfrentaram o problema da violência de forma inovadora. Segundo a autora, as iniciativas das escolas surgiram de processos criativos que fortalecem os laços com toda a comunidade escolar. Através do diálogo, da cooperação e da participação, as instituições conseguem atingir um maior compartilhamento de interesses, o que reflete no bom desempenho dos alunos.

Abramovay (2004) ressalta que é necessário voltar o olhar para dentro da escola e salienta a importância de encontrar formas de aprender e ensinar como gerenciar conflitos. Para a autora, para se desenvolver projetos de combate ou prevenção de violência, ou quaisquer outros que incluam verdadeiramente todos os alunos, independentemente de condição social, raça, cor, sexo ou orientação sexual, é imprescindível reconhecer as condições de vida dos alunos e a perda de valores humanos que ocorre gradativamente na sociedade.

Netto-Maia et al. (2013) mostraram em seu estudo realizado em escolas públicas de um município mineiro, que atualmente a escola muitas vezes se mostra um ambiente reforçador de exclusão e violência. Segundo o estudo, a maioria dos professores vivenciou algum tipo de violência no ambiente escolar, chegando até a se envolver em algumas delas, porém, na maioria das vezes não sabia lidar com a situação ou como reagir ao problema. Os autores salientam a importância de se falar sobre a violência escolar e buscar meios de solucionar ou amenizar o problema.

Tavares e Pietrobon (2016) salientam para os efeitos da violência sofrida na infância e juventude para o desenvolvimento do indivíduo e a formação de sua

personalidade. Segundo os autores os impactos da violência podem interferir no aprendizado, no desenvolvimento das habilidades sócio emocionais, no desempenho no mercado de trabalho, além de favorecer no desenvolvimento de comportamento violento. Para os autores, o fato de as maiores vítimas da violência serem indivíduos menos favorecidos economicamente, torna esses efeitos ainda mais preocupantes e destaca a importância de realizar estudos e desenvolver projetos para a prevenção de situações de violência dentro da escola.

Neste contexto, Debarbieux e Blaya (2002, p. 17) afirmam que a solução para o problema da violência escolar não está apenas em “punir os agressores, mas sim evitar a existência de vítimas”, uma vez que a punição ou a retaliação ao agressor não altera em nada a situação da vítima. É necessário diminuir os riscos de uma criança ou adolescente sofrer um ato de violência dentro de uma instituição que tem, entre outras, a função também de protegê-lo.

Outro problema diretamente relacionado ao problema da violência escolar, segundo Abramovay (2004) é a repetência e a distorção idade série. Para a autora, a violência no entorno ou no interior da escola, atrelado aos modelos de avaliação de desempenho escolar e a falta de acompanhamento familiar, muitas vezes leva o aluno a abandonar os estudos, o que compromete também sua vida profissional.

Considerando, de acordo com estudos apresentados, o percentual de alunos com maior nível de escolaridade envolvidos em atos violentos, sensivelmente menor que o índice de alunos com nível de escolaridade menor, o problema da evasão escolar e o distanciamento entre o aluno e a escola tornam-se problemas que devem ser tratados como preocupantes medidas de prevenção ao abandono escolar se fazem urgentes.

Porém o que acontece muitas vezes, como punição ao aluno que comete atos de violência, é a expulsão ou transferência do aluno para outra instituição, o que agrava ainda mais o problema citado no parágrafo anterior. Hayden (2001) considera que as expulsões não solucionam o problema da violência, podendo inclusive agravá-lo, uma vez que há grande probabilidade de alunos expulsos ou transferidos se envolverem em novas situações de violência e a expulsão se tornaria então mais um fator de risco na vida do indivíduo. Para o autor as expulsões ou transferências acontecem, na maioria das vezes, após um longo período de relações complicadas e incidentes envolvendo o aluno dentro da escola e o fato de a criança ou o adolescente ficar fora da escola pode favorecer o seu envolvimento em

diversas situações indesejáveis e sua permanência na escola, é uma forma de proteção. Do mesmo modo, a transferência para outra instituição pode motivar o aluno a deixar de frequentar a escola.

Para Debarbieux (2002) a violência é construída cotidianamente dentro da escola, por atos e ações que muitas vezes passam despercebidas. Porém, da mesma forma que é construída, pode ser desconstruída através de ações que valorizem os indivíduos. Para o autor, dada a lentidão deste processo de desconstrução, o melhor caminho é o da prevenção e deve iniciar o quanto antes, uma vez que, em situações de violência, todos perdem: perdem os agressores, por serem estigmatizados e evitados pelos colegas e pelos professores, perdem as vítimas, que têm sua autoestima corroída e suas vontades minadas e sofre a escola, que perde seu status de entidade de proteção e desenvolvimento humano.

Campanhas de conscientização podem e devem ser utilizadas, mas a construção de um ambiente de paz só acontecerá com o envolvimento efetivo de toda a equipe pedagógica da escola e nos pequenos atos do cotidiano escolar. Debarbieux (2002) cita os trabalhos de Blaya (2001) e Body-Gendrot (1999) que mostraram em suas pesquisas que as experiências que realmente deram resultados positivos na prevenção da violência escolar contaram não só com o empenho do corpo docente da escola, mas também com entidades parceiras, serviços públicos, as famílias e a comunidade de modo geral, mas principalmente com a participação dos alunos.

Analogamente, Abramovay (2002) reitera a importância de se cultivar a cultura da paz, princípios éticos, a tolerância e a valorização da diversidade dentro do ambiente escolar. Nas escolas objeto dessa pesquisa, a realidade não desmente os estudos apresentados, ao contrário, reafirmam as teorias e a necessidade de intervenção por parte dos responsáveis, e é com essa pretensão que a Rede de Paz vem sendo implantada. No próximo subitem serão apresentados os Sistemas de Garantia de Direitos e a Justiça Restaurativa.

2.1.1 Sistemas de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA

Segundo a Constituição Federal de 1988 são direitos de todos os brasileiros: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, entre

outros. A consolidação do que é conhecido como direito se deu de forma gradativa, por meio de articulações, reivindicações e pressões nacionais e internacionais, muito notadamente no que se refere a direitos humanos.

Os direitos humanos surgiram com mais ênfase nas discussões mundiais com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. No Brasil, as discussões e a luta por direitos humanos ganhou força em consequência da ditadura militar em 1964, agravada pelo Ato Institucional nº 5, em 1969. A partir de então, a discussão sobre direitos humanos começou no país a ter a implicação de direitos sociais e democráticos que tem hoje. Com o fim do governo militar iniciou-se as discussões acerca da construção de uma Constituição que proporcionasse a superação dos arbítrios cometidos durante o regime e que levasse o país à democracia. Com grande pressão social, a Constituição Federal de 1988 define os direitos humanos fundamentais, atribui responsabilidades e presume formas para garanti-los (BAPTISTA, 2012).

A discussão sobre os direitos humanos relacionados à criança e ao adolescente, e à sua proteção surgiu com a Declaração Universal dos Direitos da Criança pelas Nações Unidas, em 1959. A partir de então, a criança e o adolescente passam a ser tratados de forma específica e a ter direitos diferenciados, por serem considerados cidadãos em formação. Em 1990, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança consagrou um marco para as discussões sobre a garantia dos direitos da criança e do adolescente e sobre formas de se assegurar esses direitos. No Brasil, em 13 de julho do mesmo ano, foi publicada a Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e regulamenta o Sistema de Garantia de Direitos - SGD, que busca a garantia do gozo dos direitos e a proteção da criança e do adolescente (JACOBINA ; COSTA, 2011). De acordo com Art. 86 da referida Lei:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 1990).

Em 19 de abril de 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA publicou a Resolução nº 113 que define um SGD da seguinte forma:

Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

§ 1º Esse Sistema articular-se-á com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade (CONANDA, 2006).

Um SGDCA atua sobre três pilares fundamentais: a prevenção, a promoção e a proteção. Assim sendo, um SGDCA deve atuar com medidas para se evitar prejuízo dos direitos da criança e do adolescente, deve proteger a criança e o adolescente contra ameaças de violação de qualquer direito, contra quaisquer tipos de exploração ou situações que lesionem sua integridade física, psíquica ou moral. Além disso, o SGDCA deve atuar na promoção da recuperação física, social ou psíquica das crianças e adolescentes que tiveram algum de seus direitos lesados (ORSINI; GUERRA, 2014).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA define situações de risco, ou seja, situações de ameaça de violação efetiva ou iminente dos direitos. Situações que podem ocorrer por atos ou omissões da sociedade e do Estado, além da falta, omissão ou abuso de poder dos pais ou ainda pela conduta indevida do próprio indivíduo, conforme determinado no Art. 98 da Lei 8069/1990:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta. (BRASIL, 1990).

Um SGDCD tem como princípios norteadores a transversalidade e a articulação intersetoriais, interinstâncias, interinstitucionais e inter-regionais. Para que o SGDCD funcione da forma que se espera, se faz necessária a definição clara dos papéis de cada entidade ou instituição e de cada ator. As ações devem ser definidas de forma a consolidar as iniciativas de cada um, concatenando leis, normas, políticas e práticas, a fim de se alcançar o objetivo comum. A complexidade de um SGDCA está na dificuldade em se trabalhar em rede, de forma articulada, de

modo que cada entidade não perca sua autonomia, porém tenha claro o propósito de se alcançar o objetivo do SGDCA, o que não será possível de forma individualizada (BAPTISTA, 2012).

Com base no que foi apresentado, constata-se que a responsabilidade pela garantia e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes deixa de ser responsabilidade apenas do Estado, tornando-se responsabilidade de toda a sociedade. Neste contexto, a Rede de Paz implantada nas escolas da circunscrição da SRE Ubá busca a interação entre as instituições públicas e a sociedade, atendendo os dispositivos legais e visando garantir aos alunos de suas escolas o direito à educação e à segurança.

A escola tem papel decisivo num SGDCA, não somente pelo direito à educação, mas, também, pelo fato da convivência diária possibilitar aos profissionais a acompanhar o desenvolvimento da criança e do adolescente e verificar possíveis sinais apresentados por eles em situações de violência ou violação de outro direito (ORSINI; GUERRA, 2014). Neste contexto, torna-se essencial o desenvolvimento de atividades que disseminem a cultura de paz e de tolerância dentro das escolas. A SRE Ubá, através da Rede de Paz, exerce importante papel como articuladora entre as entidades escolares, Secretarias Municipais de Educação e demais entidades das esferas Municipal, Estadual e Federal. E as capacitações oferecidas pelo projeto são ferramentas de formação de mediadores, capazes de trabalhar os conflitos de forma a enriquecer ainda mais o ambiente escolar, ao invés de contaminá-lo. No próximo subitem será apresentada a Metodologia utilizada para a pesquisa, que tem como finalidade averiguar qual a percepção dos atores envolvidos nas capacitações da Rede de Paz sobre sua efetividade no tratamento e prevenção de conflitos e situações de violência.

2.2 Metodologia

O tipo de pesquisa desenvolvida neste trabalho é de cunho descritivo (GIL, 1987), uma vez que se embasará em aplicação de questionários e entrevistas com pessoas envolvidas no problema em epígrafe e apresentar características e comportamentos de alunos, docentes e demais atores envolvidos na Rede de Paz. Com o objetivo de se responder às questões levantadas no problema de pesquisa, serão realizadas aplicação de questionários, entrevistas e a observação de campo.

A investigação será do tipo qualitativa (GIL, 1987), uma vez que o estudo se baseará basicamente em análise de questionários e entrevistas, além da observação e anotações realizadas por ocasião de reuniões com a equipe pedagógica, entidades parceiras e a comunidade escolar.

Inicialmente, a fim de se formular um embasamento teórico para o tema, foi realizado um estudo sobre violência, suas possíveis causas e consequências, que servirá como base e argumentação para as observações. Além disso, foi realizada pesquisa documental sobre as normativas e documentos referentes à Rede de Paz.

Foram realizadas entrevistas com o Juiz da Vara da Infância e Juventude, cujo roteiro consta no apêndice 4, o presidente do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, apresentado no apêndice 7, o Comandante da Polícia Militar, conforme apêndice 8 e com as responsáveis pelo CREAS de Ubá e CRAS São Domingos e CRAS São João, conforme apêndices 5 e 6, respectivamente. A defensora responsável pela Defensoria Pública de Ubá e o promotor do Ministério Público da Comarca de Ubá responsável por casos envolvendo crianças e adolescentes nos atenderam muito prontamente e solicitaram fosse encaminhado por e-mail o roteiro da entrevista, com previsão de resposta das questões ou agendamento da entrevista. Porém, devido a grande demanda de trabalho dos órgãos, não tivemos retorno até a conclusão das pesquisas.

A fim de entender um pouco mais sobre o cotidiano escolar e a consequência da violência para o clima escolar, foram encaminhados questionários para os diretores das 71 escolas da circunscrição da SRE Ubá. Como as capacitações, uma das ações previstas para a implantação da Rede de Paz vem sendo desenvolvida pela equipe pedagógica da SRE Ubá em 24 escolas, dividimos as escolas em 02 grupos. O primeiro grupo foi composto pelas escolas que participam das capacitações e foram acrescentadas ao instrumento, conforme apresentado no apêndice 2, questões que buscam aferir como foi a receptividade do projeto pelas escolas e participação da comunidade escolar de modo geral. O segundo grupo foi composto pelas 47 demais escolas que responderam questionário similar, conforme apresentado no apêndice 1. O percentual de participação foi de 85,7% diretores do primeiro grupo e 80% de diretores do segundo grupo. 14,3% e 20%, respectivamente, não responderam ao questionário. Espera-se com a análise dos questionários, entender quais as consequências da violência escolar para o cotidiano dessas escolas. Além disso, foi encaminhado para os e-mails dos

participantes das capacitações oferecidas pela SRE Ubá durante o primeiro semestre de 2017, o questionário para avaliar as capacitações, conforme apêndice 9, que foi respondido por 55,1% dos participantes. 44,9% não responderam.

No que tange à estrutura das entrevistas, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, buscando dar liberdade ao entrevistado para desenvolver as questões levantadas como achar pertinente. Segundo Michel (2005), essa técnica permite ao pesquisador explorar as questões de forma mais ampla. As entrevistas serão gravadas, com a autorização dos entrevistados, que também assinarão declaração autorizando a utilização dos conteúdos na dissertação. Os roteiros das entrevistas constam no apêndice deste trabalho.

2.3 Uma Análise sobre a Rede de Paz

É função da escola, além de ensinar os conteúdos de cada área de formação acadêmica, formar cidadãos autônomos e éticos. Entender de que forma a violência escolar afeta o cotidiano das escolas e interfere no desenvolvimento social, moral e intelectual dos alunos, assim como no condicionamento físico e psicológico dos professores é tarefa complexa, porém imprescindível. Freire (2015) salienta a importância de se educar com liberdade e ética. Para o autor:

A autoridade coerentemente democrática, fundando-se na certeza da importância, quer de si mesma, quer da liberdade dos educandos para a construção de um clima de real disciplina, jamais minimiza a liberdade. Pelo contrário, aposta nela. Empenha-se em desafiá-la sempre e sempre; jamais vê na rebeldia da liberdade, um sinal de deterioração da ordem. A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta. (FREIRE, 2015, p. 90).

Neste contexto, diante da perspectiva de adolescentes e jovens cada vez mais sedentos de liberdade e de parte de profissionais ainda conservadores, a escola vive momentos delicados, uma vez que muitos desses adolescentes e jovens utilizam, equivocadamente, a violência como forma de se expressar e se afirmar. O objetivo deste trabalho é acompanhar as capacitações da Rede de Apoio à Cultura de paz no Ambiente Escolar, de forma a identificar obstáculos e entraves, além de observar e conhecer a percepção dos envolvidos acerca das mesmas. Porém, para

se chegar a este objetivo é importante estudar a implementação desse projeto, ainda em processo de implantação, que tem como finalidade principal a melhoria do ambiente escolar através da mudança de postura dos profissionais da educação em situações conflituosas e da participação efetiva dos jovens educandos, criando lideranças estudantis voltadas para a cultura da tolerância e da paz. Nas próximas seções será exposto o resultado das pesquisas realizadas, considerando os recursos disponíveis.

2.3.1 A implementação da Rede de Paz na EE Eunice Weaver

A Rede de Paz tem o intuito de ajudar as escolas a oferecer aos seus alunos um ambiente escolar propício à formação de cidadãos conscientes, com senso de justiça, respeito e tolerância, fortalecendo valores morais e éticos. Para isso, é preciso sensibilizar os envolvidos e iniciar a implantação da ideia. A seguir é apresentada uma análise dos primeiros passos dados neste sentido.

Aos 17 de agosto de 2016 na Câmara de Vereadores da cidade de Ubá aconteceu encontro de repactuação entre as entidades envolvidas na Rede de Apoio à Cultura de Rede de Paz nas Escolas e Encontro de Formação de Multiplicadores da Rede de Paz. Foram convidados mais uma vez representantes das entidades e instituições parceiras, representantes dos alunos e professores das escolas, além dos diretores das superintendências regionais de ensino pertencentes ao Polo Regional Mata que se interessaram pelo projeto e vieram na expectativa de ter ideias para a implantação de algo parecido em suas regionais, conforme declaração dos próprios Diretores durante a fala de abertura.

Além das entidades parceiras houve também a participação da juíza da Comarca de Viçosa que apresentou o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUS e os disponibilizou para ajudar na implantação da rede. As ações desenvolvidas pelo CEJUS são voltadas para a mediação de conflitos e a conciliação, desafogando o poder judiciário e agilizando o atendimento do cidadão, além da triagem dos problemas e direcionamento para o setor responsável. A juíza destacou a importância do mediador na solução de conflitos, primando pelo diálogo e diminuindo a comunicação violenta e salientou que através do trabalho desenvolvido nas escolas se chega às comunidades, disseminando a cultura de paz.

Dia 15 de setembro aconteceu na Escola Estadual Eunice Weaver a primeira reunião com a comunidade escolar para discutir sobre a necessidade de pacificação do ambiente escolar e seu entorno. Estiveram presentes 03 Analistas Educacionais e 01 Técnica da Educação da SRE Ubá, o diretor, professores, Assistente S Técnicos de Educação Básica e Auxiliares de Serviço de Educação Básica da escola, alunos do Grêmio Estudantil, recém-implantado na escola, membros do Colegiado Escolar, além de autoridades do judiciário, autoridades policiais, representantes das entidades religiosas locais, pais de alunos e moradores da localidade.

O gestor da escola iniciou a reunião salientando a importância de motivar os alunos a estudarem, além da participação dos pais na vida escolar dos filhos. Falou também da necessidade de parcerias para buscar soluções novas para o problema da violência, recorrente dentro da escola e arredores.

O representante da SRE Ubá, responsável pela reunião, deu continuidade falando de grandes personalidades que de alguma forma lutaram de forma pacífica pelo bem comum e promoveram a paz por onde passaram, dentre eles o Padre Damião, Eunice Weaver e o médico Dr. Heitor Peixoto de Toledo, nomes que fazem parte da história da comunidade local.

O juiz da Vara da Criança e da Juventude falou sobre a importância da família e de se resgatar os valores que estão se perdendo a cada dia, a importância da imagem que os filhos têm dos pais para que aprendam o significado de conceitos como amor, respeito, liberdade e disciplina e convocou os pais e responsáveis presentes para que participem mais ativamente da vida dos filhos.

Após a explanação das autoridades e da exibição de vídeos motivacionais os presentes foram divididos em cinco grupos para discutir questões sobre a violência no ambiente escolar e ouvir dos participantes sugestões de como enfrentar o problema de forma a garantir educação de qualidade para todos e incentivar o diálogo e a tolerância como forma de solução de conflitos dentro e fora da escola.

No primeiro grupo esperava-se reunir autoridades, porém, o Juiz, os Comissários de Menor, os Conselheiros Tutelares e o Sargento da Polícia Militar que participaram do primeiro momento não ficaram para participar da dinâmica de grupo, o que causou frustração nos demais presentes, conforme comentários de pais de alunos durante a dinâmica de grupos. Uma Assistente Social foi o único membro externo à comunidade escolar que continuou no grupo, composto além dela por 02 professoras e o gestor da escola, 04 alunos, 02 pais e 01 Analista e 01 Técnico da

SRE Ubá. O grupo deveria discutir e responder a duas questões, conforme tabela abaixo:

Tabela 11 - Resumo das discussões do Grupo I

<u>Questão proposta: Como tratar casos graves de indisciplina dentro da escola?</u>	
Conclusão do grupo:	• Encaminhar os alunos que apresentam maiores problemas de indisciplina para avaliação psiquiátrica e psicológica; • Encaminhar para o CAPS Álcool / Drogas alunos que fazem uso destas substâncias; • Encaminhar ao Conselho Tutelar o nome dos pais dos alunos que não comparecem à escola e não acompanham o filho; • Realizar periodicamente palestra para os alunos e comunidade com autoridades do judiciário e autoridades religiosas; • Encaminhar alunos à Secretaria de Saúde para avaliação e solicitar acompanhamento das famílias no CRAS*, NASF*, Agentes de Saúde.
<u>Questão Proposta: “Quais as ações os demais órgãos executarão para impedir o aumento da delinquência infanto-juvenil na comunidade?”</u>	
Conclusão do Grupo:	• Divulgar e fazer valer as normas combinadas no regimento escolar; • Incluir atividades mais interativas e que despertem mais o interesse dos alunos; • Solicitar ajuda ao judiciário para avaliação e acompanhamento dos alunos, a fim de se cumprir as normas escolares. • Solicitar o afastamento dos alunos com problemas de delinquência da escola para tratamento e acompanhamento psicossocial.

Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas do grupo mostram que os profissionais sentem a necessidade do trabalho em rede, da parceria entre a escola e as instituições como o Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, Secretaria de Saúde, CRAS, entre outras, para o tratamento de casos graves de indisciplina dentro da escola. Além disso, há a preocupação de se fazer valer as normas combinadas e estabelecidas no estatuto escolar. Porém, de que forma essas normas são elaboradas? Houve a participação dos alunos?

Abramovay (2004) destaca a importância de se buscar uma gestão participativa, que envolva e inclua verdadeiramente todos os alunos, entretanto pelas sugestões do grupo, será que os profissionais veem os alunos como agentes capazes de colaborar na construção de um ambiente saudável?

Outra questão levantada pelos profissionais foi a necessidade de desenvolver atividades que atraiam e despertem o interesse dos alunos, para amenizar problemas de indisciplina. O desinteresse dos alunos e a perda do sentimento de pertencimento do jovem à escola, segundo Alves (2002) reforçado por Abramovay (2004), também são fatores causadores de indisciplina e violência, uma vez que o aluno usa, equivocadamente, atos de violência e indisciplina como forma de manifestar sua insatisfação.

O segundo grupo foi formado pelos professores de Ensino Religioso, Sociologia e Filosofia e por membros das instituições religiosas presentes. Representantes religiosos locais se propuseram a auxiliar a escola buscando despertar nas famílias a responsabilidade que elas têm na formação de seus filhos e ainda auxiliar na ligação e comunicação entre a escola e as famílias. Abaixo um consolidado das questões respondidas pelo grupo, composto por 03 professores, 01 líder da Pastoral da Família da Igreja Católica local, 02 pastores evangélicos, um representante do Espiritismo Kardecista, além de pais e alunos.

Tabela 12 - Resumo das discussões do Grupo II

Questão Proposta: “Qual o papel da religião na vida escolar (quais os efeitos positivos)?”

Conclusão do grupo:	“A primeira e principal meta da religião nas escolas é formar princípios básicos de respeito, dedicação e compromisso. A igreja auxilia na formação do caráter. Ela transmite conhecimentos na escola e na família. Hoje há uma inversão de papéis, pois as famílias e as religiões estão passando para a escola a responsabilidade de educar. A religião deve ser o ponto de equilíbrio entre família e escola. A religião existe para ligar e não o contrário.”
---------------------	---

Questão Proposta: “Como os diversos seguimentos religiosos podem colaborar na melhoria da disciplina dos alunos?”

Conclusão do Grupo:	Fazendo um trabalho social, onde as famílias sejam orientadas a um comprometimento com a religião, com a família e com a comunidade em geral, na melhoria da disciplina. Pastores, padres, agentes das pastorais precisam sair ao encontro das pessoas, dos moradores da comunidade, para encontrarmos denominadores comuns.
---------------------	--

Questão Proposta: Como a religião pode colaborar para a melhoria da vida de comunidade?

Conclusão do Grupo:	“As religiões devem educar pelo exemplo, combatendo a intolerância, o fanatismo e o desrespeito entre os membros de religiões diferentes, mas nem sempre isso acontece. Temos que insistir em fazer alguma coisa para melhoria da comunidade, estabelecendo um diálogo inter-religioso.”
---------------------	--

Fonte: Dados da pesquisa.

O segundo grupo focou no envolvimento familiar para o desenvolvimento social do indivíduo. Os diversos segmentos religiosos enfrentam grande desafio para auxiliarem positivamente no cotidiano escolar, uma vez que muitas vezes há intolerância e preconceito, formas sutis de violência, conforme Spósito (1988), entre uma religião ou outra. O Brasil como Estado Laico, conforme estabelecido no Art. 19 da CF de 1988 deve garantir aos cidadãos uma escola neutra, onde todas as religiões sejam respeitadas. A laicidade não torna incompatíveis o Estado e a Igreja, apenas dá autonomia para ambos e permite o diálogo entre eles, permitindo assim a liberdade de expressão, também assegurada pela CF de 1988, em seu Art. 220.

Para o terceiro grupo foram elaboradas questões para os pais e responsáveis, na perspectiva de se implantar na escola uma Associação de Pais e Amigos. Uma Analista da SRE Ubá encaminhou as questões e fez o apanhado de sugestões, conforme abaixo:

Tabela 13 - Resumo das discussões do Grupo III

Questão Proposta: “Quais os primeiros passos para formação da Associação de Pais e Amigos da Escola?”

Conclusão do Grupo	● Marcar nova reunião somente para os pais para amadurecimento da ideia de formação da Associação de Pais e Amigos da Escola; ● Cada pai irá pensar na proposta e verá em que poderá ajudar na formação da Associação; ● Marcar reuniões noturnas e fazer a convocação por bilhetes que serão entregues aos pais pelos alunos
--------------------	---

Questão Proposta: Como a Associação pode contribuir na gestão escolar?”

	● Apoiando a diretoria da escola nas decisões; ● Acompanhando a vida escolar dos filhos; ● Cobrando participação dos pais e responsáveis de todos os alunos.
--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Na maioria dos estudos apresentados e das opiniões de profissionais, especialistas e representantes das instituições a família é citada como a base da sociedade. Quando a família falha, a missão da escola se torna mais difícil e, na maioria das vezes, o indivíduo não consegue se desenvolver intelectualmente e moralmente da forma que poderia. Tavares e Pietrobom (2016) mostraram que o relacionamento da família com a escola interfere diretamente no comportamento do aluno dentro da escola.

O quarto grupo foi formado por jovens do Grêmio Estudantil e representantes de instituições religiosas locais, que discutiram sobre o papel do protagonismo juvenil nos dias atuais. Abaixo, as questões propostas e as sugestões do grupo.

Tabela 14 - Resumo das discussões do Grupo IV

Questão proposta: “Quais ações conjuntas os jovens de diversos credos religiosos podem executar para elevação da autoestima dos jovens em situação de vulnerabilidade?”

Conclusão do Grupo:	Oferecer aos alunos e demais membros da comunidade: • Oficina de música; • Oficina de teatro; • Monitores para auxiliar alunos com problemas de aprendizagem; • Desenvolver projetos socioambientais.
Questão Proposta: “O que cada grupo pode oferecer para melhoria do ambiente escolar e na elevação da autoestima dos demais jovens?”	
Conclusão do Grupo:	“Passar uma nova perspectiva de vida, buscando nas artes e no conhecimento os alicerces para a formação do indivíduo nos mais diversos campos.”
Questão Proposta: “Como o Grêmio Estudantil pode ajudar na Gestão Escolar?”	
Conclusão do Grupo:	“Colaborar na disciplina, dar suporte e coordenar as oficinas oferecidas.”

Fonte: Dados da pesquisa.

Analogamente aos estudos apresentados, os jovens presentes expressaram sua vontade em serem ouvidos e atuarem de alguma forma nas decisões escolares. A partir dessa reunião, deu-se início às reuniões para a instauração do Grêmio Estudantil nesta escola.

O quinto grupo era formado por profissionais da educação. Há 13 alunos matriculados na EE Eunice Weaver que apresentam graves distorções de aprendizagem, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, o que, segundo os profissionais, é um dos fatores da indisciplina em sala de aula e na escola. A SEEMG autorizou a contratação de um professor alfabetizador para acompanhar estes alunos. O Acompanhamento Pedagógico Diferenciado – APD busca auxiliar o aluno a desenvolver habilidades de leitura e escrita. Os profissionais alegam que os alunos chegam da Escola Municipal Dr. Heitor com graves problemas de alfabetização. As questões levantadas e as sugestões do grupo são descritas a seguir.

Tabela 15 - Resumo das discussões do Grupo V

Questão proposta: “Além do APD o que mais pode ser feito para melhoria desse quadro?”

Conclusão do Grupo:	• Aproximar o máximo a família da escola; • A família cobrar mais dos filhos as atividades escolares; • Montar o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI dos alunos para que estes tenham um atendimento educacional especializado, com acompanhamento assistido pelo profissional da área.
---------------------	---

Questão proposta: “Como os professores das outras disciplinas podem colaborar?”

Conclusão do Grupo:	• Leituras e interpretação de textos diversos que trabalhem valores morais e éticos; • Desenvolver atividades que trabalhem os conceitos de forma concreta em sala para facilitar a compreensão do conteúdo; • Manter uma interatividade entre os professores que lecionam para esses alunos e a professora do APD.
---------------------	---

Questão proposta: “Como a E M Dr. Heitor pode colaborar?”

Conclusão do Grupo:	• Acabar com a Filosofia Waldorf*; • Orientar e cobrar um laudo médico daqueles alunos que necessitam de APD; • Adotar uma metodologia de ensino que atenda as necessidades desses alunos que necessitam de APD; • Dar mais autonomia para os professores alfabetizadores.
---------------------	---

Fonte: Dados da pesquisa.

O olhar para dentro, com senso de justiça e senso crítico, definir metas e objetivos, envolver os alunos e professores numa gestão participativa, visando a convivência pacífica e saudável, são desafios que a escola precisa enfrentar para a manutenção de um ambiente de paz na escola. Abramovay (2004) alega que não há projeto de combate ou prevenção à violência que encontre êxito sem o envolvimento e a participação de todos: profissionais da educação, família, instituições e principalmente os alunos.

Após cada representante dos grupos apresentarem suas sugestões, o primeiro diretor da EE Eunice Weaver e um ex-professor encerraram a reunião falando sobre a necessidade de cada um assumir a responsabilidade que lhe cabe na mudança que se espera para a comunidade. Salientaram a urgência de as famílias assumirem novamente a responsabilidade sobre seus filhos e a necessidade da escola se aproximar da comunidade e a comunidade se aproximar

da escola. Ao final, a reunião teve saldo positivo, tanto pela grande participação da comunidade, quanto pelo resultado das discussões em grupo.

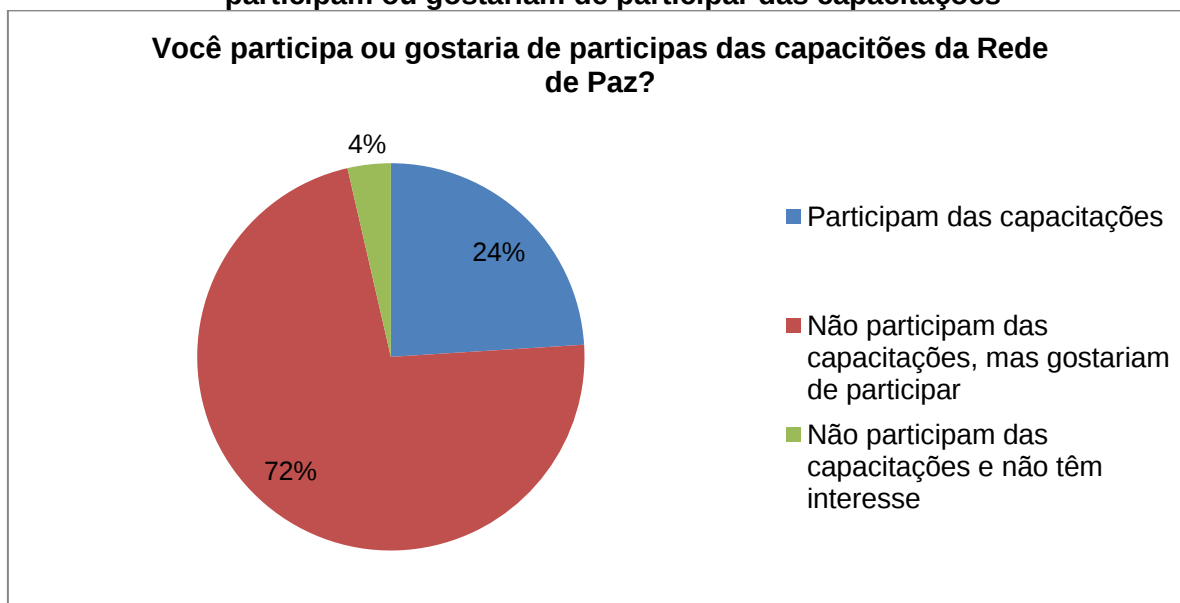
Debarbieux e Blaya (2002) concluíram em seu estudo que a punição dos agressores não resolve ou ameniza o problema da violência. Segundo os autores, o caminho é a prevenção de situações violentas dentro da escola, diminuindo assim o número de vítimas dessa violência, e conseqüentemente, as conseqüências dela no ambiente escolar. Debarbieux (2002) e Abramovay (2002) reforçam essa ideia e afirmam que é preciso desenvolver campanhas de conscientização e valorização da paz e envolver profissionais, alunos e comunidade de modo geral para a construção da paz no ambiente escolar. Neste intuito, as capacitações da Rede de Paz com a participação de 65 profissionais e 82 alunos. Na próxima seção será apresentada uma avaliação das capacitações da Rede de Paz, embasada pelas respostas dos participantes ao questionário encaminhado para este fim.

2.3.2 Avaliação das Capacitações da Rede de Paz

Ao se falar de violência e procurar desenvolver mecanismos ou descobrir formas de minimizar seus efeitos no ambiente escolar, a escola adquire uma visão crítica do problema e favorece a conscientização da necessidade da tolerância e da paz para um ambiente saudável. Abramovay (2004) afirma que apesar de o medo desestabilizar o ambiente escolar, ele pode ser superado quando há por parte da direção escolar a predisposição em integrar todos os diferentes atores escolares em prol da solução do problema.

Se um ambiente violento é construído cotidianamente nas escolas, a Rede de Paz busca através de suas capacitações, que ele seja desconstruído, através da cultura de paz e de práticas de convivência democrática. Para isso, aposta na participação e envolvimento de profissionais e alunos. O próximo gráfico ilustra o percentual de professores que responderam aos questionários e que participam ou querem participar das capacitações da Rede de Paz.

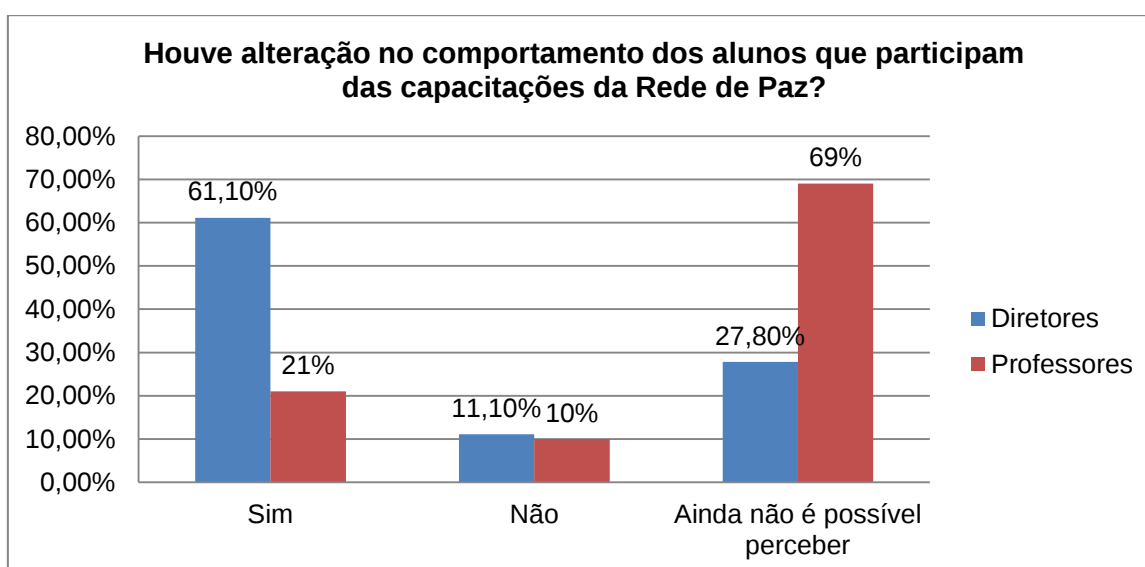
Gráfico 3 - Percentual de professores que responderam os questionários e que participam ou gostariam de participar das capacitações



Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os professores que responderam aos questionários, 24% deles participam das capacitações e 72,4% disseram que ainda não participam, mas gostariam de participar. Apenas 3,6% responderam não ter interesse. Com relação ao comportamento e comprometimento dos alunos que participam das capacitações, a maioria dos entrevistados respondeu que é perceptível alteração em seu comportamento, conforme ilustra o próximo gráfico.

Gráfico 4 - Comparativo entre opinião de diretores e professores a respeito do comportamento dos alunos que participam das capacitações



Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo 61,1% dos gestores das escolas que participaram das capacitações é perceptível uma mudança de comportamento entre os alunos que também participaram. 21% dos professores ouvidos concordam com os diretores. Para 11,1% dos diretores e 10% dos professores não houve alteração no comportamento dos alunos participantes e 27,8% dos diretores e 69% dos professores responderam que ainda não há como perceber se houve alguma alteração.

Com relação à influência das capacitações no cotidiano escolar, uma professora declarou que resolve os conflitos com mais naturalidade “procurando não só ver os pontos negativos, mas algo que está acontecendo para fortalecer um relacionamento, e fazendo uma interação com os envolvidos no mesmo”. Outro professor afirma que com as capacitações aprendeu a “direcionar a conversa de uma maneira melhor”. Uma aluna respondeu que com as capacitações melhorou o seu “convívio com os colegas de classe, relacionamento com os professores”, outro aluno disse que as capacitações o fizeram “ter mais calma diante de conflitos, a ouvir mais as outras pessoas” (Questionário respondido por participantes das capacitações, novembro, 2017). Os depoimentos mostram que as capacitações têm contribuído para a construção de um ambiente saudável ou, como destacou Debarbieux (2002), para a desconstrução da violência cotidiana. O autor salienta que a prevenção da violência é o melhor caminho, uma vez que a punição dos culpados não ameniza o sofrimento das vítimas e segundo ele, essa prevenção somente é efetiva com ações cotidianas de valorização dos indivíduos.

Os representantes das entidades mostraram otimismo e cautela ao se falar da Rede de Paz. O juiz da Vara da Infância e Juventude respondeu que o êxito do projeto depende dos paradigmas a serem utilizados e se colocou mais uma vez à disposição para ajudar. O presidente do Conselho Tutelar disse que acredita muito na Rede de Paz e se colocou e ao Conselho Tutelar à disposição para auxiliar no que for necessário e se prontificou a participar inclusive de reuniões com as famílias.

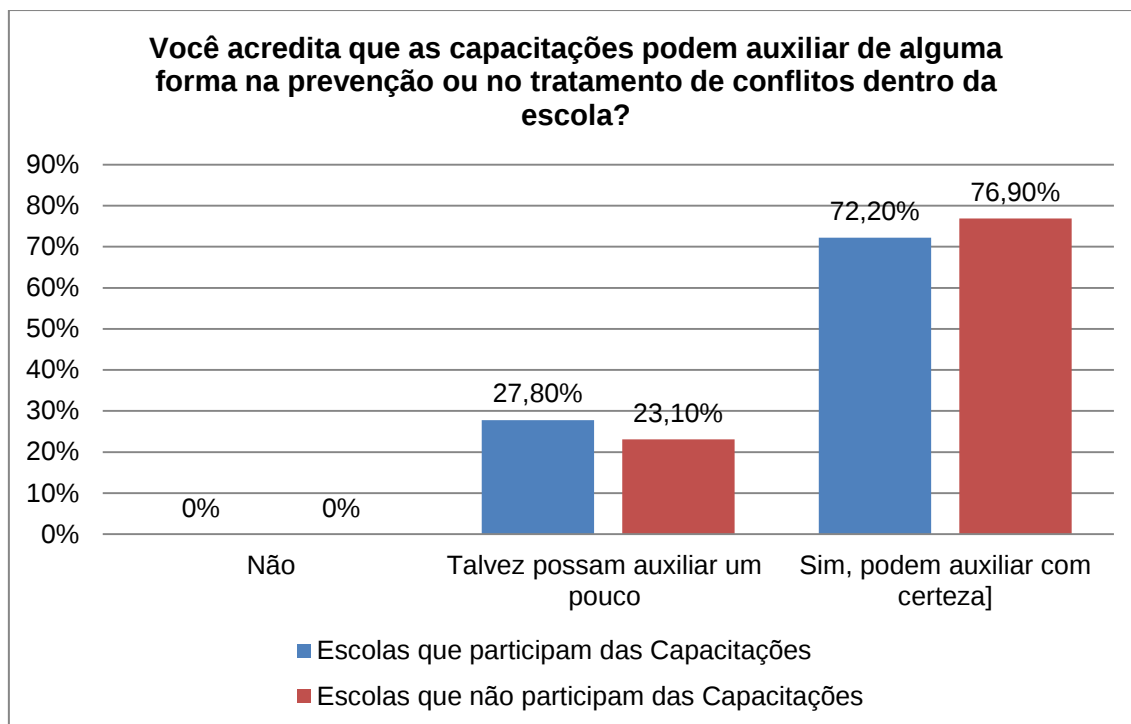
A representante do CRAS São João disse que se a Rede de Paz conseguir motivar a todos, de modo a todos colaborarem dentro de suas atribuições, o projeto funcionará, mas somente nestas condições. Sua colega do CRAS São Domingos, porém, se mostrou pessimista. Segundo ela, o conteúdo das capacitações é muito bonito, mas não tem aplicabilidade prática. De qualquer forma, se colocou à disposição e sugeriu que os grupos de convivência que acontecem nos CRAS poderiam ser levados para dentro das escolas. A complexidade em se tratar

problemas de violência foi estudado por diversos autores apresentados neste trabalho. Abramovay e Rua (2002) citam dentre outras variáveis internas e externas que interferem diretamente no comportamento do indivíduo dentro da escola o distanciamento entre os conteúdos ensinados e a realidade dos alunos. Para Debarbieux (2002) a desconstrução da violência é um processo lento e não há outra forma de ser realizada senão com ações práticas e cotidianas de diálogo, cooperação e valorização da tolerância

O comandante da PM respondeu acreditar no sucesso da Rede de Paz. Segundo ele é importante o trabalho em rede e o projeto propõe a busca e o compartilhamento de soluções para os problemas com todos os atores da rede. O comandante se colocou também à disposição de todos e disse que a Polícia Militar “deve ser vista como parceira em uma ampla coalizão de envolvidos.” As representantes do CREAS salientaram a importância de se apoiar as escolas e os professores cotidianamente nas escolas, uma vez que a violência cresce mais a cada dia. Elogiando o projeto se prontificou a ajudar no que for possível. Abramovay (2004) ressalta em seu estudo que somente as escolas que contaram com a cooperação e participação efetiva da comunidade escolar e demais instituições obtiveram êxito em ações para a diminuição da violência no espaço escolar.

De acordo com 94,1% dos diretores das escolas o projeto foi recebido com entusiasmo pelos participantes e 92,3% dos diretores das escolas que ainda não participam responderam que gostariam que sua escola fosse incluída para as próximas capacitações. O gráfico abaixo ilustra a expectativa dos diretores em relação às capacitações.

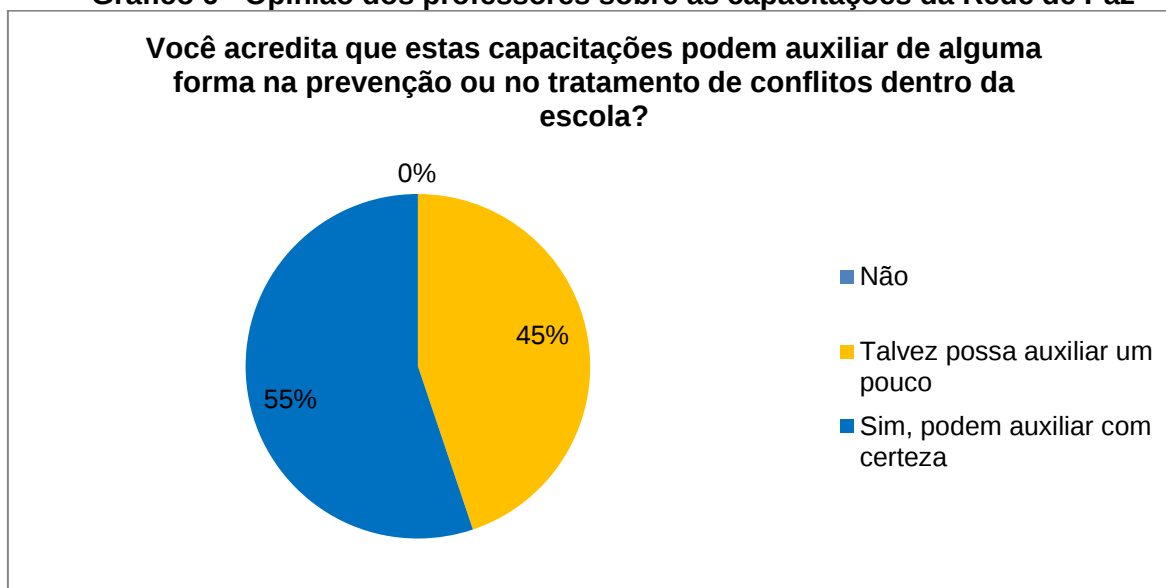
Gráfico 5 - Comparativo entre opinião de diretores das escolas que participam das capacitações em relação aos diretores de escolas que não participam



Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os diretores cujas escolas participam do projeto há um otimismo um pouco menor, 72,2% acreditam que as capacitações poderão auxiliar as escolas na prevenção ou tratamento de conflitos graves no ambiente escolar. Dentre os diretores que ainda não participam das capacitações, esse percentual é de 76,0% por cento. Em outra questão do instrumento de pesquisa 92,3% deles responderam que gostariam que sua escola fosse convidada a participar das capacitações. O próximo gráfico mostra o percentual de professores que acreditam nas capacitações como ferramenta para auxiliar na solução de conflitos escolares.

Gráfico 6 - Opinião dos professores sobre as capacitações da Rede de Paz

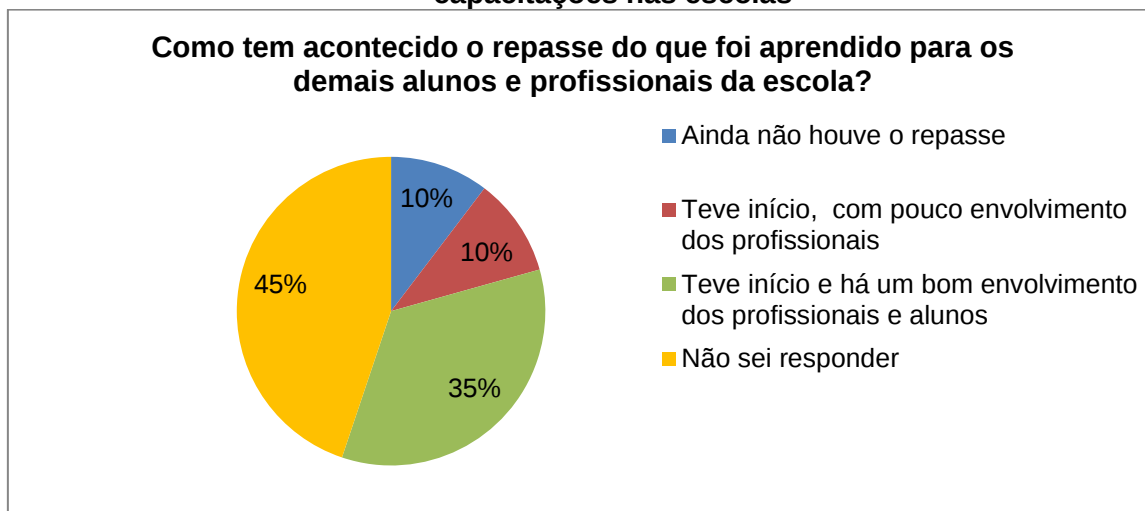


Fonte: Dados da pesquisa.

Nenhum professor respondeu não acreditar que as capacitações podem auxiliar na prevenção ou no tratamento de conflitos dentro da escola. A maioria dos professores também acredita que as capacitações irão auxiliar as escolas na prevenção dos conflitos.

Os profissionais e alunos participantes têm como missão repassar as práticas aprendidas para os demais profissionais e alunos das escolas. 27,8% dos diretores disseram que o repasse para os demais profissionais ainda não iniciou. O gráfico a seguir ilustra a opinião dos professores sobre o repasse das capacitações nas escolas.

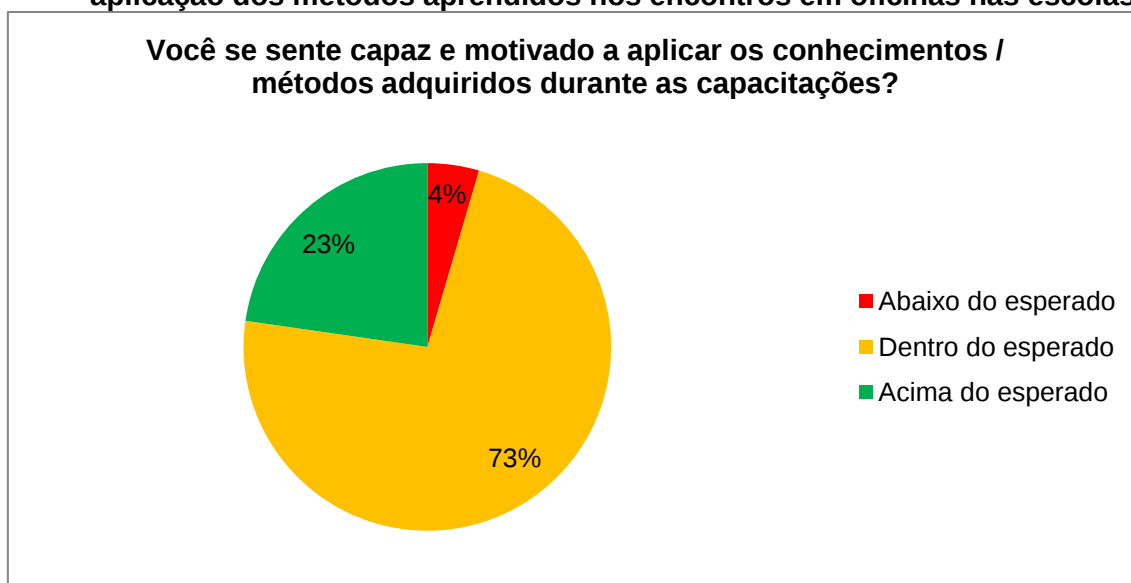
Gráfico 7 - Percentual de respostas dos professores sobre o repasse das capacitações nas escolas



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria das escolas já iniciou a multiplicação das oficinas nas escolas e, segundo grande parte dos envolvidos, há uma boa participação dos demais profissionais e alunos. Dentre os participantes das capacitações que responderam o questionário, 82% são profissionais da educação e 18% eram alunos. De modo geral os comentários foram positivos, uma professora relatou que já utiliza as dinâmicas trabalhadas nos encontros nas reuniões com os professores. Segundo ela, “os profissionais sentiram ‘na pele’ a realidade de muitos dos nossos alunos, o que facilitou o relacionamento entre ambos” (Questionário respondido pelos participantes das capacitações, novembro, 2017). O próximo gráfico ilustra as respostas dos participantes sobre a motivação e o preparo para o repasse das capacitações nas escolas.

Gráfico 8 - Percentual de respostas dos participantes acerca da preparação para a aplicação dos métodos aprendidos nos encontros em oficinas nas escolas



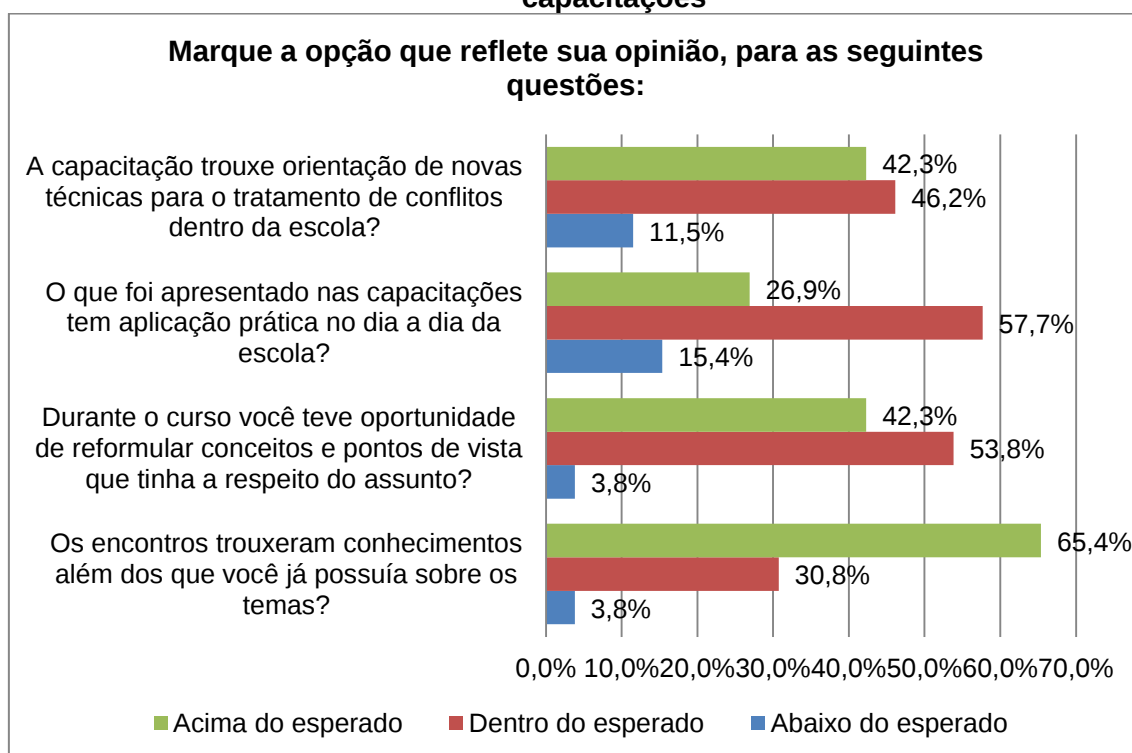
Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos participantes respondeu que se sente preparado para colocar em prática o que aprendeu durante os encontros dentro do esperado. Enfrentar o problema da violência não é tarefa fácil e colocar em prática novos métodos pode causar insegurança a princípio, porém o projeto aposta na liderança estudantil como forma de disseminar as práticas e métodos ensinados nos encontros presenciais. Uma aluna relatou como é difícil ser mediadora na solução de um conflito, mas afirmou que já tem colocado em prática as vivências ensinadas nos encontros e que

tem sentido resultado, principalmente em relação a alguns alunos que se envolvem em confusão corriqueiramente.

Uma professora elogiou a capacitação e a participação dos alunos, dizendo que “os alunos que participaram da capacitação hoje têm outra visão a respeito do comportamento dos colegas, aqui na escola eles nos ajudam muito”. Com relação à relevância dos temas abordados durante as capacitações, 91,3% dos participantes responderam que os conteúdos são muito relevantes e 8,7% responderam que são pouco relevantes. O próximo gráfico ilustra a opinião dos participantes acerca do conteúdo apresentado nas capacitações.

Gráfico 9 – Avaliação dos conteúdos apresentados e trabalhados durante as capacitações



Fonte: Dados da pesquisa.

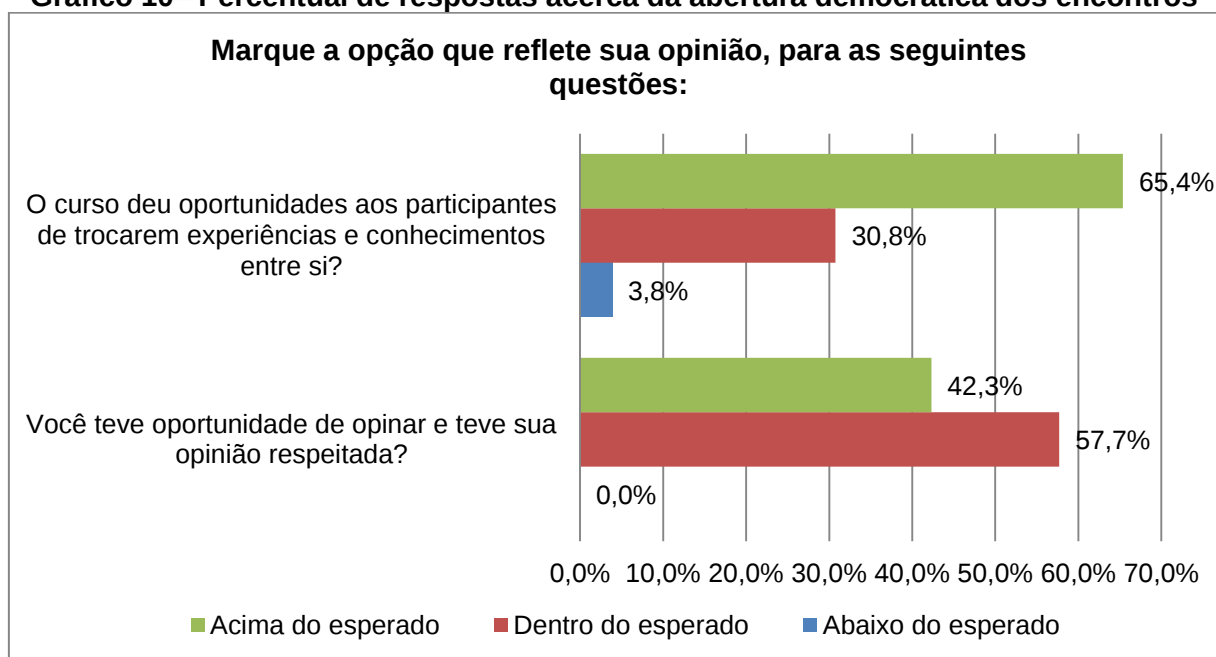
Para a maioria dos participantes a orientação de novas técnicas para o tratamento de conflitos dentro da escola ficou acima de sua expectativa. Com relação à aplicabilidade das abordagens e métodos apresentados nos encontros, a maioria respondeu que foi dentro do esperado. O gráfico mostra também que os participantes tiveram a oportunidade de reformular conceitos e pontos de vista a respeito da violência escolar e do tratamento de conflitos, mas o que mais surpreendeu os participantes, de acordo com suas respostas foram os novos

conhecimentos trazidos pelos encontros, 65,4% dos participantes responderam que a capacitação trouxe conhecimentos além do esperado.

Um aluno respondeu que as capacitações lhe permitiram mudar sua forma de agir no dia a dia. Segundo ele, depois dos encontros começou a prestar mais atenção nos conflitos do ambiente escolar e tem buscado auxiliar a coordenadora na solução dos problemas. Um professor destacou a importância da participação dos professores, e salientou que uma personalidade proativa deve ser considerada no momento de escolher os mediadores dentro da escola. Alguns professores, segundo relato do professor, são apáticos e não se envolvem o que compromete o sucesso de qualquer projeto.

Abramovay (2004) destaca a importância de uma gestão democrática e participativa, que possibilite a comunidade participar efetivamente das decisões e da construção de um ambiente de paz. O próximo gráfico ilustra a opinião dos envolvidos sobre sua participação na capacitação.

Gráfico 10– Percentual de respostas acerca da abertura democrática dos encontros



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos participantes respondeu que as capacitações ofereceram oportunidades de trocarem experiências e conhecimentos e ainda de expressar sua opinião, que foi recebida e respeitada durante os encontros. De modo geral, as capacitações tiveram uma boa receptividade por parte dos profissionais e alunos e, de acordo com as respostas, os participantes se encontram otimistas com relação à

influência dessas capacitações no cotidiano escolar. 95,7% dos participantes responderam que as capacitações deveriam ser estendidas às famílias e 4,3% responderam que isto não deveria acontecer.

Com base nos dados apresentados, entrevistas realizadas e análise dos encontros aos quais a autora esteve presente, levantou-se alguns principais problemas que precisam ser contornados para o aprimoramento do projeto. O quadro a seguir traz uma análise destes problemas.

Quadro 1 - Principais problemas encontrados na realização das capacitações e implantação da Rede de Paz

Divulgação da Rede de Paz nas escolas.	Com a grande demanda de trabalho e acúmulo de cargos trabalhados, muitos professores acabam não conseguindo acompanhar os acontecimentos dentro da escola. Da mesma forma, os alunos tendem a não participar e não se inteirar de eventos oferecidos pela escola, muitos não se sentem incluídos ou simplesmente não se interessam. Divulgar a cultura de paz dentro da escola, diariamente, pode aproximar os profissionais e os alunos, despertando o interesse em participar.
Organização e divulgação do cronograma, assim como do material utilizado nas capacitações.	Muitos professores e demais profissionais da escola trabalham em dois ou mais turnos, o que dificulta a participação em projetos no contraturno. A divulgação antecipada do cronograma das capacitações poderá permitir ao profissional se organizar para participação e frequência nos encontros. Da mesma forma, divulgando com antecedência textos ou algum outro material utilizado, permitirá ao participante maior apropriação dos temas trabalhados, de forma contínua e sistematizada.
Incompatibilidade de horários para os encontros presenciais	Encontros presenciais acontecendo em apenas um turno dificultam a participação de profissionais que trabalham neste turno. O ideal seria que os módulos fossem oferecidos em dois turnos, facilitando a participação de todos.
Insegurança dos participantes em multiplicar o que aprenderam	A responsabilidade de ser um instrutor-multiplicador do projeto é muito grande e pode coibir o bom desempenho dos participantes, seja por falta de conhecimentos acerca de teorias de desenvolvimento e formação da criança e do adolescente, ou questões legais e jurídicas. Os multiplicadores deverão ser apoiados constantemente e para isso poderá ser criada uma rede, dentro da rede, ou seja, criar uma rede de apoio entre os participantes, que poderão dividir suas experiências e anseios, além de contar com o apoio técnico da SRE.
Envolvimento das demais entidades	Alguns entrevistados, como o Juiz da Vara da Infância e Juventude, as representantes do CRAS São João e São Domingos, manifestaram desapontamento por não terem sido convidados a participar das capacitações. Esta participação poderia aproximar as entidades das escolas e ajudar a firmar a parceria que se deseja com o projeto.
Falta de respeito dos alunos pela autoridade do gestor escolar e pelos colegas.	A partir da aplicação prática dos métodos e vivências estudados nas capacitações da Rede de Paz e de sua multiplicação para os demais alunos, professores e comunidade de modo geral, espera-se um ambiente escolar mais tolerante, participativo e saudável. Porém, conforme entrevistas e respostas dos questionários, há uma insegurança do professor e demais alunos, mediante atos extremos de

	violência. Além da aplicação dos métodos para o tratamento de conflitos, novas regras de convivência poderão ser elaboradas com a participação de todos os alunos, na tentativa de se criar um ambiente mais democrático. A Justiça Restaurativa poderá ser aplicada, buscando a responsabilização dos que contribuíram para o fato e o empoderamento da comunidade.
Envolvimento das famílias	A falta de apoio familiar no cotidiano escolar dos filhos foi unânime nos relatos dos entrevistados, bem como nos questionários respondidos. É preciso envolver e apoiar essas famílias, que muitas das vezes não sabem educar.

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelas análises realizadas pode-se concluir que as capacitações da Rede de Paz proporcionaram aos participantes momentos de reflexão, aprendizagem e descobertas. Ver a participação dos alunos de 6º ao 9º e Ensino Médio atuando, opinando, auxiliando e modificando as práticas ensinadas nos encontros, fez com que muitos profissionais voltassem a acreditar na possibilidade de alguma mudança. Não há fórmulas mágicas ou receitas mirabolantes para resolver ou minimizar o problema da violência escolar, o que há é um longo caminho a se traçar, com parcerias e batalhas, onde a escola deverá ser considerada a porta de saída para a solução do problema. Um problema que é de Segurança Pública, mas que afeta diariamente profissionais da educação e obstrui a garantia do direito a uma educação de qualidade a crianças e adolescentes.

Através deste estudo e da análise das entrevistas, serão propostas no próximo capítulo sugestões para o aprimoramento das capacitações, para a efetividade das práticas e dos métodos aprendidos no cotidiano escolar e para a implantação da Rede de Paz também no âmbito das entidades parceiras.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA APERFEIÇOAMENTO E EXPANSÃO DAS CAPACITAÇÕES DA REDE DE PAZ

A escola como entidade mais próxima da criança e adolescente tem papel fundamental na garantia dos seus direitos, porém em face de diversas questões, algumas apresentadas neste estudo, enfrenta grandes desafios, muito notadamente no que tange a garantia do direito de oportunidades e facilidades. Devido a problemas sociais, principalmente a desestruturação familiar, a escola recebe cada vez mais crianças e adolescentes sem os conceitos básicos de ética e moral. Por outro lado, professores mal remunerados se sentem desmotivados e sufocados por uma demanda excessiva de conteúdos e projetos que, muitas das vezes, nada tem a ver com a realidade de seus alunos (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

Diante deste cenário, a violência escolar surge como forma do aluno manifestar sua insatisfação com uma escola que não o pertence, que não o ouve e traz graves consequências não só para o desenvolvimento intelectual e moral do aluno, como também para o ambiente escolar, desestabilizando profissionais e demais envolvidos. Neste contexto, analisando os resultados obtidos nas entrevistas e questionários, comparando com alguns estudos apresentados, percebe-se que a Rede de Paz está ainda no início de um longo caminho a percorrer. No capítulo anterior foi realizado um levantamento com os principais problemas encontrados nas capacitações da Rede de Paz. No quadro a seguir são apresentadas ações que poderão minimizar ou contornar os problemas levantados.

Quadro 2 - Ações propostas para contornar Problemas diagnosticados

Problemas Diagnosticados	Ações Propostas
Divulgação da Rede de Paz nas escolas.	• Confeccionar folders e cartazes divulgando com antecedência as capacitações da Rede de Paz nas Escolas • Confeccionar cartazes e faixas motivacionais à cultura de paz e convivência democrática • Criar grupo de e-mail para divulgação
Organização e divulgação do cronograma, assim como do material utilizado nas capacitações.	• Divulgar o cronograma nas escolas com datas, horários e locais • Disponibilizar conteúdo e materiais utilizados nos encontros presenciais • Divulgar temas abordados em palestras, reuniões e capacitações
Incompatibilidade de horários para os	• Dividir o conteúdo em módulos, respeitando o tempo máximo de 4 horas de duração para encontros presenciais.

encontros presenciais	
Insegurança dos participantes em multiplicar o que aprenderam	• Criar um grupo de whatsapp para troca de experiências e apoio entre os participantes • Utilizar o grupo de e-mails para troca de experiências e apoio entre os participantes.
Envolvimento das demais entidades	• Incluir dentre ações da Rede de Paz palestras com o Juiz da Vara da Infância e Juventude • Incluir dentre as ações da Rede de Paz palestras com profissionais do CRAS e do CREAS • Incluir dentre as ações da Rede de Paz, palestras com Representantes da Promotoria Pública de Ubá
Falta de respeito dos alunos pela autoridade do gestor escolar e pelos colegas.	• Fomentar a criação do Grêmio Estudantil em escolas que ainda não possuem e fortalecer nas escolas que já o fizeram. • Incentivar a elaboração ou reelaboração do Estatuto Escolar com a participação efetiva dos representantes dos alunos, prevendo advertências e outras punições para atos de violência. • Incentivar a realização de reuniões entre os alunos para debaterem as novas regras do estatuto sobre a disciplina na escola • Realizar reuniões com a comunidade escolar para divulgação do novo Estatuto • Realizar sempre que se fizerem necessárias, reuniões de mediação com a participação dos pais dos envolvidos.
Envolvimento das famílias	• Realizar reuniões de pais para divulgar o projeto nas escolas • Estender as capacitações para as famílias • Formar grupos de apoio das famílias • Acionar a Vara da Infância e Juventude para contatar pais ou responsáveis que não atendem aos chamados da escola.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a avaliação feita pelos participantes das capacitações, os encontros proporcionaram momentos de reflexão e aprendizado e a maioria considera importante a ampliação das capacitações, envolvendo maior número de profissionais, alunos e comunidade escolar. Da mesma forma, foram apontadas falhas no processo que devem ser contornadas para o aperfeiçoamento do projeto e otimização dos resultados. Na próxima seção serão apresentadas estratégias para melhorar a divulgação do projeto nas escolas.

3.1 Divulgação da Rede de Paz nas Escolas

Dentre os participantes que responderam o questionário de participação alguns alegaram que há pouca divulgação do projeto nas escolas. Dentre os professores, 44,8% deles não souberam responder sobre o repasse das capacitações na escola, o que pode sinalizar esta falta de divulgação. Dessa forma,

a fim de buscar maior envolvimento de toda a comunidade escolar, foram elaboradas estratégias para a divulgação do projeto Rede de Paz, assim como das capacitações e eventos realizados nas escolas durante o próximo ano. O próximo quadro traz uma síntese das ações propostas para divulgação do projeto e da cultura de paz nas escolas.

Quadro 3 - Proposições para aperfeiçoar a divulgação da Rede de Paz nas escolas envolvidas

Divulgação da Rede de Paz nas Escolas				
Ação	Estratégia	Prazo	Local	Responsáveis
Confeccionar folders e cartazes divulgando com antecedência as capacitações da Rede de Paz nas Escolas	Tornar o projeto público para que mais profissionais e alunos se interessem em participar	Durante todo ano	Nos pátios das escolas, salas dos professores, salas de aula e demais ambientes escolares.	SRE Ubá com a colaboração da gestão escolar e multiplicadores das capacitações
Realizar concurso de desenhos e frases motivacionais à cultura de paz e convivência democrática	Tornar a cultura de paz e a convivência democrática uma constante no cotidiano escolar	Primeiro Semestre / 2018	Nas escolas	
Reproduzir e distribuir para todas as escolas os melhores desenhos e frases para divulgação	Tornar a cultura de paz e a convivência democrática uma constante no cotidiano escolar	A partir do segundo semestre / 2018	Nas escolas	
Criar grupo de e-mail para divulgação	Divulgar textos e eventos do Projeto Rede de Paz	Durante todo o ano	Internet, e-mail e redes sociais	

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma das ações para a divulgação do projeto nas escolas é a confecção de folderes e cartazes para distribuição nas escolas. A criatividade é uma das principais características dos adolescentes, utilizar esta criatividade para criar cartazes e folderes é mais uma forma de envolver os adolescentes e aproximá-los dos profissionais da escola. Assim sendo, os alunos e profissionais das 24 escolas serão os responsáveis pela criação dos cartazes e da elaboração dos folderes que serão divulgados em todas as escolas da circunscrição sempre que houver uma capacitação ou algum outro evento da Rede de Paz. Espera-se dessa forma publicitar o projeto e despertar o interesse dos profissionais e comunidade escolar.

As reuniões para a elaboração do material de divulgação serão coordenadas por Analistas e Técnicos da SRE Ubá, porém o processo de criação ficará a cargo dos alunos e profissionais das escolas. Como o processo será manual, os cartazes terão o mesmo tema, mas poderão ser diversos, de acordo com a criatividade dos participantes.

Outra ação de divulgação é um concurso de desenhos e frases sobre tolerância, a paz na escola e a convivência democrática. Previsão de acontecer no primeiro semestre de 2018 com a participação de todas as escolas e em categorias de acordo com a faixa etária dos alunos. Esta ação conta, além dos profissionais e alunos multiplicadores das 24 escolas, com a parceria dos professores de Língua Portuguesa, Regentes de Turma e Especialistas das escolas.

A elaboração e a divulgação do concurso serão também mediadas por servidores da SRE Ubá, contando sempre com a participação dos alunos já envolvidos no projeto. O concurso será aberto para as 71 escolas da circunscrição, porém alunos de escolas que ainda não tiveram contato com a Rede de Paz participaram apresentando seus trabalhos para o concurso, mas não participaram da coordenação do evento. A partir do resultado do concurso, os desenhos e frases premiados serão reproduzidos e distribuídos entre as escolas como forma de divulgar a paz e a tolerância, fazendo com que estes valores e a discussão sobre a falta deles, façam parte do cotidiano dos alunos.

Finalmente, será criado um grupo de e-mail com a participação da equipe SRE responsável pela Rede de Paz e os participantes das capacitações para a divulgação de material e datas dos eventos. A próxima seção trata da divulgação do cronograma das capacitações e do material de estudo.

3.2 Divulgação do Cronograma e Material de Estudo

A divulgação do cronograma e do material utilizado nos encontros foi outra sugestão dada por participantes da capacitação. Há de se organizar o cronograma e atividades com antecedência, de forma a possibilitar aos participantes a organização de tempos e espaços para a manutenção da frequência nos encontros e favorecer a apropriação dos temas trabalhados, de forma contínua e sistematizados. O próximo quadro traz um resumo das ações propostas para divulgação do cronograma e conteúdo dos eventos e capacitações.

Quadro 4 - Proposições para o aperfeiçoamento da organização e divulgação do cronograma das capacitações

Organização e divulgação do cronograma, assim como do material utilizado nas capacitações.				
Ação	Estratégia	Prazo	Local	Responsáveis
Divulgar o cronograma nas escolas com datas, horários e locais	Despertar o interesse do público alvo e permitir que profissionais se organizem para participar dos encontros	Divulgar com 30 dias de antecedência	Nos pátios das escolas, salas dos professores, salas de aula e demais ambientes da escola.	SRE Ubá com a colaboração da gestão escolar e multiplicadores
Disponibilizar conteúdo e materiais utilizados nos encontros presenciais	Criar um portfólio online com textos, vídeos e materiais utilizados nos encontros presenciais	Divulgar com antecedência mínima de 01 semana.	Internet, e-mails e Redes Sociais	SRE Ubá em parceria com a gestão escolar e multiplicadores
Divulgar temas abordados em palestras, reuniões e capacitações	Divulgar através de cartazes e faixas os temas abordados nas reuniões, palestras e encontros presenciais	Divulgar com antecedência de 01 semana	Sala de professores, reuniões de modo geral	SRE Ubá em parceria com gestão escolar e multiplicadores

Fonte: Dados da pesquisa.

A proposta é que os eventos realizados pela Rede de Paz sejam divulgados com antecedência mínima de 30 dias. Quando se tratar de capacitações, os cronogramas com datas, horários e temas previstos para cada encontro presencial serão disponibilizados e divulgados nos murais das salas dos professores, pátios das escolas, entre outros ambientes escolares e da comunidade, quando o evento for aberto às famílias. A divulgação do cronograma propiciará aos participantes a organização de suas demandas a fim de garantir a frequência e participação de todos.

Outra ação proposta é a criação de um portfólio online contendo os textos, vídeos e demais materiais utilizados nos encontros presenciais, textos para reflexão ou matérias para discussão online. Para isto, o endereço de e-mail e o número do telefone, antes coletados na assinatura da lista de frequência, deverão ser informados no momento da inscrição dos interessados pelas escolas. Sendo assim, o responsável pelo evento na SRE poderá disponibilizar pelo e-mail e informar pelo telefone o link para acesso ao portfólio. Tanto a elaboração do cronograma quanto sua divulgação e a criação do portfólio serão de responsabilidade da equipe da SRE responsável pelo projeto.

O Cronograma das capacitações ou encontros, assim como os textos e o link para visualização de vídeos ou músicas serão divulgados nos murais das salas dos professores, pátios das escolas, entre outros ambientes escolares e da comunidade, quando o evento for aberto às famílias. A divulgação de temas e materiais que serão trabalhados em reuniões, palestras ou encontros presenciais possibilita aos participantes se apropriar do tema antes do encontro, o que favorece a participação e interação dos participantes. Além disso, desperta o interesse do público alvo e favorece a discussão sobre os temas abordados, antes mesmo de o evento acontecer. A divulgação nas escolas que já estão inseridas no projeto será de responsabilidade dos gestores e mediadores e nas demais escolas do gestor escolar, que deverá motivar a participação de todos. A próxima seção trata da incompatibilidade de horários dos participantes.

3.3 Incompatibilidade de Horário dos Participantes

Dentre os professores que responderam aos questionários, 58,6% trabalham em mais de uma escola e 26,3% tem carga horária semanal igual ou superior a 40 horas. Oferecer capacitações em horários que atendam a um número maior de profissionais não é tarefa fácil e esta foi uma das sugestões mais citadas entre os profissionais que avaliaram as capacitações. Vários participantes comentaram que os encontros presenciais deveriam acontecer em horários que a carga horária dos alunos não fosse prejudicada, o que possibilitaria a participação de um número maior de professores e também de alunos. O próximo quadro apresenta uma síntese da ação proposta para contornar o problema de incompatibilidade de horário dos participantes.

Quadro 5 - Proposições para minimizar problemas de incompatibilidade de horário dos participantes

Incompatibilidade de horários para os encontros presenciais				
Ação	Estratégia	Prazo	Local	Responsáveis
Dividir o conteúdo em módulos, respeitando o tempo máximo de 4 horas de duração para encontros presenciais.	Repetir o mesmo módulo em dois turnos diferentes, de modo a permitir maior adesão dos participantes.	Divulgar antes do início das capacitações	Setor de Supervisão Escolar da SRE Ubá	Supervisão Escolar da SRE Ubá

Fonte: Dados da pesquisa.

A fim de proporcionar a um número maior de pessoas a possibilidade de participar dos encontros, propõem-se a realização de encontros com o máximo de 4 horas de duração, repetindo o mesmo encontro em turnos diferentes, no mínimo em 2 turnos. Quando houver a participação da comunidade, realizar os encontros no turno noturno, repetindo os mesmos conteúdos em dias alternados. A divulgação das datas, horários e turnos deverão acontecer com antecedência, para permitir aos participantes uma melhor organização de seu tempo.

A organização dos eventos e capacitações é de responsabilidade dos analistas e técnicos da SRE Ubá e sempre acontece observando outras demandas da SEE MG. Mais encontros, com menos horas de duração, em horários alternados. Um volume maior de trabalho, porém, resultará em maior abrangência. Na próxima seção são apresentadas ações para auxiliar os participantes na multiplicação das capacitações nas escolas.

3.4 Insegurança dos Participantes

Houve uma boa participação de alunos nas capacitações, uns mais amadurecidos e com maior poder de liderança, outros mais tímidos, alguns alunos do ensino médio, outros ainda nos Anos Finais do Ensino Fundamental, mas todos com uma participação muito importante. O planejado é que estes alunos e profissionais que participaram das capacitações durante este ano sejam multiplicadores nas escolas, algumas escolas já iniciaram o repasse, outras ainda não tiveram a oportunidade de fazerem ou os servidores ainda não se sentiram capacitados a repassar os conteúdos e métodos vistos durante as capacitações. O próximo quadro mostra um resumo das ações propostas para apoiar os participantes no cotidiano escolar.

Quadro 6 - Proposições para minimizar a insegurança dos participantes em realizar o repasse das capacitações nas escolas

Insegurança dos participantes em multiplicar o que aprenderam				
Ação	Estratégia	Prazo	Local	Responsáveis
Criar um grupo de whatsapp para troca de experiências e apoio entre os participantes	Atualmente o whatsapp é uma tecnologia muito utilizada e poderá	Durante todo o ano	Celulares	O grupo terá como administrador Analistas da SRE e um representante de cada escola participante.

	servir de ferramenta de comunicação mais rápida.			
Utilizar o grupo de e-mails para troca de experiências e apoio entre os participantes.	Fazer com que os multiplicadores se sintam mais próximos, unidos por um mesmo propósito.	Durante todo o tempo em que estiverem acontecendo os repasses dos encontros nas escolas, pelos multiplicadores.	Internet e e-mail.	Todos os membros do grupo.

Fonte: Dados da pesquisa.

A proposta para dar maior apoio aos multiplicadores e aproximá-los uns dos outros e também da equipe da SRE é a criação de um grupo de *Whatsapp* para troca de experiências entre os participantes. O grupo de e-mail também será utilizado para este fim, possibilitando, além do apoio mútuo entre os participantes, e fazendo-os sentir mais seguros para atuarem como instrutores, registrar as atividades realizadas nas escolas, as experiências bem sucedidas, as frustrações e os anseios dos participantes.

O material produzido com a troca de e-mails permitirá uma melhor avaliação dos resultados alcançados com as capacitações e a Rede de Paz de modo geral, além de subsidiar discussões nos próximos encontros presenciais. Dessa forma, a equipe da SRE deverá incentivar o uso desta ferramenta, de modo a angariar um maior subsídio para os próximos eventos. A participação de entidades na capacitação foi sugestão feita nos questionários e também pelos representantes ouvidos; a próxima seção traz ações propostas para este fim.

3.5 Envolvimento das Instituições Parceiras

Dentre as experiências exitosas apresentadas neste trabalho está a experiência do estado do Mato Grosso do Sul em parceria com o Ministério Público, a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Polícia Militar e Conselho Tutelar para a realização de palestras e oficinas com alunos, profissionais e comunidade escolar. Os eventos tinham como objetivo o desenvolvimento de

valores humanos, o combate ao bullying e ao consumo de drogas, a divulgação do ECA, entre outros.

A primeira etapa das capacitações da Rede de Paz não contou com a participação das entidades, sendo realizadas por Analistas e Técnicos da Supervisão Escolar da SRE Ubá. Apesar de as capacitações terem sido muito bem avaliadas pelos participantes, a participação das entidades poderá, além de enriquecer ainda mais os conteúdos trabalhados, aproximar estas instituições da comunidade escolar. No próximo quadro, uma síntese das ações para a inclusão das entidades parceiras nas capacitações da Rede de Paz.

Quadro 7 - Proposições para incluir nas capacitações da Rede de Paz as instituições parceiras

Envolvimento das demais entidades				
Ação	Estratégia	Prazo	Local	Responsáveis
Incluir dentre ações da Rede de Paz palestras com o Juiz da Vara da Infância e Juventude	Envolver o magistrado que já fez trabalho parecido em 2014 e se prontificou a ajudar	Maio a novembro / 2018	Nas escolas	SRE Ubá em parceria com a Vara da Infância e Juventude de Ubá
Incluir dentre as ações da Rede de Paz rodas de conversa ou grupos de apoio com profissionais do CRAS e do CREAS	Envolver profissionais tais como assistentes sociais, psicólogos e técnicos nas capacitações.	Maio a novembro / 2018	Nas escolas	SRE em parceria com o CRAS e o CREAS
Incluir dentre as ações da Rede de Paz, palestras com Representantes da Promotoria Pública de Ubá.	Envolver a Promotoria Pública de Ubá, realizando a aproximação entre esta instituição e as escolas.	Maio a novembro / 2018	Nas escolas	SRE em parceria com a Promotoria Pública de Ubá.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em Ubá, dentre as instituições ouvidas, apenas a Polícia Militar respondeu trabalhar em parceria com as escolas, através do programa PROERD e a Patrulha Escolar. O Juiz da Vara da Infância e Juventude e as representantes do CRAS São Domingos e do CRAS São João se dispuseram a participar dos encontros e

capacitações, através de palestras ou rodas de conversa com a comunidade escolar. Espera-se repetir na SRE Ubá o sucesso alcançado no Mato Grosso do Sul.

Está previsto no Plano de Ação da Rede de Paz, novo encontro de pactuação com as entidades da rede. Utilizar este encontro para o alinhamento das agendas, de modo a incluir no cronograma das capacitações e eventos da Rede de Paz para 2018 as entidades que já se disponibilizaram a participar. As palestras e grupos de conversa deverão estar divulgados com antecedência, conforme propostas anteriores.

Os principais comentários dos participantes, alegando não ver efetividade do projeto no cotidiano escolar, se baseiam no comportamento violento dos alunos e na falta de autonomia da equipe gestora para solucionar estes problemas. A próxima seção traz ações que buscam minimizar o problema.

3.6 Tratar Atos desrespeitosos no ambiente escolar

A participação dos alunos nas decisões escolares diminui a ocorrência de problemas mais graves de indisciplina e violência. No Mato Grosso do Sul, a 27ª Promotoria de Justiça do Campo Grande desenvolveu o ProCEVE – Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e a Violência Escolar, que tem como objetivo principal devolver aos gestores escolares e professores a autoridade que ora perderam. O objetivo do programa, porém, não é punir o aluno e sim que ele apenas restaure os danos que causou com suas ações, ou seja, limpar algo que sujou por indisciplina ou em consequência de algum ato violento, consertar algo que tenha quebrado e principalmente, se retratar com quem ofendeu ou agrediu.

Para o Juiz da Vara da Infância e Juventude de Ubá é possível aplicar tais práticas no âmbito escolar, desde que haja o comprometimento de todos os envolvidos, assim como o de seus responsáveis. O magistrado salienta que “a mudança e o comprometimento tem de ser de todos senão não se atinge o objetivo colimado que é a conscientização dos envolvidos”. Este é um grande obstáculo a se alcançar, envolver profissionais, alunos, responsáveis, em prol de um ambiente saudável e uma cultura de paz, tolerância e respeito ao próximo e a si mesmo. O próximo quadro traz um resumo das propostas para tratar a falta de respeito dos alunos pelos professores e pelos seus pares.

Quadro 8 - Proposições para responsabilizar alunos através de práticas restaurativas

Falta de respeito dos alunos pela autoridade do gestor escolar e pelos colegas.				
Ação	Estratégia	Prazo	Local	Responsáveis
Fomentar a criação do Grêmio Estudantil em escolas que ainda não possuem e fortalecer nas escolas que já o fizeram.	Acentuar a participação dos estudantes nas decisões escolares.	Fevereiro a julho / 2018	Escolas	SRE Ubá em parceria com a gestão escolar
Incentivar a elaboração de um Plano de Convivência Escolar com a participação efetiva do Grêmio Estudantil.	Aproximar os alunos das decisões da escola e da construção de regras de convivência, fazendo-os sentir parte integrante do todo.	Fevereiro a novembro / 2018	Nas escolas	SRE em parceria com a gestão escolar e o Grêmio Estudantil
Incentivar a realização de reuniões entre os alunos para debaterem as regras do Plano de Convivência e a forma como serão tratados atos graves de indisciplina e ou violência na escola	Devolver ao aluno a sensação de pertencimento da escola, fomentando sua participação efetiva e despertando nele o senso de responsabilidade.	Durante todo o ano, até as novas regras serem aprovadas pelo Colegiado Escolar.	Nas Escolas	SRE em parceria com a gestão escolar e o Grêmio Estudantil
Realizar reuniões com a comunidade escolar para divulgação do novo Plano de Convivência Escolar	Conscientizar alunos e familiares sobre os direitos e deveres do aluno dentro da escola.	Durante todo o ano, assim que o Plano de Convivência Escolar for aprovado pelo Colegiado Escolar.	Nas escolas	SRE em parceria com a gestão escolar e o Grêmio Estudantil
Realizar, sempre que se fizerem necessárias, reuniões de mediação com a participação dos pais dos envolvidos.	Responsabilizar os alunos por seus atos, segundo as regras que eles mesmos ajudaram a elaborar.	Durante todo o ano letivo	Nas escolas	Gestão escolar e mediadores treinados nas capacitações, sempre em parceria com a SRE, a Vara da Infância e Juventude e o Ministério Público.

Fonte: Dados da pesquisa.

A proposta para tratar atos de indisciplina e violência dentro das escolas é incentivar a implantação do Grêmio Estudantil nas escolas onde ainda não foram criados e intensificar o apoio aos grêmios já existentes. Com a participação efetiva dos alunos, através de seus representantes, discutir e desenvolver um Plano de Convivência Escolar, que estabeleça regras e defina formas de o aluno reparar o ato cometido.

Para a elaboração do Plano de Convivência Escolar deverá ser constituída uma comissão dentro de cada escola, composta por integrantes do Grêmio Estudantil, os mediadores formados na capacitação da Rede de Paz, representantes das famílias e representantes dos professores. Esta comissão se reunirá, eventualmente, com auxílio de analistas e técnicos da SRE, caso a comissão sinta necessidade de ajuda, para discutir as normas de convivência e formas de correção de atos contrários aos estabelecidos nestas normas. Antes da aprovação pelo Colegiado Escolar, as regras de convivência deverão ser amplamente discutidas com os atores do processo, dessa forma, deverão ser estimuladas reuniões do grêmio com os demais alunos, de modo que todos opinem e participem do processo, da mesma forma, entre os professores e demais profissionais.

Após aprovação do Colegiado Escolar, o Plano de Convivência Escolar deverá ser divulgado e publicizado, sendo utilizado sempre que preciso para a mediação de conflitos. O objetivo dessas ações é que os envolvidos aprendam a conviver com as diferenças, respeitando o espaço do outro e responsabilizando a cada um por suas próprias ações, não de forma punitiva, e sim de forma restaurativa.

A omissão das famílias é fator relacionado à indisciplina escolar e à violência, conforme apresentaram em seus estudos os autores Abramovay e Rua (2002), Debarbieux (2002), Tavares e Pietrobon (2016), entre outros, e reiterado por todos os representantes ouvidos neste estudo. A próxima seção apresenta ações propostas para envolver as famílias no cotidiano escolar.

3.7 Omissão das Famílias

A omissão dos pais interfere negativamente no desenvolvimento dos filhos. Diversos estudos e a vivência dos representantes das instituições ouvidos neste

trabalho apontaram para esta constatação. Porém, mais do que responsabilizar a família é necessário ampará-las e apoiá-las em suas mais diversas dificuldades. Qualquer projeto ou plano de ação que busque minimizar problemas de violência que não tratar a questão familiar, pode se tornar tentativas vãs e fracassadas.

Dentre os participantes das capacitações, 95,7% responderam que os encontros deveriam ser estendidos para as famílias. Alguns comentaram que começarão a utilizar as práticas e métodos aprendidos durante os encontros em seu cotidiano familiar, o que lhe foi de grande valia. Outros propuseram inclusive dinâmicas para utilização em reuniões de pais. O próximo quadro traz uma síntese das ações propostas para envolver as famílias no cotidiano escolar e na divulgação da paz.

Quadro 9 - Proposições para estender a Rede de Paz também para as famílias e comunidade de modo geral

Envolvimento das famílias				
Ação	Estratégia	Prazo	Local	Responsáveis
Realizar reuniões de pais para divulgar o projeto nas escolas	Informar aos pais sobre a Rede de paz e a importância de se cultivar a paz e a tolerância.	Março a junho / 2018	Escolas	SRE Ubá em parceria com gestão escolar e multiplicadores
Estender as capacitações para as famílias	Levar a cultura de paz também para o ambiente doméstico	Abril a novembro / 2018	Escolas	SRE Ubá em parceria com gestão escolar, multiplicadores e instituições
Formar grupos de apoio das famílias	Rodas de conversa e sensibilização dos responsáveis com a utilização dos 12 passos do Programa Amor Exigente.	Fevereiro a novembro / 2018	Escolas	SRE em parceria com a gestão escolar, multiplicadores, integrantes do Programa Amor Exigente, do CRAS e do CREAS.
Acionar a Vara da Infância e Juventude para contatar pais ou responsáveis que não atendem aos chamados da escola.	Medida extrema usada apenas se esgotadas todas as tentativas de contato com a família pela escola.	Durante todo o ano	Vara da Infância e Juventude de Ubá	Gestão escolar em parceria com o Juiz da Infância e Juventude.

Fonte: Dados da pesquisa.

Envolver os pais e responsáveis, apoiá-los e motivá-los a participar das decisões escolares é o que se espera com a realização das ações propostas. Atendendo a sugestões tanto dos profissionais quanto dos alunos que participaram das capacitações, estas serão estendidas às famílias. A divulgação da Rede de Paz e de suas capacitações deverá acontecer desde a primeira reunião de pais, no início do ano.

A formação de grupos de apoio acontecerá utilizando o Programa Amor Exigente e contando com o apoio de instituições tais como o CRAS e o CREAS. Será aberta a todos os interessados, porém terá foco especial nos responsáveis por alunos tidos como mais problemáticos. Os analistas e técnicos da SRE serão mediadores no processo de formação destes grupos.

As reuniões com os pais deverão ter um formato diferente, dando espaço e oportunidade dos familiares se expressarem e de serem verdadeiramente ouvidos, na tentativa de incentivar a participação de todos os responsáveis, até mesmo dos alunos com maior envolvimento em situações conflituosas graves. De acordo com a pesquisa realizada neste trabalho, muitas vezes os pais destes alunos não são localizados ou não comparecem às reuniões.

Para estes casos, esgotadas todas as possibilidades de a escola fazer contato com os pais ou convencê-los a comparecer à escola, propõe-se a convocação destes pais pelo juiz ou promotor para conversar e buscar soluções para o mau comportamento do aluno. Estas ações necessitam da parceria com o Juiz da Vara da Infância e Juventude, do Ministério Público e das instituições envolvidas.

3.8 Monitoramento do Plano de Ação Educacional

Registrar as ações do Plano de Ação Educacional, suas conquistas e seus fracassos, é primordial para aferir sua efetividade, e consequentemente, os resultados alcançados com o Projeto Rede de Paz e suas capacitações. O monitoramento das ações poderá ser realizado utilizando um modelo de consolidado, conforme ilustra o próximo quadro.

Quadro 10 - Monitoramento do Plano de Ação Educacional

Monitoramento do Plano de Ação Educacional						
Ação	Período de realização Início / Término		Responsável	Resultados esperados	Resultados alcançados	Custo total

Fonte: Dados da pesquisa.

Para facilitar a visualização, o Plano de Ação Educacional foi descrito seguindo a metodologia 5W2H, ferramenta de gestão estratégica utilizada para estruturação de forma organizada das ações previstas num plano de ação. A expressão 5W2H vem das iniciais das palavras inglesas *What*, *When*, *Why*, *Where* e *Who*, *How* e da expressão *How Much*, ou seja, esta metodologia é baseada na resposta de questões essenciais para todo o projeto ou planejamento: O que fazer / Quando fazer / Por que fazer / Como / Quem / Quanto / para cada ação proposta no plano (BEHR, MORO e ESTABEL, 2008). O quadro com a descrição do Plano de Ação Educacional, utilizando a metodologia 5W2H está apresentado no apêndice 10.

Um clima escolar disciplinado, segundo Freire (2015), só é possível através da liberdade de seus educandos e através de uma gestão democrática que prime pela ordem, mas que permita às crianças e aos adolescentes se manifestarem com todas suas especificidades e inquietudes. Analogamente, Abramovay (2004) mostra que a pluralidade de comportamentos dos alunos pode ser grande aliada na elaboração de soluções e respostas para o problema da violência no ambiente escolar.

Dessa forma, considerando a complexidade do tema, a pluralidade do ambiente escolar e as dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas cotidianamente, desenvolveu-se o Plano de Ação Educacional supracitado e espera-se, dessa maneira, contribuir de forma positiva para o aprimoramento das ações da Rede de Paz e na manutenção de um clima de paz nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no seu Artigo 53 determina que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990) e essa é a principal função da escola e dos profissionais da educação de modo geral. Porém, a escola enfrenta atualmente grandes desafios no processo de ensino aprendizagem e esses desafios se agravam consideravelmente em escolas públicas.

A pesquisa mostrou que a tarefa de ensinar requer dos professores esforço e dedicação além de suas atribuições profissionais, uma vez que as necessidades dos alunos vão além da necessidade de adquirir conhecimentos. A função de ensinar conteúdos e desenvolver competências básicas para uma formação cidadã esbarra na indisciplina e na falta de interesse do aluno pelo que a escola tem a lhe oferecer. Professores mal remunerados, escolas com estrutura física deficiente e falta de autonomia da gestão escolar completam o leque de desafios que o gestor precisa enfrentar corriqueiramente no exercício de suas atribuições.

A complexidade do problema da violência dificulta a aplicação de medidas eficazes ou que apresentem resultados perceptíveis a curto ou médio prazo, porém é imprescindível discutir o tema, falar sobre o assunto, ouvir os envolvidos. Uma das principais funções da administração pública nos dias atuais é a gestão de recursos, sejam financeiros, materiais ou humanos, a fim de se realizar ações e desenvolver projetos que atendam a necessidade da população e vise o bem estar social. Neste contexto, as instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), regulamentado pelo Artigo 86 do ECA, buscam desempenhar seu trabalho, enfrentando cotidianamente uma demanda excessiva de trabalho e poucos recursos financeiros e humanos.

Fazem parte de um SGDCA instituições como o Ministério Público, o Juizado da Infância e Juventude, o Conselho Tutelar, o CRAS, o CREAS, entre outras. Estas instituições devem trabalhar de forma articulada e integrada entre si, a fim de assegurar a preservação dos direitos da criança e do adolescente. Porém trabalhar em rede e de forma articulada também é um grande desafio, uma vez que questões culturais, pessoais e políticas não poucas vezes interferem diretamente no trabalho desenvolvido e o bem comum acaba sendo prejudicado.

Auxiliar na integração desta rede já regulamentada é um dos propósitos da Rede de Apoio à Cultura de Paz nas Escolas. Além disso, através de capacitações, a Rede de Paz realiza a formação de mediadores de conflitos e multiplicadores da cultura de paz e convivência democrática nas escolas. A liderança estudantil é uma das apostas do projeto que busca através do diálogo com os estudantes e profissionais da escola, conhecer a realidade dos alunos e aproximar as escolas do seu público alvo, respeitando e valorizando as experiências e vivências de cada um.

As capacitações da Rede de Paz foram bem recebidas pelos participantes, segundo 94,1% dos diretores das escolas convidadas a participar. Dentre as que ainda não participam 92,3% aguardam serem convidadas e se mostraram otimistas quanto à efetividade das capacitações para disseminar uma cultura de paz. Dentre os professores que ainda não participaram 72,4% responderam que gostariam de participar. Dessa forma, acredita-se que é viável a ampliação do projeto para as demais escolas da circunscrição.

Em resposta aos questionários, 75,9% dos diretores e 55% dos professores disseram que acreditam no êxito das capacitações como ferramentas de auxílio na prevenção e no tratamento de conflitos dentro da escola. 24,1% dos diretores e 45% dos professores acreditam que talvez as capacitações possam auxiliar. Entre os representantes das instituições ouvidas há otimismo, porém cautela em relação ao projeto. Entretanto, todos eles, dentro de suas limitações, se colocaram à disposição para auxiliar no que for preciso e foram uníssonos em salientar a importância de se trabalhar em parceria para a diminuição da violência.

Neste contexto, conclui-se com este trabalho que os envolvidos nas Capacitações para Convivência Democrática e Formação de uma Cultura de Paz nas Escolas, receberam bem o projeto e atuam efetivamente no desenvolvimento dos estudos. A grande maioria acredita na efetividade da Rede de Paz como ferramenta para auxiliar as escolas na mediação de conflitos e na propagação de um ambiente de paz.

A demanda excessiva de trabalho dos profissionais, aliada à quantidade de conteúdos a serem ministrados em curto espaço de tempo, faz com que muitas vezes o professor não consiga ouvir o aluno que não tenha espaço para se manifestar pacificamente dentro da escola. Problemas sociais sempre existiram e continuarão a existir, mas é fundamental que o aluno tenha na escola o refúgio, o

amparo, o abrigo. Com o cotidiano conturbado das escolas, nem sempre isso acontece.

O problema da violência não é um problema escolar e a escola sozinha não conseguirá resolvê-lo. Provavelmente a Secretaria de Segurança Pública sozinha também não conseguirá. Práticas restaurativas, a valorização de uma cultura de paz, a tolerância e uma convivência democrática, aliadas à participação estudantil e o envolvimento dos profissionais podem fazer a diferença e diminuir os problemas graves, amenizando o clima de insegurança das escolas e desconstruindo a violência dentro do ambiente escolar..

Os estudos apresentaram que a violência escolar é um fenômeno complexo e multicausal que requer atenção especial do estado e da sociedade, a fim de se formular políticas públicas eficazes, sua prevenção e enfrentamento. Porém, encontrar soluções para o problema da violência é algo que está longe de concluído e muitas outras questões podem ser levantadas a partir deste trabalho. Através de pesquisas direcionadas à questão do absenteísmo do professor, buscar responder se o ambiente escolar interfere nesta questão e se escolas com maiores índices de violência escolar tem maior recorrência de faltas e licenças por motivos de adoecimento dos seus discentes.

Outra questão a ser levantada é em relação aos registros da violência. Há poucos registros de casos mais graves de violência contra professores e mesmo contra alunos. Dessa forma, há uma supervalorização da violência nas escolas ou ainda evita-se o registro, seja por medo dos envolvidos ou para se evitar um estigma para a escola envolvida? Com relação ao comportamento dos alunos, seria possível aprofundar a pesquisa, ouvindo os alunos das escolas a fim de saber o que eles pensam a respeito do tema e de que forma reagem à violência escolar.

O desenvolvimento pessoal e profissional adquiridos pela autora no percorrer desta pesquisa servirão de impulso para continuar buscando e acreditando numa educação pública democrática, igualitária, inclusiva, que aposte no diálogo, na diversidade e na escuta do outro, propiciando um ambiente escolar mais compreensivo, mais produtivo e mais humano.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam ; RUA, Maria das Graças. **Violência nas Escolas**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2002. 400 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001257/125791porb.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e Violência**. Brasília: UNESCO, 2002. 154 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128717por.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. **Escolas inovadoras**: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2004. 124 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002977.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ALVES, Cândida Maria Santos Daltro. **Disciplina na Escola**: cenas da complexidade de um cotidiano escolar. 2002. 160 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000257435&fd=y>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BAPTISTA, Myriam Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.109, p.179-199, jan/mar. 2012. Disponível em: <http://www.escoladeconselhospara.com.br/upload/arq_arquivo/2154.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2017.

BECKER, Kalinca Léia; KASSOUF, Ana Lúcia. Violência nas Escolas Públicas Brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Nova Economia**, v.26, n.2, 2016. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2591/1839>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 18 mar. 2017.

CHARLOT, Bernard. A Violência na Escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, RS. ano 4, n. 8, p. 432 – 443, jul / dez 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do Conflito Escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: Avaliação Políticas Públicas Educacionais**. vol.15 n.54 Rio de Janeiro, jan/ mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362007000100002>. Acesso em: 30 mar. 2017.

CONANDA; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. **Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/Res_113_CONANDA.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2017.

DEBARBIEUX, Eric ; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2002. 268p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128720por.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

DEBARBIEUX, Eric. **Violência nas Escolas**: divergências sobre palavras e um desafio político. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2002. p 59 – 87. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128720por.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

DUPRET, Leila. Cultura de Paz e Ações Sócio-Educativas: desafios para a escola contemporânea. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 6 n. 1, p. 91-96, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v6n1/v6n1a13.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2016.

ESTADO DE MINAS, **Levantamento inédito mostra onde há mais violência nas escolas de Minas**. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/04/15/interna_gerais,371530/levantamento-inedito-mostra-onde-ha-mais-violencia-nas-escolas-de-minas.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 50ª ed.

FUNDAÇÃO LEMANN E MERITT. **Use dados. Transforme a Educação**. 2015: portal QEduc.org.br, disponível <<http://www.qeduc.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SPOSITO, Marília Pontes. Iniciativas Públicas de Redução da Violência Escolar no Brasil. In: International Conference on Violence in Schools and Public Policies; Paris. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 101-138. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a04n115.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

HAYDEN, Carol. **Fatores de Risco e Expulsão de Alunos da Escola**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2002. p 137 – 161. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128720por.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Minas Gerais – Ubá. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=316990>>. Acesso em: 18 set. 2016.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/rest/relatorios/perfis/por-mod-etapa/perfil-por-mod-etapa-detalhes.xls>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

JACOBINA, Olga Maria Pimentel; COSTA, Liana Fortunato. Da medida protetiva à socioeducativa: o registro da (des)proteção. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 123-139, jun. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2017.

MALTA, Deborah Carvalho et. al. Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência & Saúde Coletiva**, v.15, p.3065-3076, 2010. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/2928>>. Acesso em: 17 set. 2016.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Educação em Valores: em busca de projetos brasileiros em escolas públicas. **Congresso Internacional**. São Paulo, Brasil, 8-12 de fev. 2010. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/EducacaoMoral/Menin%20et%20al_Congresso%20Ulisses%20SP.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 205.

MPEDUC. Ministério Público pela Educação. **MPEduc**: balanço revela quase dois milhões de alunos beneficiados pelo projeto. Disponível em: <http://mpeduc.mp.br/admin/destaques/mpeduc-balanco-revela-quase-dois-milhoes-de-alunos-beneficiados-pelo-projeto-1/mostra_destaque>. Acesso em: 02 abr. 2017.

MINAS GERAIS. Decreto 45849, de 27 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte**. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEC&num=45849&comp=&ano=2011&texto=consolidado>>. Acesso em 14 nov. 2016)

_____. Decreto 45914, de 16 de fevereiro de 2012. **Altera o Decreto 45849, de 27 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais**. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45914&ano=2012>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. Lei 22257, de 27 de julho de 2016. **Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte.** Disponível em <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=22257&comp=&ano=2016&texto=consolidado>>. Acesso em 15 out. 2016.

NETTO-MAIA, Luciana de Lourdes Queiroga Gontijo, et al. O Professor Também Vivencia a Violência Escolar?. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, vol. 3, n. 3, p. 797 – 803. set / dez. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/400/526>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena, GUERRA, Andréa Máris Campos, LIMA, Nádia Laguárdia de. **Capacitação de Formadores em Práticas Restaurativas no Ambiente Escolar.** Belo Horizonte, RECAJ / UFMG, 2014, 80 p.

PEREGRINO, Mônica. **Desigualdade numa Escola em Mudança:** Trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres. 2006. 336 p. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, Faculdade De Educação Programa De Pós-Graduação Em Educação. Niterói, RJ.

PETINELLI, Viviane. **PROCEVE:** Combatendo a Violência e a Evasão Escolar. Infância Protegida. Disponível em: <<http://www.infanciaprotegida.com.br/2016/06/10/proceve-combatendo-a-violencia-e-a-evasao-escolar/>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

ROIZMAN, Laura Gorresio. Espaços de Paz para Jovens. In: DISKIN, Lia e ROIZMAN, Laura Gorresio. **Paz Como se Faz?:**semeando cultura de paz nas escolas. Rio de Janeiro, UNESCO, Associação Palas Athena, 2002. Disponível em:<<http://www.comitepaz.org.br/download/pazcomosefaz.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

SALLES FILHO, Nei Alberto. Paulo Freire e Educação para a Paz: o mesmo sentido.IX Congresso Nacional de Educação – **EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia.** out. 2009. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <http://www.pitangui.uepg.br/nep/artigos/2936_1413artigos.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SEDUC, Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer, Governo do Mato Grosso. **Programas colaboram para criar clima de paz nas escolas.** 2016. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Programas-colaboram-para-criar-clima-de-paz-nas-escolas.aspx>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SEEMG, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Missão e Valores.** Disponível em <<https://www.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/missao-e-valores>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____, **Polos Regionais e suas Respectivas Superintendências Regionais de Ensino**. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/polos-regionais-sres.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____, **Minas Gerais**. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20Minas%20Gerais%20-%20Educacenso%202015.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SPÓSITO, Marília Pontes. **A Instituição Escolar e a Violência**. 1988. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/717/733>>. Acesso em 11 nov. 2016.

SPÓSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan/jun, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v27n1/a07v27n1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SREUBÁ. **Superintendência Regional de Ensino de Ubá**. Disponível em: <<http://sreuba.educacao.mg.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

STELKO-PEREIRA, Ana Karina, **Avaliação de Um Programa Preventivo de Violência Escolar**: planejamento, implantação e eficácia. 2012. 195 p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Psicologia – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. Disponível em: <<http://www.laprev.ufscar.br/documentos/arquivos/teses-e-dissertacoes/tese-ana-carina.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

TAVARES, Priscilla Albuquerque ; PIETROBOM, Francine Carvalho. Fatores Associados à Violência Escolar: evidências para o Estado de São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol.46, n.2, p. 471-498, abr.-jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612016000200471>. Acesso em: 28 mar. 2017.

VENTURI, Jacir J. **A Gestão de Conflitos no Ambiente Escolar**. Disponível em: <<http://direcionalescolas.com.br/2016/11/10/gestao-de-conflitos-no-ambiente-escolar/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

VINHA, Telma Pileggi e TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. Construindo a Autonomia Moral na Escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, set / dez. 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/295_902.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Rio de Janeiro: Facso Brasil, 2015. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf> . Acesso em: 28 mar. 2017.

_____. **Mapa da Violência 2016:** homicídios por arma de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: Facso Brasil, 2016. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO PARA GESTORES DAS ESCOLAS QUE NÃO PARTICIPAM DAS CAPACITAÇÕES DO PROJETO REDE DE PAZ

Prezado(a) Diretor(a),

Este questionário objetiva conhecer o cotidiano da escola onde você trabalha e o ambiente escolar, a fim de nos auxiliar na identificação de problemas causados ou agravados pela indisciplina dos alunos ou pela violência, dentro e fora da escola. Algumas informações sobre esta pesquisa são importantes:

- Sua identidade não será revelada ou divulgada em nenhum momento;
- Não há resposta certa ou errada, precisamos saber sua opinião e conhecer a realidade de sua escola;

Sua colaboração é muito valiosa para nossa pesquisa. .

Agradecemos desde já sua participação e esperamos que, através desse estudo, possamos também contribuir, de alguma forma, para um ambiente saudável e uma cultura de paz em sua escola.

1º Bloco: Características pessoais e da escola

- 1- Qual sua área de formação? _____

- 2- Qual sua formação?
 - () Curso Superior - Bacharelado
 - () Curso Superior – Licenciatura
 - () Especialização
 - () Mestrado
 - () Doutorado

- 3- Qual sua situação funcional? () Efetiva () Designada

- 4- Poderia nos informar sua idade? _____

- 5- Você mora no mesmo município onde é diretora?
 - () Não () Sim
 5.1. Caso sua resposta tenha sido afirmativa para a pergunta anterior, responda a seguinte pergunta:
 - () Sim, moro próximo à escola;
 - () Sim, porém moro distante da escola;
 - () Outro.. _____

- 6- Qual meio de transporte utiliza para ir para a escola?
 - () Vou caminhando
 - () Utilizo veículo próprio;
 - () Utilizo transporte público;
 - () Outros. Qual? _____.

- 7- Há quanto tempo é servidora do Estado? Considere tempo de designado e efetivo.

- 8- Você ocupa o cargo de diretor(a) desta escola há quanto tempo?

- 9- Além da direção escolar, você exerce alguma outra atividade que contribui com sua renda? () Sim, na educação () Sim, em outra área () Não.
- 10-Quantas horas de trabalho semanais você trabalha ao todo? Considere apenas trabalhos remunerados. _____

2º Bloco: Conhecendo o Cotidiano Escolar

Com relação ao ambiente escolar, marque a opção que mais se assemelha a sua escola:

- 11- Os conflitos mais comuns na escola acontecem:
() Dentro da sala de aula; () Durante a mudança de professor;
() No horário do intervalo; () Nos arredores da escola.
- 12-Os conflitos mais comuns acontecem devido a divergência de opinião:
() entre os alunos; () entre alunos e professores.
- 13- Os conflitos dentro da escola acontecem ou se agravam devido:
() indisciplina dos alunos; () falta de professor;
() número reduzido de profissionais; () Outros: _____
- 14-Em seu ponto de vista, com que frequência acontecem **agressões verbais** entre **professores** na escola?
() Pelo menos uma vez por dia
() Pelo menos uma vez na semana
() Pelo menos uma vez por mês
() Raramente acontece
() Nunca acontece
- 15-Em seu ponto de vista, com que frequência acontecem **agressões verbais** entre **aluno e professor** na escola?
() Pelo menos uma vez por dia
() Pelo menos uma vez na semana
() Pelo menos uma vez por mês
() Raramente acontece
() Nunca acontece.
- 16-Em seu ponto de vista, com que frequência acontecem **agressões verbais** entre **alunos** na escola.
() Pelo menos uma vez por dia
() Pelo menos uma vez na semana
() Pelo menos uma vez por mês
() Raramente acontece

() Nunca acontece.

17-Em seu ponto de vista, com que frequência acontecem **agressões físicas** entre **aluno e professor** na escola?

- () Pelo menos uma vez por dia
 () Pelo menos uma vez na semana
 () Pelo menos uma vez por mês
 () Raramente acontece
 () Nunca acontece

18-Em seu ponto de vista, com que frequência acontecem **agressões físicas** entre **alunos** na escola?

- () Pelo menos uma vez por dia
 () Pelo menos uma vez na semana
 () Pelo menos uma vez por mês
 () Raramente acontece
 () Nunca acontece

19- Durante este ano, algum aluno tentou entrar na escola, portando armas brancas (faca, canivete, etc)?

() Não. () Sim, uma vez () Sim, mais de uma vez.

20- Durante este ano, algum aluno tentou entrar na escola, portando armas de fogo? () Não. () Sim, uma vez () Sim, mais de uma vez.

21-Durante este ano, algum aluno tentou entrar na escola com bebida alcoólica?

() Não. () Sim, uma vez () Sim, mais de uma vez.

22-Durante este ano, algum aluno tentou entrar na escola com algum tipo de droga ilícita? () Não. () Sim, uma vez () Sim, mais de uma vez.

23-Durante este ano, algum aluno tentou entrar na escola após o consumo de drogas ou bebidas alcoólicas?

() Não. () Sim, uma vez () Sim, mais de uma vez.

3º Bloco: Conhecendo o perfil das turmas e alunos

Com relação aos alunos desta escola, marque as opções que mais se assemelham à realidade de sua escola:

24-No início do ano, a divisão dos alunos é feita procurando formar turmas homogêneas quanto à idade, ou seja, mantendo alunos com a mesma faixa etária numa mesma sala? () Sim () Não

25-No início do ano, a divisão dos alunos é feita procurando formar turmas homogêneas quanto ao desempenho escolar, ou seja, mantendo alunos com bom rendimento escolar numa mesma sala? () Sim () Não

26-Durante o ano, a escola desenvolve projetos para combater a evasão escolar, principalmente dos alunos com dificuldade de aprendizado ou alunos que por algum motivo não consigam acompanhar os demais alunos?

- () Não, não há esse tipo de problema
() Não, apesar de haver o problema
() Sim, mas com resultados pouco satisfatórios.
() Sim, com resultados muito satisfatórios.
() Sim, mas ainda não foram avaliados os resultados.
- 27-Durante o ano, a escola desenvolve projetos para reduzir taxas de reprovação e acompanhamento pedagógico para favorecer alunos com defasagem de aprendizado?
() Não, apesar de haver o problema
() Não, não há esse tipo de problema
() Sim, mas com resultados pouco satisfatórios.
() Sim, com resultados muito satisfatórios.
() Sim, mas ainda não foram avaliados os resultados.
- 28-Nesta escola, os alunos com maiores problemas de indisciplina também são os alunos com maior déficit de aprendizagem?
() Sempre () Na maioria das vezes
() Na minoria das vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 29-Nesta escola, os alunos que apresentam comportamento violento e que se envolvem mais facilmente em casos de agressão, verbal ou física, são também alunos com dificuldade de aprendizagem?
() Sempre () Na maioria das vezes
() Na minoria das vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 30-Nesta escola, a violência ao resolver conflitos acontece de forma mais acentuada em alunos que já foram reprovados pelo menos uma vez ou que apresentam defasagem idade – série?
() Sempre () Na maioria das vezes
() Na minoria das vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 31-Nesta escola, alunos e professores têm um bom relacionamento e dificilmente há conflitos mais graves entre eles?
() Concordo totalmente () Concordo parcialmente
() Discordo parcialmente () Discordo totalmente
- 32- Os problemas de indisciplina ou violência acontecem em número menor nas aulas de professores que se relacionam melhor com os seus alunos?
() Sempre () Na maioria das vezes
() Na minoria das vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 33- Nesta escola, os alunos cujos pais participam mais ativamente do cotidiano escolar, são menos indisciplinados e se envolvem com menos frequência em casos de violência?
() Sempre () Na maioria das vezes
() Na minoria das vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 34-Nesta escola a maior parte dos conflitos entre alunos está relacionada à:
() Intolerância Racial; () Intolerância Religiosa;

() Questões de Gênero (Sexual) () Indisciplina de modo geral, sem ligação específica com formas de preconceito.

35-Durante todo o ano, a escola desenvolve projetos de combate à violência e ao bullying.?

- () Não, apesar de haver o problema
- () Não, não há esse tipo de problema
- () Sim, mas com resultados pouco satisfatórios.
- () Sim, com resultados muito satisfatórios.
- () Sim, mas ainda não foram avaliados os resultados.

4º Bloco: tratando os conflitos

Com relação à forma de tratamento dos conflitos cotidianos na escola, escolha a opção que melhor se assemelha à realidade da escola.

36- Na maioria das vezes, os conflitos ocorridos na escola são resolvidos de forma dialogada com os envolvidos e estimulando a reconciliação entre as partes?

- () Sempre ou quase sempre
- () Na maioria das vezes
- () Na minoria das vezes
- () Nunca ou quase nunca.

37-Quais instituições a escola já precisou acionar para solucionar problemas mais graves de indisciplina ou de violência contra pessoas ou contra o patrimônio?

- () Polícia Militar,
- () Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
- () Ministério Público da Infância e da Juventude
- () CRAS⁴ ou CREAS⁵ do município
- () Outras instituições: _____
- () Nunca foi preciso chamar instituições externas.

38-Quando há problemas mais graves na escola e é preciso acionar a Polícia Militar, os profissionais atendem prontamente e conversam com os envolvidos de forma amigável, atuando de forma mais ríspida apenas em casos extremos?

- () Nunca ou quase nunca;
- () Sempre ou quase sempre;
- () Nunca foi preciso acionar a Polícia Militar.

39-Quando há problemas mais graves de indisciplina ou violência e é necessário acionar o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, os conselheiros atendem prontamente, conversando com os alunos e responsáveis, buscando em parceria com a escola uma solução amigável para o problema?

- () Nunca ou quase nunca;
- () Sempre ou quase sempre;

⁴ Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

⁵ Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS

() Nunca foi preciso acionar o conselho tutelar para problemas de indisciplina ou violência.

40- Há alguma instituição particular ou privada que presta serviços sociais em sua escola? Quais?

() Não, nunca cogitamos essa ideia

() Não, já tentamos parcerias, mas não conseguimos

() Sim. _____

41-A Rede de Apoio à Cultura de Paz no Ambiente Escolar é um projeto da SRE Ubá que busca auxiliar as escolas na prevenção e no tratamento de conflitos dentro da escola. Você já tinha ouvido falar sobre este projeto?

() Sim () Não.

42- Um dos meios que o Projeto Rede de Paz utiliza, para envolver a comunidade escolar, são capacitações que buscam incentivar o diálogo e o respeito entre as partes. Você acredita que estas capacitações poderiam auxiliar de alguma forma na prevenção ou no tratamento de conflitos dentro da escola?

() Não.

() Talvez possam auxiliar um pouco.

() Sim, podem auxiliar com certeza.

43-Você gostaria que sua escola fosse convidada a participar das capacitações do Projeto Rede de Paz? () Sim () Não () Indiferente.

44- Em sua opinião, o que poderia influenciar mais na diminuição da violência e na melhoria do ambiente escolar?

() Maior envolvimento das famílias;

() Maior apoio de instituições, tais como o Ministério Público da Infância e do Adolescente, o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, entre outras;

() Maior envolvimento dos profissionais da educação;

() Outros _____

45- Utilize o espaço abaixo para expressar sua opinião sobre a violência escolar e o impacto que este problema tem no ambiente escolar de forma geral.

Agradecemos sua participação e colaboração.

APÊNDICE 2 QUESTIONÁRIO PARA GESTORES DAS ESCOLAS QUE PARTICIPAM DAS CAPACITAÇÕES DO PROJETO REDE DE PAZ

Prezado(a) Diretor(a),

Este questionário objetiva conhecer o cotidiano da escola onde você trabalha e o ambiente escolar, a fim de nos auxiliar na identificação de problemas causados ou agravados pela indisciplina dos alunos ou pela violência, dentro e fora da escola. Algumas informações sobre esta pesquisa são importantes:

- Sua identidade não será revelada ou divulgada em nenhum momento;
- Não há resposta certa ou errada, precisamos saber sua opinião e conhecer a realidade de sua escola;

Sua colaboração é muito valiosa para nossa pesquisa. .

Agradecemos desde já sua participação e esperamos que, através desse estudo, possamos também contribuir, de alguma forma, para um ambiente saudável e uma cultura de paz em sua escola.

1º Bloco: Características pessoais e da escola

- 1- Qual sua área de formação? _____

- 2 - Qual sua formação?
 - () Curso Superior - Bacharelado
 - () Curso Superior – Licenciatura
 - () Especialização
 - () Mestrado
 - () Doutorado

- 3 - Qual sua situação funcional? () Efetiva () Designada

- 4- Poderia nos informar sua idade? _____

- 5- Você mora no mesmo município onde é diretora?
 - () Não () Sim
 5.1. Caso sua resposta tenha sido afirmativa para a pergunta anterior, responda a seguinte pergunta:
 - () Sim, moro próximo à escola;
 - () Sim, porém moro distante da escola;
 - () Outro.. _____

- 6- Qual meio de transporte utiliza para ir para à escola?
 - () Vou caminhando
 - () Utilizo veículo próprio;
 - () Utilizo transporte público;
 - () Outros. Qual? _____.

- 7- Há quanto tempo é servidora do Estado? Considere tempo de designado e efetivo. _____

- 8- Você ocupa o cargo de diretor(a) desta escola há quanto tempo?

9- Além da direção escolar, você exerce alguma outra atividade que contribui com sua renda?

() Sim, na educação () Sim, em outra área () Não.

10-Quantas horas de trabalho semanais você desempenha ao todo? Considere apenas trabalhos remunerados. _____

2º Bloco: Conhecendo o Cotidiano Escolar

Com relação ao ambiente escolar, marque a opção que mais se assemelha a sua escola:

11- Os conflitos mais comuns na escola acontecem:

- () Dentro da sala de aula;
- () Durante a mudança de professor;
- () No horário do intervalo;
- () Nos arredores da escola.

12-Os conflitos mais comuns acontecem devido a divergência de opinião:

- () entre os alunos; () entre alunos e professores.

13- Os conflitos dentro da escola acontecem ou se agravam devido:

- () indisciplina dos alunos;
- () falta de professor;
- () número reduzido de profissionais;
- () Outros: _____

14-Em seu ponto de vista, com que frequência acontecem **agressões verbais** entre **professores** na escola?

- () Pelo menos uma vez por dia
- () Pelo menos uma vez na semana
- () Pelo menos uma vez por mês
- () Raramente acontece
- () Nunca acontece

15-Em seu ponto de vista, com que frequência acontecem **agressões verbais** entre **aluno e professor** na escola?

- () Pelo menos uma vez por dia
- () Pelo menos uma vez na semana
- () Pelo menos uma vez por mês
- () Raramente acontece
- () Nunca acontece.

16-Em seu ponto de vista, com que frequência acontecem **agressões verbais** entre **alunos** na escola.

- () Pelo menos uma vez por dia
- () Pelo menos uma vez na semana
- () Pelo menos uma vez por mês
- () Raramente acontece

- () Nunca acontece.
- 17-Em seu ponto de vista, com que frequência acontecem **agressões físicas** entre **aluno e professor** na escola?
- () Pelo menos uma vez por dia
() Pelo menos uma vez na semana
() Pelo menos uma vez por mês
() Raramente acontece
() Nunca acontece
- 18-Em seu ponto de vista, com que frequência acontecem **agressões físicas** entre **alunos** na escola?
- () Pelo menos uma vez por dia
() Pelo menos uma vez na semana
() Pelo menos uma vez por mês
() Raramente acontece
() Nunca acontece
- 19- Durante este ano algum aluno tentou entrar na escola, portando armas brancas (faca, canivete, etc)?
- () Não. () Sim, uma vez () Sim, mais de uma vez.
- 20- Durante este ano algum aluno tentou entrar na escola, portando armas de fogo? () Não. () Sim, uma vez () Sim, mais de uma vez.
- 21-Durante este ano algum aluno tentou entrar na escola com bebida alcoólica?
- () Não. () Sim, uma vez () Sim, mais de uma vez.
- 22-Durante este ano algum aluno tentou entrar na escola com algum tipo de droga ilícita? () Não. () Sim, uma vez () Sim, mais de uma vez.
- 23-Durante este ano algum aluno tentou entrar na escola após o consumo de drogas ou bebidas alcoólicas?
- () Não. () Sim, uma vez () Sim, mais de uma vez.

3º Bloco: Conhecendo o perfil das turmas e alunos

Com relação aos alunos desta escola, marque as opções que mais se assemelham à realidade de sua escola:

- 24-No início do ano a divisão dos alunos é feita procurando formar turmas homogêneas quanto à idade, ou seja, mantendo alunos com a mesma faixa etária numa mesma sala?
- () Sim () Não
- 25-No início do ano a divisão dos alunos é feita procurando formar turmas homogêneas quanto ao desempenho escolar, ou seja, mantendo alunos com bom rendimento escolar numa mesma sala?
- () Sim () Não

- 26-Durante o ano a escola desenvolve projetos para combater a evasão escolar, principalmente dos alunos com dificuldade de aprendizado ou alunos que, por algum motivo ,não consigam acompanhar os demais alunos?
- () Não, não há esse tipo de problema
 - () Não, apesar de haver o problema
 - () Sim, mas com resultados pouco satisfatórios.
 - () Sim, com resultados muito satisfatórios.
 - () Sim, mas ainda não foram avaliados os resultados.
- 27-Durante o ano a escola desenvolve projetos para reduzir taxas de reprovação e acompanhamento pedagógico para favorecer alunos com defasagem de aprendizado
- () Não, apesar de haver o problema
 - () Não, não há esse tipo de problema
 - () Sim, mas o com resultados pouco satisfatórios.
 - () Sim, com resultados muito satisfatórios.
 - () Sim, mas ainda não foram avaliados os resultados.
- 28-Nesta escola, os alunos com maiores problemas de indisciplina também são os alunos com maior déficit de aprendizagem.
- () Sempre () Na maioria das vezes
 - () Na minoria das vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 29-Nesta escola os alunos que apresentam comportamento violento e que se envolvem mais facilmente em casos de agressão, verbal ou física, são também alunos com dificuldade de aprendizagem.
- () Sempre () Na maioria das vezes
 - () Na minoria das Vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 30-Nesta escola, a violência ao resolver conflitos acontece de forma mais acentuada em alunos que já foram reprovados pelo menos uma vez ou que apresentam defasagem idade – série.
- () Sempre () Na maioria das vezes
 - () Na minoria das Vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 31-Nesta escola alunos e professores têm um bom relacionamento e dificilmente há conflitos mais graves entre eles.
- () Concordo totalmente () Concordo parcialmente
 - () Discordo parcialmente () Discordo totalmente
- 32-Os problemas de indisciplina ou violência acontecem em número menor nas aulas de professores que se relacionam melhor com os seus alunos.
- () Sempre () Na maioria das vezes
 - () Na minoria das Vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 33- Nesta escola os alunos cujos pais participam mais ativamente do cotidiano escolar são menos indisciplinados e se envolvem com menos frequência em casos de violência.
- () Sempre () Na maioria das vezes
 - () Na minoria das vezes () Não há relação entre um problema e outro.

- 34-Nesta escola a maior parte dos conflitos entre alunos está relacionada a:
☐ Intolerância Racial; ☐ Intolerância Religiosa; ☐ Questões de Gênero (Sexual) ☐ Indisciplina de modo geral, sem ligação específica com formas de preconceito.
- 35-Durante todo o ano, a escola desenvolve projetos de combate à violência e ao bullying.
☐ Não, apesar de haver o problema
☐ Não, não há esse tipo de problema
☐ Sim, mas com resultados pouco satisfatórios.
☐ Sim, com resultados muito satisfatórios.
☐ Sim, mas ainda não foram avaliados os resultados.

4º Bloco: tratando os conflitos

Com relação à forma de tratamento dos conflitos cotidianos na escola, escolha a opção que melhor se assemelha à realidade da escola.

- 36- Na maioria das vezes, os conflitos ocorridos na escola são resolvidos de forma dialogada com os envolvidos e estimulando a reconciliação entre as partes.
☐ Sempre ou quase sempre ☐ Na maioria das vezes
☐ Na minoria das vezes ☐ Nunca ou quase nunca.
- 37-Quais instituições a escola já precisou acionar para solucionar problemas mais graves de indisciplina ou de violência contra pessoas ou contra o patrimônio?
☐ Polícia Militar,
☐ Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
☐ Ministério Público da Infância e da Juventude
☐ CRAS⁶ ou CREAS⁷ do município
☐ Outras instituições: _____
☐ Nunca foi preciso chamar instituições externas.
- 38-Quando há problemas mais graves na escola e é preciso acionar a Polícia Militar, os profissionais atendem prontamente e conversam com os envolvidos de forma amigável, atuando de forma mais ríspida apenas em casos extremos? ☐ Nunca ou quase nunca; ☐ Sempre ou quase sempre;
☐ Nunca foi preciso acionar a Polícia Militar.
- 39-Quando há problemas mais graves de indisciplina ou violência e é necessário acionar o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, os conselheiros atendem prontamente, conversando com os alunos e responsáveis, buscando em parceria com a escola uma solução amigável para o problema?
☐ Nunca ou quase nunca;
☐ Sempre ou quase sempre;
☐ Nunca foi preciso acionar o conselho tutelar para problemas de indisciplina ou violência.

⁶ Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

⁷ Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS

- 40- Há alguma instituição particular ou privada que presta serviços sociais em sua escola? Quais?
() Não, nunca cogitamos essa ideia
() Não, já tentamos parcerias, mas não conseguimos
() Sim. _____
- 41-A Rede de Apoio à Cultura de Paz no Ambiente Escolar é um projeto da SRE Ubá que busca auxiliar as escolas na prevenção e no tratamento de conflitos dentro da escola. Como foi a receptividade deste projeto pela comunidade escolar?
() Foi recebido com desconfiança e pouco ou nenhum entusiasmo;
() Foi recebido com entusiasmo pelas pessoas.
- 42- Quantas pessoas participam das capacitações da Rede de Paz?
Profissionais: _____ Alunos: _____
- 43-Você acredita que estas capacitações poderiam auxiliar de alguma forma na prevenção ou no tratamento de conflitos dentro da escola?
() Não. () Talvez possam auxiliar um pouco. () Sim, podem auxiliar com certeza.
- 44-Em sua opinião houve alguma diferença no comportamento dos alunos que participam das capacitações? () Sim () Não () Ainda não há como saber.
- 45-Em sua opinião, o que poderia influenciar mais na diminuição da violência e na melhoria do ambiente escolar?
() Maior envolvimento das famílias;
() Maior apoio de instituições, tais como o Ministério Público da Infância e do Adolescente, o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, entre outras;
() Maior envolvimento dos profissionais da educação;
() Outros _____
- 46- Os alunos e professores que participam das capacitações são multiplicadores. Como tem acontecido o repasse do que foi aprendido para os demais alunos e profissionais da escola?
() Ainda não houve o repasse
() Teve início o repasse, porém há pouco envolvimento dos demais alunos e profissionais da escola.
() Teve início o repasse e há um bom envolvimento dos demais alunos e profissionais da escola.
- 47-Utilize o espaço abaixo para expressar sua opinião sobre a violência escolar e o impacto que este problema tem no ambiente escolar de forma geral.
- _____
- _____

Agradecemos sua participação e colaboração.

APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DA EE CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA, EE DR. JOSÉ JANUÁRIO CARNEIRO E EE EUNICE WEAVER

Prezado(a) Professor(a),

Este questionário objetiva conhecer o cotidiano da escola onde você trabalha e o ambiente escolar, a fim de nos auxiliar na identificação de problemas causados ou agravados pela indisciplina dos alunos ou pela violência, dentro e fora da escola. Algumas informações sobre esta pesquisa são importantes:

- Sua identidade não será revelada ou divulgada em nenhum momento;
- Não há resposta certa ou errada, precisamos saber sua opinião e conhecer a realidade de sua escola;

Sua colaboração é muito valiosa para nossa pesquisa e servirá como instrumento de análise para o trabalho de dissertação de Mestrado Profissional em Gestão Educacional do CAED/UFJF da mestrandia Jaqueline Angélica Guiducci.

Agradecemos desde já sua participação e esperamos que, através desse estudo, possamos também retribuir de alguma forma para um ambiente saudável e uma cultura de paz em sua escola.

1º Bloco: Características pessoais e da escola

- 1- Qual o seu sexo? () Feminino () Masculino
- 2- Qual sua idade? _____
- 3- Qual sua área de formação? _____
- 4- Qual sua formação?
 - () Curso Superior - Bacharelado
 - () Curso Superior – Licenciatura
 - () Especialização
 - () Mestrado
 - () Doutorado
- 5- Qual sua situação funcional nesta escola? () Efetiva () Designada
- 6- Há quanto tempo é professora? Considere tempo de estado, município e particular, se houver. _____
- 7- Em quantas escolas você trabalha? Considere escolas públicas ou privadas.

- 8- Há quanto tempo trabalha nesta escola? Considere tempo de efetivo e designado, se houver. _____
- 9- Quantas horas de trabalho semanais você desenvolve ao todo? Considere apenas trabalhos remunerados. _____

10- Você se sente segura trabalhando nesta escola? () Sim () Não

2º Bloco: Conhecendo o cotidiano escolar

Com relação ao ambiente escolar, marque a opção que mais se assemelha a realidade de sua escola:

11- Em sua opinião, os conflitos mais graves nesta escola acontecem:

- () Dentro da sala de aula; () Durante a mudança de professor;
() No horário do intervalo; () Nos arredores da escola.

12- Em sua opinião os principais conflitos que acontecem dentro da sala de aula, se devem a: () divergência de opinião entre os alunos e o professor;

- () divergência de opinião entre os alunos; () indisciplina dos alunos;
() Outros motivos: _____.

13- Em sua opinião, os conflitos dentro da escola se agravam devido ao número reduzido de profissionais para auxiliar no acompanhamento dos alunos, seja no horário do intervalo ou em caso de falta de professor?

- () sim, muito; () sim, um pouco; () não.

14- Em sua opinião, com que frequência acontece agressões verbais entre professores na escola? () Todos os dias () Pelo menos uma vez na semana () Pelo menos uma vez por mês () Raramente acontece

- () Nunca acontece

15- Alguma vez você teve a sensação de perder o controle da situação dentro da sala de aula e respondeu a agressões verbais de alunos de forma agressiva ou violenta?

- () Não, nunca aconteceu. () Sim, uma vez.
() Sim, poucas vezes. () Acontece sempre.

16- Com que frequência acontece agressões verbais entre alunos durante sua aula?

- () Todos os dias () Pelo menos uma vez na semana
() Pelo menos uma vez por mês () Raramente acontece
() Nunca acontece

17- Você já foi agredido(a) verbalmente por algum aluno? Com que frequência isso acontece?

- () Todos os dias
() Pelo menos uma vez na semana () Pelo menos uma vez por mês
() Raramente acontece () Nunca aconteceu

18- Você já foi agredido fisicamente por algum aluno?

- () Sim, frequentemente () Sim, algumas vezes () Sim, uma vez
() Nunca aconteceu

19- Em sua opinião, algum professor da escola onde trabalha foi agredido fisicamente este ano por algum aluno?

- () Sim, frequentemente () Sim, algumas vezes

- () Sim, uma vez () Nunca aconteceu
- 20-Durante este ano algum aluno tentou entrar na sala durante suas aulas, portando armas brancas (faca, canivete, etc)?
 () Sim, frequentemente () Sim, algumas vezes
 () Sim, uma vez () Nunca aconteceu
- 21- Durante este ano algum aluno tentou entrar na sala durante suas aulas portando armas de fogo?
 () Sim, frequentemente () Sim, algumas vezes
 () Sim, uma vez () Nunca aconteceu
- 22-Durante este ano algum aluno tentou assistir as suas aulas estando alcoolizado ou portando bebida alcoólica?
 () Sim, frequentemente () Sim, algumas vezes
 () Sim, uma vez () Nunca aconteceu
- 23-Durante este ano algum aluno tentou assistir as suas aulas estando sob efeito ou portando algum tipo de droga ilícita:
 () Sim, frequentemente () Sim, algumas vezes
 () Sim, uma vez () Nunca aconteceu

3º Bloco: Conhecendo o perfil alunos

Com relação aos seus alunos nesta escola, marque as opções que mais se assemelham à realidade:

- 24-Como é a situação desta escola com relação à distorção idade-série?
 () Todos os alunos estão nas séries corretas;
 () Há poucos alunos com distorção;
 () Há muitos alunos com distorção.
- 25-Como é a situação desta escola com relação à defasagem de aprendizagem?
 () Todos ou a maioria dos alunos tem um rendimento satisfatório;
 () Há alguns alunos com defasagem de aprendizagem;
 () Há muitos alunos com defasagem de aprendizagem.
- 26- No cotidiano da sala de aula você consegue desenvolver alguma atividade para combater a evasão escolar?
 () Não, apesar de haver o problema
 () Não, não há esse tipo de problema
 () Sim, mas com resultados pouco satisfatórios.
 () Sim, com resultados muito satisfatórios.
 () Sim, mas ainda não consigo avaliar os resultados.
- 27-No cotidiano da sala de aula, você consegue desenvolver alguma atividade para reduzir taxas de reprovação e acompanhamento pedagógico para favorecer alunos com defasagem de aprendizado.
 () Não, apesar de haver o problema
 () Não, não há esse tipo de problema
 () Sim, mas com resultados pouco satisfatórios.

- () Sim, com resultados muito satisfatórios.
 () Sim, mas ainda não consigo avaliar os resultados
- 28-Na(s) turma(s) onde trabalho os alunos com maiores problemas de indisciplina também são os alunos com maior déficit de aprendizagem.
 () Sempre () Na maioria das vezes
 () Na minoria das Vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 29-Na(s) turma(s) onde trabalho a violência ao resolver conflitos acontece de forma mais acentuada com alunos que já foram reprovados pelo menos uma vez ou que apresentam defasagem idade – série.
 () Sempre () Na maioria das vezes
 () Na minoria das vezes () Não há relação entre um problema e outro.
- 30-Na(s) turma(s) onde trabalho os alunos cujos pais não participam ativamente das atividades escolares e não acompanham o seu desenvolvimento, são alunos mais indisciplinados e que se envolvem mais facilmente em situações de violência.
 () Sempre () Na maioria das vezes
 () Na minoria das Vezes () Não há relação entre um problema e outro.

4º Bloco: tratando os conflitos

Com relação à forma de tratamento dos conflitos cotidianos, escolha a opção que melhor se assemelha à realidade de sua escola.

- 31-Na(s) turma(s) onde trabalho, consigo desenvolver atividades de conscientização e combate à violência e ao bullying.
 () Não, apesar de haver o problema
 () Não, não há esse tipo de problema
 () Sim, mas com resultados pouco satisfatórios.
 () Sim, com resultados muito satisfatórios.
 () Sim, mas ainda não foram avaliados os resultados.
- 32-Na(s) turma(s) onde trabalho, a maior parte dos conflitos entre alunos está relacionada a: () Intolerância racial; () Intolerância religiosa;
 () Questões de gênero sexual; () Não há relação entre um problema e outro.
- 33-Na maioria das vezes, os conflitos ocorridos dentro da sala de aula, são resolvidos pelo próprio professor, dialogando com os envolvidos e estimulando a reconciliação entre os alunos.
 () Sempre ou quase sempre () Na maioria das vezes
 () Na minoria das Vezes () Nunca ou quase nunca.
- 34- Quais instituições já foram acionadas na escola para solucionar problemas mais graves de indisciplina ou atos de violência contra pessoas ou contra o patrimônio?
 () Polícia Militar,
 () Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
 () Ministério Público da Infância e da Juventude

- ☐ CRAS⁸ ou CREAS⁹ do município
- ☐ Outras instituições: _____
- ☐ Nunca foi preciso chamar instituições externas.

35-A Rede de Apoio à Cultura de Paz no Ambiente Escolar é um projeto da SRE Ubá que busca auxiliar as escolas na prevenção e no tratamento de conflitos dentro da escola. Um dos meios que projeto utiliza para envolver a comunidade escolar, são capacitações que buscam incentivar o diálogo e o respeito entre as partes. Você participa das capacitações?

- ☐ Sim ☐ Não, mas gostaria de participar.
- ☐ Não e não tenho interesse.

36-Você acredita que estas capacitações poderiam auxiliar de alguma forma na prevenção ou no tratamento de conflitos dentro da escola?

- ☐ Não. ☐ Talvez possam auxiliar um pouco.
- ☐ Sim, podem auxiliar com certeza.

37-Em sua opinião houve alguma diferença no comportamento dos alunos que participam das capacitações?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Ainda não há como saber.

38-Em sua opinião, o que poderia influenciar mais na diminuição da violência e na melhoria do ambiente escolar?

- ☐ Maior envolvimento das famílias;
- ☐ Maior apoio de instituições, tais como o Ministério Público da Infância e do Adolescente, o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, entre outras;
- ☐ Maior envolvimento dos profissionais da educação;
- ☐ Outros _____

39-Os alunos e professores que participam das capacitações são multiplicadores. Como tem acontecido o repasse do que foi aprendido para os demais alunos e profissionais da escola?

- ☐ Ainda não houve o repasse
- ☐ Teve início o repasse, porém há pouco envolvimento dos demais alunos e profissionais da escola.
- ☐ Teve início o repasse e há um bom envolvimento dos demais alunos e profissionais da escola.
- ☐ Não sei responder.

40-Utilize o espaço abaixo para expressar sua opinião sobre a violência escolar e o impacto que este problema tem no ambiente escolar de forma geral.

Agradecemos sua participação e colaboração.

⁸ Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

⁹ Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS

APÊNDICE 4 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O JUIZ DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1. Identificando as atribuições da Vara da Infância e da Juventude, assim como as do Juiz

- a) Há quanto tempo o Senhor atua na comarca de Ubá?
- b) Quais as principais atribuições de um Juiz da Infância e Juventude?
- c) Qual a principal missão da Vara da Infância e da Juventude?
- d) Quais municípios fazem parte da jurisdição da Comarca de Ubá?
- e) Há algum município dentro desta jurisdição com índices mais preocupantes de violência escolar?
- f) Há algum tipo de projeto ou parceria entre a Vara da Infância e Juventude de Ubá e as instituições escolares?
- g) Quais são os trâmites para solucionar problemas de violência sofrida por um aluno de determinada escola?
- h) Quais são os trâmites para solucionar problemas de violência praticada por alunos de determinada escola?

2- O problema da violência e a sociedade atual

- a) Em sua opinião, pelo que pode ser percebido nos casos atendidos corriqueiramente, há alguma relação entre:
 - a participação dos pais no cotidiano escolar do aluno e seu comportamento dentro da escola? Ou seja, alunos cujos pais participam mais ativamente de sua vida escolar tem melhor comportamento ou se envolvem menos em atos de violência?
 - a forma como os alunos são tratados pelos professores e a indisciplina dos alunos, ou seja, professores que têm um bom relacionamento com os alunos conseguem manter maior disciplina e conduzir de forma mais tranquila os conflitos que acontecem na escola?
 - o tráfico de drogas e o ambiente externo à escola interferem no comportamento dos alunos dentro da escola, ou seja, bairros ou comunidades com maiores problemas de tráfico de drogas têm alunos mais violentos?
- b) O problema da violência escolar preocupa apenas em escolas públicas ou há muitas incidências também em instituições particulares?

- c) Em sua opinião há alguma relação entre a situação socioeconômica da criança ou adolescente e o seu comportamento dentro da escola?

3- Tratamento de conflitos

- a) Sobre a Justiça Restaurativa, o que o Senhor pensa a respeito? Essa prática poderia ser utilizada para auxiliar as escolas no tratamento de conflitos graves ou situações violentas dentro da escola?
- b) Juridicamente as escolas poderiam aplicar penas aos alunos que cometem atos de indisciplina ou de violência dentro do estabelecimento?
- c) O Senhor acha que o Judiciário poderia ajudar mais as escolas em relação aos problemas de violência?
- d) Qual seria, em sua opinião, a solução para o problema da violência escolar? Há uma receita?
- e) Qual sua opinião sobre os Sistemas de Garantia de Direitos?
- f) Qual a participação da Vara da Infância e da Juventude no projeto Rede de Paz, iniciado pela SRE Ubá em 2015?
- g) Em sua opinião a Rede de Paz poderá auxiliar as escolas na solução de conflitos escolares e na manutenção de um ambiente saudável em seu interior?
- h) O Senhor acha que a Rede de Paz pode servir como facilitadora dos processos de solução dos conflitos e situações de violência?

APÊNDICE 5 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELO CREAS

1. Identificando as atribuições do CREAS, assim como as da responsável:

- a) Qual a sua formação?
- b) Há quanto tempo atua na área de Assistência Social?
- c) Há quanto tempo está à frente do CREAS Ubá?
- d) O que é o CREAS e qual o seu papel no município?
- e) Há quanto tempo há este centro de referência em Ubá?
- f) Qual o público alvo do CREAS?
- g) Quais são os serviços e ações oferecidos pelo CREAS Ubá?

4- Identificando a situação do município e dos bairros próximos às escolas estudadas

- a) Há algum bairro em Ubá com maiores índices de violência doméstica contra criança e adolescente em relação aos outros?
- b) O CREAS recebe muita demanda de escolas? Qual a demanda mais frequente? Quando acontece, como é a atuação do CREAS?
- c) Pelos registros do CREAS ou em sua opinião, crianças vítimas de violência doméstica têm maior envolvimento em atos de violência escolar?
- d) Pelos registros do CREAS ou em sua opinião, crianças que residem em áreas de maior vulnerabilidade social têm maior envolvimento em atos de violência escolar?
- e) A pesquisa em questão tem foco principal em 03 escolas estaduais, a EE Cândido Martins de Oliveira, que tem como público, na maioria das vezes, alunos do Bairro São João, Peluso e adjacências, a EE Dr. José Januário Carneiro, que atende alunos do Bairro São Domingos e adjacências e a EE Eunice Weaver, que atende alunos da Colônia Padre Damião e Povoado São Domingos. Há alguma atuação do CREAS nestes bairros? Há alguma atuação do CREAS nestas escolas?

5- Identificar a visão do coordenador sobre a Rede de Paz

- a) Em sua opinião qual a importância dos Sistemas de Garantias de Direitos?
- b) Há alguma rede de assistência social no município de Ubá? Se sim, quais os maiores obstáculos encontrados para se trabalhar em rede?
- c) Você acredita que a Rede de Paz poderá auxiliar as escolas na solução de conflitos escolares e na manutenção de um ambiente saudável na escola?
- d) De que forma o CREAS poderá auxiliar a Rede de Paz?

APÊNDICE 6 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELO CRAS

1. Identificando as atribuições do CRAS, assim como as da coordenadora:

- a) Qual a sua formação atual?
- b) Há quanto tempo atua na área de Assistência Social?
- c) Há quanto tempo está à frente do CRAS deste Bairro?
- d) O que é o CRAS e quais suas atribuições?
- e) Existem quantos CRAS em Ubá? Em quais bairros?
- f) Como são escolhidos os bairros que receberão um CRAS?
- g) Há quanto tempo o CRAS existe neste bairro?
- h) Quais ações ou serviços são oferecidos e qual o público alvo do CRAS?
- i) Como é a receptividade pela comunidade de modo geral?

2- Identificando a situação do bairro onde é inserido o CRAS

- a) Há alguma atividade do CRAS deste bairro em parceria com a escola que atende os alunos daqui ou alguma outra escola?
- b) Em sua opinião o CRAS tem auxiliado no desenvolvimento da comunidade? Como poderia auxiliar mais?
- c) Este CRAS recebe demanda de escolas ou famílias encaminhadas por escolas? Se sim, qual o tipo de problema mais frequente?
- d) Pelos registros do CRAS ou em sua opinião, crianças e adolescentes que residem em áreas de maior vulnerabilidade social têm maior envolvimento em atos de violência escolar?

3- Identificar a visão do coordenador sobre a Rede de Paz

- a) Em sua opinião qual a importância dos Sistemas de Garantias de Direitos?
- b) O CRAS pertence a alguma rede de assistência social no município de Ubá? Se sim, quais os maiores obstáculos encontrados para se trabalhar em rede?
- c) Você conhece a Rede de Paz? Como ficou conhecendo?
- d) Você acredita que a Rede de Paz poderá auxiliar as escolas na solução de conflitos escolares e na manutenção de um ambiente saudável no estabelecimento?
- e) Em sua opinião, de que forma o CRAS poderá auxiliar a Rede de Paz?

APÊNDICE 7 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PELO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. Identificar o Conselho Tutelar, o presidente e suas atribuições

- a) Qual a sua formação?
- b) Há quanto tempo atua no Conselho Tutelar?
- c) Há quanto tempo como coordenador?
- d) Qual a formação mínima de um Conselho Tutelar?
- e) Quantos conselheiros atuam em Ubá? Em sua opinião esse número é suficiente para atender toda demanda de trabalho?
- f) Como são escolhidos os conselheiros tutelares? Há algum tipo de formação para os recém-chegados?
- g) Quais seriam as principais atribuições do Conselho Tutelar? Em sua opinião são desempenhadas com êxito? Se não, quais os dificultadores?

2- Identificar a atuação do Conselho Tutelar nas escolas

- a) Quais os problemas mais recorrentes para os quais o Conselho Tutelar é acionado? Há uma demanda grande das escolas?
- b) Há procedimentos padrões para o atendimento às escolas, quando esta aciona o Conselho Tutelar?
- c) Há alguma escola de Ubá com maior recorrência de casos que necessitam da intervenção do Conselho Tutelar?
- d) De modo geral há boa receptividade ao Conselho Tutelar por parte dos profissionais das escolas?
- e) De modo geral, há boa receptividade ao Conselho Tutelar por parte dos alunos? E das famílias?
- f) Em caso de violência envolvendo um aluno, há algum procedimento padrão para a solução do problema? Normalmente o que é feito nestes casos?
- g) Há alguma prática de responsabilização do aluno envolvido em atos de violência? Algum tipo de punição possível?

3- Violência escolar e sociedade atual

- a) Em sua opinião, pelo que é percebido nos atendimentos feitos às escolas para intermediar situações conflituosas e violentas, há alguma relação direta entre a participação dos pais no cotidiano escolar do aluno e o comportamento do aluno na escola?
- b) E a forma como os alunos são tratados pelos professores interfere no comportamento do aluno?
- c) O tráfico de drogas e o ambiente externo à escola podem interferir no comportamento dos alunos ou o envolvimento destes alunos em atos de violência nas escolas?
- d) Há ocorrências de violências envolvendo alunos também de escolas particulares, ou apenas escolas públicas?
- e) Pelos registros do Conselho Tutelar, há relação direta entre a situação socioeconômica da criança ou adolescente e o seu comportamento dentro da escola?

4- Tratamento de Conflitos

- a) Você já ouviu falar em Justiça Restaurativa? Seria uma boa opção para solucionar problemas da violência escolar?
- b) Juridicamente, as escolas poderiam, desde que com o consentimento dos pais, aplicar algum tipo de punição aos alunos que cometem atos de indisciplina ou de violência dentro da escola?
- c) O Conselho Tutelar poderia ajudar mais as escolas em relação a solução de conflitos e situações de violência?
- d) Qual sua opinião sobre os Sistemas de Garantias de Direito?
- e) Em sua opinião a Rede de Paz poderá auxiliar as escolas na solução de conflitos e auxiliar também no tratamento de situações mais graves de violência?
- f) De que forma o Conselho Tutelar pode atuar efetivamente na Rede de Paz?

APÊNDICE 8 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO

1- Identificando as atribuições da Polícia Militar e do Comandante

- a. Há quanto tempo o Senhor trabalha na região de Ubá?
- b. Há quanto tempo como comandante do 21º Batalhão?
- c. Quais municípios estão sob a responsabilidade do 21º Batalhão?
- d. Há algum município dentre estes com índices mais preocupantes de violência, mais notadamente a violência escolar?
- e. Qual é a missão da Polícia Militar?

2- O problema da violência e a PM.

- a) Com relação à violência escolar, como tem sido o envolvimento da PM para auxiliar as escolas na solução desse problema tão complexo?
- b) Como tem sido a participação da PM junto a outros órgãos públicos ou privados para solucionar ou amenizar o problema da violência escolar?
- c) Em sua opinião, o que está faltando às escolas ou às instituições de modo geral para conseguir amenizar o problema da violência?

3- Violência e Ambiente escolar

- a) Pelo que o senhor tem visto à frente da PM ou pelos números da PM, qual sua opinião sobre a relação entre o tráfico de drogas e a violência extramuros e a violência dentro do ambiente escolar? Há alguma relação direta?
- b) Pelos registros feitos, há relação também entre o tempo que o indivíduo frequentou a escola e o envolvimento em crimes? Ou seja, indivíduos com menor nível de escolaridade ou que tenham frequentado menos a escola têm maior envolvimento em crimes ou atos violentos?
- c) E o meio onde a criança ou o adolescente vivem, também pode interferir no envolvimento deste indivíduo em atos violentos, apesar de não ser uma condição para acontecer?
- d) Como é a relação entre a PM e a escola? Quais os motivos mais recorrentes que a PM é acionada pelas escolas?

4- Tratamento de Conflitos

- a) Em sua opinião os Sistemas de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente funcionam? O que precisa melhorar?
- b) Em sua opinião a Rede de Apoio à Cultura de Paz no ambiente escolar poderá auxiliar as escolas na solução de conflitos escolares e na manutenção de um ambiente saudável na escola?
- c) E em relação a situações mais graves de violência, o Senhor acha que a Rede de Paz pode alcançar bons resultados?
- d) De que forma será a participação da Polícia Militar na Rede de Paz?

APÊNDICE 9 - QUESTIONÁRIO PARA AVALIAR AS CAPACITAÇÕES OFERECIDAS PELA SRE UBÁ

Este questionário será respondido pelos professores e alunos que estão participando das capacitações da Rede de Paz.

1- Você é: () Profissional da educação: _____ () Aluno

2- Qual seu sexo? () Feminino () Masculino

3- Poderia nos informar sua idade? _____

4- Qual sua opinião sobre a relevância dos temas abordados durante a capacitação? () Muito relevante; () Pouco relevante;

5- Marque na tabela abaixo a opção que reflete sua avaliação sobre os aspectos relacionados à capacitação:

Aspecto	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	N/A
Divulgação do evento					
Conteúdo dos slides					
Quantidade de atividades					
Relacionamento do Instrutor com a turma					
Administração do tempo					

6- Marque a opção que reflete sua opinião, de acordo com a legenda:

- 1 – Abaixo do que eu esperava;
2 – Dentro do esperado;
3 – Acima do que eu esperava.

Questão	1	2	3
Os encontros trouxeram conhecimentos além dos que você já possuía sobre os temas?			
Você se sente capaz e motivado a aplicar os conhecimentos / métodos adquiridos durante as capacitações?			
Durante o curso você teve oportunidade de reformular conceitos e pontos de vista que tinha a respeito do assunto?			
Você teve oportunidade de opinar e teve sua opinião respeitada?			
O que foi apresentado nas capacitações tem aplicação prática no dia a dia da escola?			
A capacitação trouxe orientação de novas técnicas para o tratamento de conflitos dentro da escola?			
O curso deu oportunidades aos participantes de trocarem experiências e conhecimentos entre si?			
Participar da capacitação me fez mudar alguns conceitos ou a forma de agir no dia a dia na escola?			

7- Em sua opinião este curso deve ser estendido à comunidade escolar?
() Não; () Sim.

8- Em sua opinião a quantidade de encontros presenciais foi:
() Insuficiente; () suficiente; () excessivo;

9- Você acredita que estas capacitações terão alguma influência positiva na manutenção de um ambiente de paz nas escolas?

() Sim, () Não. () Não sei opinar.

10-Deixe sua sugestão ou crítica sobre as capacitações.

APÊNDICE 10 - RESUMO DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL UTILIZANDO O 5W2H

What (O que?)	When (Quando?)	Why (Por quê?)	Where (Onde?)	Who (Quem?)	How (Como?)	HowMuch (Quanto?)
Divulgar as capacitações da Rede de Paz	Fevereiro a Abril / 2017	Tornar o projeto público para que mais profissionais e alunos se interessem em participar	Pátios das escolas, salas dos professores, salas de aula e demais ambientes escolares.	SRE Ubá com a colaboração da gestão escolar e multiplicadores das capacitações	Confecção de folders e cartazes de propaganda das capacitações	Custo para escola: materiais de papelaria e Impressão de material utilizando o recurso da caixa escolar; Custo para SRE: transporte, custeio e tempo de servidores.
Divulgar e valorizar a cultura de paz e convivência democrática	Primeiro Semestre / 2018	Tornar a cultura de paz e a convivência democrática uma constante no cotidiano escolar	Nas escolas	SRE Ubá com a colaboração da gestão escolar e multiplicadores das capacitações	Realizar concurso de desenhos e frases motivacionais à cultura de paz e convivência democrática	Custo para escola: materiais de papelaria e Impressão de material utilizando o recurso da caixa escolar; Custo para SRE: transporte, custeio e tempo de servidores. Evento de premiação realizado para aproximadamente 250 pessoas. Gasto aproximado para R\$5000,00
Divulgar e valorizar a cultura de paz e a convivência democrática nas escolas	A partir do segundo semestre / 2018	Tornar a cultura de paz e a convivência democrática uma constante no cotidiano escolar	Nos pátios das escolas, salas dos professores, salas de aula e demais ambientes escolares.	SRE Ubá com a colaboração da gestão escolar e multiplicadores das capacitações	Reproduzir e distribuir para todas as escolas os melhores desenhos e frases para divulgação	Custos para a SRE: despesas com serviços de Gráfica, transporte e custeio do Analista ou Técnico para acompanhar o processo, utilizando recursos da SEE MG; Custo para a escola: Tempo dos servidores e alunos envolvidos.
Criar grupo de e-mail para	Durante todo o ano	Divulgar textos e eventos do	Internet e e-mail	SRE Ubá com a	Criação de grupo com e-mails dos participantes	Custo para a SRE: Tempo dos servidores para a criação do

divulgação		Projeto Rede de Paz		colaboração da gestão escolar e multiplicadores das capacitações	das capacitações para divulgação de eventos	grupo e manutenção das informações; Custo zero para as escolas.
Divulgar o cronograma nas escolas	Divulgar com 30 dias de antecedência	Despertar o interesse do público alvo e permitir que profissionais se organizem para participar dos encontros	Nos pátios das escolas, salas dos professores, salas de aula e demais ambientes da escola.	SRE Ubá com a colaboração da gestão escolar e multiplicadores	Através de cartazes e avisos em quadros específicos	Custo para escola: materiais de papelaria e Impressão de material utilizando o recurso da caixa escolar; Custo para SRE: Tempo dos servidores para a elaboração e disponibilização do cronograma e dos conteúdos..
Disponibilizar conteúdo e materiais utilizados nos encontros presenciais	Divulgar com antecedência mínima de 01 semana	Para que os participantes se apropriem dos conteúdos abordados.	Internet e e-mails	SRE Ubá em parceria com a gestão escolar e multiplicadores	Criar um portfólio online com textos, vídeos e materiais utilizados nos encontros presenciais.	Custo para SRE: Tempo dos servidores para a criação do portfólio; Custo zero para a escola.
Divulgar temas abordados em palestras, reuniões e capacitações.	Divulgar com antecedência de 01 semana	Para que os participantes se apropriem dos temas abordados nos eventos.	Sala de professores, reuniões de modo geral.	SRE Ubá em parceria com gestão escolar e multiplicadores	Confecção de cartazes e faixas com os temas abordados	Custo para escola: materiais de papelaria e Impressão de material utilizando o recurso da caixa escolar; Custo para SRE: Tempo dos servidores para a confecção do material e divulgação.
Dividir o conteúdo em módulos, respeitando o tempo máximo de 4 horas de duração para	Divulgar 30 dias antes do início das capacitações	Permitir maior adesão dos participantes	Setor de Supervisão Escolar da SRE Ubá	Supervisão Escolar da SRE Ubá	Repetir o mesmo módulo em dois turnos diferentes.	Não haverá custos adicionais para a escola, além do tempo disponibilizado, uma vez que acontecerá em dia letivo. Custo para a SRE com transporte e custeio dos

encontros presenciais.						servidores envolvidos nas capacitações e eventos.
Criar um grupo de whatsapp para troca de experiências e apoio entre os participantes	Durante todo o ano	Atualmente o whatsapp é uma tecnologia muito utilizada e poderá servir de ferramenta de comunicação mais rápida.	Celulares	O grupo terá como administrador es Analistas da SRE e um representant e de cada escola participante.	Criação de um grupo de whatsapp	Custo para SRE e escolas: tempo para a criação e manutenção do grupo.
Utilizar o grupo de e-mails para troca de experiências e apoio entre os participantes.	Durante todo o ano	Fazer com que os multiplicadores se sintam unidos por um mesmo propósito.	Internet e e-mail.	Todos os membros do grupo.	Utilizar o grupo de e-mails	Custo para SRE e escolas: tempo para a criação e manutenção do grupo.
Envolver instituições também nas capacitações da Rede de Paz.	Abril a novembro / 2018	Envolver a Vara da Infância e Juventude, o CRAS, o CREAS e a Defensoria Pública nas capacitações.	Nas escolas	SRE Ubá em parceria com a Vara da Infância e Juventude de Ubá, Defensoria Pública de Ubá, CRAS, CREAS.	Incluindo dentre ações da Rede de Paz palestras com o Juiz da Vara da Infância e Juventude, equipe CRAS e CREAS, Defensoria Pública a fim de aproximar estas instituições e a escola.	Custo para a SRE: tempo para a organização e intermediação; Custo para as escolas: tempo dos servidores, impressão de material de divulgação do evento para a comunidade escolar; Custo para as instituições: deslocamento e custeio para os participantes.
Fomentar a criação do Grêmio Estudantil em escolas que ainda não possuem e fortalecer nas	Fevereiro a julho / 2018	Acentuar a participação dos estudantes nas decisões escolares	Escolas	SRE Ubá em parceria com a gestão escolar	Realizar reuniões com os alunos do 6º ao 9º e Ensino Médio	Custo para as escolas: tempo dos servidores e alunos. Custo para a SRE: deslocamento e custeio dos servidores envolvidos.

escolas que já o fizeram.						
Incentivar a elaboração do Plano de Convivência Escolar com a participação efetiva dos representantes dos alunos, prevendo advertências e outras punições para atos de violência.	Fevereiro a novembro / 2018	Aproximar os alunos das decisões da escola, fazendo-os sentirem-se parte integrante do todo	Nas escolas	SRE em parceria com a gestão escolar e o Grêmio Estudantil	Realizar reuniões com os especialistas, colegiado escolar e Grêmio Estudantil.	Custo para as escolas: tempo dos servidores e alunos. Custo para a SRE: deslocamento e custeio dos servidores envolvidos.
Incentivar a realização de reuniões para debate das novas regras Plano de Convivência Escolar.	Durante todo o processo, até que o plano seja aprovado pelo Colegiado Escolar.	Devolver ao aluno a sensação de pertencimento à escola, fomentando sua participação efetiva e despertando nele o senso de responsabilidade.	Nas Escolas	SRE em parceria com a gestão escolar e o Grêmio Estudantil	Realizar reuniões com o Grêmio Estudantil	Custo para a escola: tempo dos alunos e profissionais envolvidos. Custo para SRE: Tempo dos servidores envolvidos.
Divulgação do Plano de Convivência Escolar	Durante todo o ano, assim que o estatuto for aprovado	Conscientizar alunos e familiares sobre os direitos e deveres do aluno dentro da escola.	Nas escolas	SRE em parceria com a gestão escolar e o Grêmio Estudantil	Realizar reuniões com a comunidade escolar	Custo para a escola: tempo dos alunos e profissionais envolvidos. Custo para SRE: Tempo dos servidores envolvidos.

	pelo Colegiado Escolar.					
Reuniões de mediação com a participação dos pais e dos envolvidos.	Durante todo o ano letivo	Responsabilizar os alunos por seus atos, segundo as regras que eles mesmos ajudaram a elaborar.	Nas escolas	Gestão escolar e mediadores, em parceria com a SRE, a Vara da Infância e Juventude e o Ministério Público.	Convocar os pais, os alunos e profissionais envolvidos, além dos mediadores para o tratamento de situações graves.	Custo para a escola, SRE e representantes das instituições: tempo dos alunos e profissionais envolvidos.
Divulgar o projeto na comunidade escolar	Março a junho / 2018	Informar aos pais sobre a Rede de paz e a importância de se cultivar a paz e a tolerância.	Escolas	SRE Ubá em parceria com gestão escolar e multiplicadores	Nas reuniões de pais	Custo para escolas e SRE: Tempo dos servidores envolvidos.
Estender as capacitações para as famílias	Abril a novembro / 2018	Levar a cultura de paz também para o ambiente doméstico	Escolas	SRE Ubá em parceria com gestão escolar, multiplicadores e instituições,	Realizar encontros noturnos para favorecer a participação de toda a comunidade escolar.	Custo para as escolas: disponibilização do local e de servidores no turno noturno. SRE: Deslocamento e custeio dos servidores envolvidos.
Formar grupos de apoio das famílias	Fevereiro a novembro / 2018	Rodas de conversa e sensibilização dos responsáveis com a utilização dos 12 passos do Programa Amor Exigente.	Escolas	SRE em parceria com a gestão escolar, multiplicadores, Programa Amor Exigente, CRAS e	Trabalhar com famílias motivando sua participação na educação dos filhos. Realizar grupos de apoio.	Custo para as escolas: disponibilização do local e tempo dos alunos e profissionais envolvidos. SRE: Deslocamento e custeio dos servidores. Impressão de materiais, utilizando recursos da SEE MG. Custo das instituições: Tempo

				CREAS.		e deslocamento dos envolvidos.
Acionar a Vara da Infância e Juventude para contatar pais ou responsáveis que não atendem aos chamados da escola.	Durante todo o ano.	Medida extrema usada apenas se esgotadas todas as tentativas de contato pela escola.	Vara da Infância e Juventude de Ubá.	Gestão escolar em parceria com o Juiz da Infância e Juventude.	Encaminhar ao juiz da Vara da Infância e Juventude nome e endereço de pais de alunos que não comparecem ou não foram localizados.	

Fonte: Dados da pesquisa.